

**ÁUREA RÉGIA OLIVEIRA DA SILVA**

**PARTICIPAÇÃO E VISIBILIDADE DOS JOVENS NOS  
ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE  
MARI (PB).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em cumprimento às exigências de conclusão do Curso de Mestrado em Geografia.

**Orientadora:** Emilia de Rodat Fernandes Moreira

**João Pessoa - PB**

**2013**

**PARTICIPAÇÃO E VISIBILIDADE DOS JOVENS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO  
MUNICÍPIO DE MARI (PB).**

Por

**ÁUREA RÉGIA OLIVEIRA DA SILVA**

Dissertação apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN – UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** território, trabalho e ambiente.

Aprovado por:

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Emilia de Rodat Fernandes Moreira**

Orientadora

---

**Prof<sup>o</sup> Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior**

Examinador interno

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilda Aparecida de Menezes**

Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Exatas e da Natureza  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Mestrado em Geografia**

**Agosto/2013**

Aos jovens que fazem parte dos Assentamentos  
Tiradentes e Zumbi dos Palmares

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para a construção deste trabalho:

- A CAPES, pelo financiamento concedido através da bolsa de mestrado;
- Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB pelo esforço e dedicação à contínua melhoria do referido curso;
- A Raisa Maria, pela confecção dos mapas;
- A professora Marilda Menezes, por aceitar contribuir com este trabalho desde a qualificação;
- Ao professor Marco Mitidiero, pelo carinho e pelas contribuições sempre pertinentes;
- A professora, orientadora e amiga, Emilia Moreira, pelo acompanhamento e incentivo ao longo desses anos;
- Aos que fazem parte efetivamente desta pesquisa e que muito bem me receberam nos Assentamentos de Mari: Thamires, Lucinaldo (Nêgo), Luciano, Seu Liu, Rejane, Dona Maria, Orlando, Talmatá – Assentamento Zumbi dos Palmares; Francisca, Nan, Gordinha, Edvaldo, José Paulo, e Jéssica – Assentamento Tiradentes.
- Aos amigos e membros do GETEC, em especial, a Nielson Lourenço, Elton da Silva e Lidiane Cândido, que me ajudaram com a pesquisa de campo;
- A minha irmã, Ana Julita, pelo auxílio nas transcrições das entrevistas;
- Aos amigos e amigas, sempre presentes, com os quais compartilho teoria e prática de Geografia e de vida: Luanna Rodrigues, Noemi Paes, Thiago Santos, Tássio Cunha, Mateus Araújo, Lairton Lunguinho, Jorge Ferreira, Mara Edilara, Mariana Borba, Nirvana de Sá, Yure Silva, Marcos Aurélio e Salomé Maracajá;
- A Jacqueline Navarra, pelo carinho e paciência de providenciar a estrutura necessária para meu prosseguimento com a escrita deste trabalho mesmo longe de casa;
- Aos meus pais, por me ensinar a caminhar e me ajudar a levantar a cada tropeço;
- A Loïc, pelo conforto do seu abraço.

“Tu és jovem...

Atender a quem te chama é belo,  
lutar por quem te rejeita  
é quase chegar à perfeição.

A juventude precisa de sonhos  
e se nutrir de lembranças,  
assim como o leito dos rios  
precisa da água que rola  
e o coração necessita de afeto.

Não faças do amanhã  
o sinônimo de nunca...

nem o ontem te seja o mesmo  
que nunca mais.

Teus passos ficaram.  
Olhes para trás...

mas vá em frente  
pois há muitos que precisam  
que chegues para poderem seguir-te”.

(Charles Chaplin)

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado procura fazer uma articulação entre dois temas principais: juventude e assentamento rural. Desse modo, se propõe a pesquisar a juventude rural assentada, visando, entre outras coisas, aprofundar a compreensão sobre o papel dos jovens na produção do espaço agrário e na consolidação da reforma agrária, tomando como referência o caso dos assentamentos existentes no município de Mari: o Assentamento Tiradentes e o Assentamento Zumbi dos Palmares. A partir dos dados coletados para esta pesquisa, pudemos constatar que esses dois assentamentos rurais têm uma população relativamente jovem e que, apesar de suas limitações, oferecem condições de atração e de permanência de muitos deles. Também percebemos que a maior parte dos jovens assentados do município de Mari expressa o desejo de continuar vivendo em suas comunidades, o que pode estar levando inclusive, a permanência de muitos jovens de forma agregada ao lote dos pais. Analisar os motivos que fazem alguns jovens permanecerem ou não nos assentamentos é uma preocupação fundamental na busca de soluções, no que tange à melhoria da qualidade de vida e de trabalho das populações assentadas.

**Palavras-chave:** juventude assentada, assentamentos rurais e território.

## RESUMÉ

Le but de ce travail est de relier deux thèmes : la jeunesse et l' "assentamento rural". Ainsi, nous proposons des recherches concernant la jeunesse dans les assentamentos ruraux. Notre objectif, entre autres, est d'approfondir notre compréhension du rôle des jeunes dans la production d'espaces agraires et dans la consolidation de la réforme agraire. Nous utilisons comme exemple des assentamentos ruraux de la municipalité de Mari : l'assentamento Tiradentes et l'assentamento Zumbi dos Palmares. À partir des données collectées pour cette recherche, nous pouvons constater que ces deux assentamentos ruraux ont une population relativement jeune et que, malgré les manques de ces communautés, elles offrent des conditions qui attirent les jeunes et les encouragent à rester. Nous remarquons également que la majorité des jeunes des assentamentos dans la municipalité de Mari expriment le désir de continuer à vivre dans leurs communautés. Ceci peut les encourager à s'installer sur la propriété de leurs parents. Analyser les raisons qui poussent certains jeunes à rester ou non est une préoccupation fondamentale dans la recherche de solutions pour améliorer la qualité de vie et de travail des populations des assentamentos.

**Mot-clé:** Jeunesse assentada, assentamentos ruraux et territoire.

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b>	<b>Casa do Assentamento Tiradentes .....</b>	<b>67</b>
<b>Foto 2</b>	<b>Antigo prédio da Escola Tiradentes .....</b>	<b>69</b>
<b>Foto 3</b>	<b>Vista parcial atual da Escola Tiradentes .....</b>	<b>70</b>
<b>Foto 4</b>	<b>Unidade Âncora do PSF: Assentamento Tiradentes .....</b>	<b>75</b>
<b>Foto 5</b>	<b>Casa do Assentamento Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>82</b>
<b>Foto 6</b>	<b>Estrutura para festa junina do PA Zumbi dos palmares .....</b>	<b>83</b>
<b>Foto 7</b>	<b>Decoração da festa junina do PA Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>83</b>
<b>Foto 8</b>	<b>Igreja Assembleia de Deus do Assentamento Zumbi dos Palmares ..</b>	<b>84</b>
<b>Foto 9</b>	<b>Caixa d'água do PA Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>87</b>
<b>Foto 10</b>	<b>Visão da fachada atual da Escola Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>87</b>
<b>Foto 11</b>	<b>Festa junina na escola do PA Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>88</b>
<b>Foto 12</b>	<b>Reunião com os pais na Escola Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>89</b>
<b>Foto 13</b>	<b>Visão externa do Posto de Saúde do PA Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>94</b>
<b>Foto 14</b>	<b>Recepção do Posto de Saúde do PA Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>94</b>
<b>Foto 15</b>	<b>Assentamento Zumbi dos Palmares: visão parcial da quadra esportiva .....</b>	<b>96</b>
<b>Foto 16</b>	<b>Preparo do pé de moleque no Assentamento Zumbi dos Palmares .</b>	<b>97</b>
<b>Foto 17</b>	<b>Jovens descascando amendoim: Grupo Jovem Encanto dos Palmares .....</b>	<b>156</b>
<b>Foto 18</b>	<b>Ponto Ligas da Cultura: Assentamento Tiradentes .....</b>	<b>157</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	<b>Divisão regional da Paraíba, com ênfase na Mesorregião da Mata Paraibana e no município de Mari .....</b>	<b>32</b>
<b>Mapa 2</b>	<b>Número de assentamentos rurais, por município, na Mesorregião da Mata Paraibana (entre 1986 e 2011) .....</b>	<b>48</b>
<b>Mapa 3</b>	<b>Classes de declividade no PA Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>85</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	<b>Produção pecuária do município de Mari.....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 2</b>	<b>Produção dos principais produtos agrícolas de Mari.....</b>	<b>57</b>
<b>Tabela 3</b>	<b>Estrutura fundiária de Mari (PB) - 2006.....</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 4</b>	<b>Origem das famílias segundo o município .....</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 5</b>	<b>Assentamento Tiradentes: ocupação do total de pessoas da amostra .....</b>	<b>80</b>
<b>Tabela 6</b>	<b>Nível de escolaridade por faixa etária no Assentamento.....</b>	<b>91</b>
<b>Tabela 7</b>	<b>Nível de escolaridade no Assentamento.....</b>	<b>93</b>
<b>Tabela 8</b>	<b>Principais gêneros agrícolas produzidos no Assentamento Zumbi dos Palmares: Safra 2009.....</b>	<b>98</b>
<b>Tabela 9</b>	<b>Quantidade de animais criados: Assentamento Zumbi dos Palmares.....</b>	<b>99</b>
<b>Tabela 10</b>	<b>Origem das famílias segundo o município.....</b>	<b>101</b>
<b>Tabela 11</b>	<b>Assentamento Zumbi dos Palmares: Ocupação do total de pessoas da amostra.....</b>	<b>104</b>
<b>Tabela 12</b>	<b>Tabela 12 - Migração de jovens no Assentamento Tiradentes: situação por sexo.....</b>	<b>122</b>
<b>Tabela 13</b>	<b>Migração de jovens no Assentamento Zumbi dos Palmares: situação por sexo.....</b>	<b>123</b>
<b>Tabela 14</b>	<b>Condição escolar dos jovens entrevistados.....</b>	<b>126</b>
<b>Tabela 15</b>	<b>Motivos que levam os jovens a acreditar que a vida vai melhorar no futuro.....</b>	<b>134</b>
<b>Tabela 16</b>	<b>Condição de trabalho dos jovens entrevistados.....</b>	<b>136</b>
<b>Tabela 17</b>	<b>Se os jovens gostam de viver no assentamento.....</b>	<b>137</b>
<b>Tabela 18</b>	<b>Se os jovens querem continuar vivendo no assentamento .....</b>	<b>137</b>
<b>Tabela 19</b>	<b>Lado positivo de ser um jovem do campo segundo os jovens entrevistados.....</b>	<b>144</b>
<b>Tabela 20</b>	<b>Atitudes e repertórios de ação política dos jovens (%). .....</b>	<b>160</b>

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b>	<b>Comparação da estrutura da Escola Tiradentes antes e depois de sua reinauguração em março de 2012.....</b>	<b>69</b>
<b>Quadro 2</b>	<b>Escolaridade por idade do total da amostra: Assentamento Tiradentes.....</b>	<b>73</b>
<b>Quadro 3</b>	<b>Assentamento Zumbi dos Palmares: escolaridade por idade do total da amostra.....</b>	<b>90</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	<b>Espacialização da luta pela terra segundo as mesorregiões paraibanas (1970 – 2008) .....</b>	<b>47</b>
<b>Gráfico 2</b>	<b>Estado da Paraíba: assentamentos rurais criados entre 1984 e 2011 por Mesorregião .....</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 3</b>	<b>Número de assentamentos rurais criados na Mesorregião da Mata Paraibana de 1986 a 2011 .....</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico 4</b>	<b>População do município de Mari por lugar de domicílio .....</b>	<b>52</b>
<b>Gráfico 5</b>	<b>Número de habitantes por faixa etária (Mari - PB) .....</b>	<b>53</b>
<b>Gráfico 6</b>	<b>Número de homens por faixa etária (Mari - PB) .....</b>	<b>54</b>
<b>Gráfico 7</b>	<b>Número de mulheres por faixa etária (Mari - PB) .....</b>	<b>54</b>
<b>Gráfico 8</b>	<b>Escolaridade da população total da amostra do PA Tiradentes (%) .....</b>	<b>73</b>
<b>Gráfico 9</b>	<b>Origem das famílias por local de domicílio: PA Tiradentes .....</b>	<b>77</b>
<b>Gráfico 10</b>	<b>Número de pessoas da amostra por faixa etária: PA Tiradentes ..</b>	<b>78</b>
<b>Gráfico 11</b>	<b>PA Tiradentes: distribuição da população assentada por sexo ....</b>	<b>80</b>
<b>Gráfico 12</b>	<b>Renda média mensal das famílias do Assentamento Tiradentes ..</b>	<b>81</b>
<b>Gráfico 13</b>	<b>Escolaridade do total de pessoas da amostra: Assentamento Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>90</b>
<b>Gráfico 14</b>	<b>Origem das famílias segundo o local de domicílio: PA Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>102</b>
<b>Gráfico 15</b>	<b>Número de pessoas da amostra por faixa etária: PA Zumbi dos Palmares</b>	<b>103</b>
<b>Gráfico 16</b>	<b>PA Zumbi dos Palmares: distribuição da população por sexo segundo as famílias consultadas .....</b>	<b>103</b>
<b>Gráfico 17</b>	<b>Assentamento Zumbi dos Palmares: transferência de renda governamental para as famílias do PA .....</b>	<b>106</b>
<b>Gráfico 18</b>	<b>Principais destinos de migração dos jovens assentados de Mari..</b>	<b>122</b>
<b>Gráfico 19</b>	<b>Número total de jovens entrevistados nos assentamentos de Mari (PB) por idade e sexo .....</b>	<b>124</b>
<b>Gráfico 20</b>	<b>Motivo pelos quais os jovens entrevistados ainda moram com os pais (para quem mora com os pais) .....</b>	<b>126</b>

<b>Gráfico 21</b>	<b>O que os jovens entrevistados fariam se pudessem decidir no momento sem se preocupar .....</b>	<b>126</b>
<b>Gráfico 22</b>	<b>Nível de escolaridade dos jovens entrevistados .....</b>	<b>130</b>
<b>Gráfico 23</b>	<b>Em que medida os jovens entrevistados acham que a escola se interessa pelos problemas dos jovens rurais .....</b>	<b>131</b>
<b>Gráfico 24</b>	<b>Situação de trabalho dos jovens entrevistados .....</b>	<b>135</b>
<b>Gráfico 25</b>	<b>Opinião dos jovens entrevistados sobre o que falta no assentamento para a juventude.....</b>	<b>140</b>
<b>Gráfico 26</b>	<b>O que os jovens entrevistados esperam para o futuro.....</b>	<b>138</b>
<b>Gráfico 27</b>	<b>O que os jovens assentados de Mari (PB) costumam fazer na cidade .....</b>	<b>151</b>
<b>Gráfico 28</b>	<b>Participação da juventude entrevistada em grupos de jovens.....</b>	<b>154</b>
<b>Gráfico 29</b>	<b>Participação dos jovens entrevistados em atividades ligadas à política (%).....</b>	<b>159</b>
<b>Gráfico 30</b>	<b>Atividades que os jovens entrevistados realizam para se divertir .....</b>	<b>163</b>
<b>Gráfico 31</b>	<b>Opinião dos jovens entrevistados sobre o que falta para o lazer no assentamento .....</b>	<b>164</b>
<b>Gráfico 32</b>	<b>Onde os jovens entrevistados costumam ir para se divertir .....</b>	<b>166</b>
<b>Gráfico 33</b>	<b>O que os jovens entrevistados sugerem para melhorar a vida da juventude dos assentamentos .....</b>	<b>167</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO NA MESORREGIÃO DA MATA PARAIBANA.....</b>	<b>31</b>
<b>1.1. A luta pela terra na Mesorregião da Mata Paraibana.....</b>	<b>43</b>
<b>1.1.1. A criação de assentamentos rurais na Mata Paraibana: em busca da construção do território de esperança .....</b>	<b>48</b>
<b>1.2. Mari: da formação do seu espaço agrário à construção das bases para a consolidação do território de esperança .....</b>	<b>52</b>
<b>1.2.1. Economia e aspectos naturais .....</b>	<b>54</b>
<b>1.2.2. A produção do espaço agrário de Mari .....</b>	<b>57</b>
<b>1.2.2.1. Estrutura fundiária e luta pela terra .....</b>	<b>58</b>
<b>1.3. Da luta pela terra à construção do Assentamento Tiradentes .....</b>	<b>60</b>
<b>1.4. Da luta pela terra à construção do Assentamento Zumbi dos Palmares .....</b>	<b>62</b>
<b>2. OS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE MARI .....</b>	<b>66</b>
<b>2.1. Assentamento Tiradentes .....</b>	<b>67</b>
<b>2.1.1. Presença e acesso a serviços .....</b>	<b>68</b>
<b>2.1.1.1. Educação.....</b>	<b>68</b>
<b>2.1.1.2. Saúde e saneamento.....</b>	<b>74</b>
<b>2.1.1.3. Lazer e cultura.....</b>	<b>75</b>
<b>2.1.2. Produção, consumo e comercialização.....</b>	<b>76</b>
<b>2.1.3. Perfil das famílias assentadas.....</b>	<b>76</b>
<b>2.1.3.1. Origem.....</b>	<b>77</b>
<b>2.1.3.2. Tamanho das famílias e composição por sexo e idade.....</b>	<b>78</b>
<b>2.1.3.3. Tipos de atividade (ocupação) dos componentes das famílias.....</b>	<b>80</b>
<b>2.1.3.4. Renda média mensal das famílias.....</b>	<b>81</b>
<b>2.2. O Assentamento Zumbi dos Palmares.....</b>	<b>82</b>
<b>2.2.1. Características físicas.....</b>	<b>84</b>
<b>2.2.2. Presença e acesso a serviços.....</b>	<b>87</b>
<b>2.2.2.1. Educação.....</b>	<b>87</b>
<b>2.2.2.2. Saúde e saneamento.....</b>	<b>93</b>
<b>2.2.2.3. Lazer e cultura.....</b>	<b>96</b>

<b>2.2.3. Produção, consumo e comercialização.....</b>	<b>97</b>
<b>2.2.4. Perfil das famílias assentadas.....</b>	<b>100</b>
<b>2.2.4.1. Origem.....</b>	<b>100</b>
<b>2.2.4.2. Tamanho das famílias e composição por sexo e idade.....</b>	<b>102</b>
<b>2.2.4.3. Tipo de atividades (ocupação) dos componentes das famílias.....</b>	<b>104</b>
<b>2.2.4.4. Renda média mensal das famílias.....</b>	<b>105</b>
<b>2.3. Percepções dos impactos dos assentamentos.....</b>	<b>107</b>
<b>3. A JUVENTUDE RURAL ASSENTADA DO MUNICÍPIO DE MARI.....</b>	<b>110</b>
<b>3.1. Sobre o conceito de juventude.....</b>	<b>111</b>
<b>3.2. Juventude rural: algumas considerações.....</b>	<b>115</b>
<b>3.3. A juventude assentada do município de Mari.....</b>	<b>119</b>
<b>3.3.2. Educação, trabalho e perspectivas dos jovens assentados.....</b>	<b>127</b>
<b>3.3.2.1. Educação e importância da escola.....</b>	<b>128</b>
<b>3.3.2.2. Trabalho e renda dos jovens entrevistados.....</b>	<b>135</b>
<b>3.3.2.3. Perspectivas dos jovens assentados.....</b>	<b>137</b>
<b>3.4. Percepções dos jovens assentados .....</b>	<b>142</b>
<b>3.5. Participação dos jovens na luta pela terra.....</b>	<b>146</b>
<b>3.6. Participação juvenil no trabalho familiar.....</b>	<b>148</b>
<b>3.7. Participação e integração juvenil na comunidade.....</b>	<b>151</b>
<b>3.7.1. Grupo Jovem Encanto dos Palmares.....</b>	<b>155</b>
<b>3.7.2. Projeto Ponto de Cultura.....</b>	<b>156</b>
<b>3.8. Participação política.....</b>	<b>158</b>
<b>3.9. Espaços de sociabilidade e de lazer.....</b>	<b>161</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>168</b>
<b>REREFÊNCIAS.....</b>	<b>175</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>182</b>

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho aqui apresentado procura fazer uma articulação entre dois temas principais: juventude e assentamento rural. Essa temática norteou nossa pesquisa para a elaboração da monografia de conclusão de curso de graduação e retorna agora com uma perspectiva nova e mais madura na dissertação de Mestrado.

O interesse por esse tema surgiu a partir da nossa inserção na pesquisa “Territórios de Esperança”, que vem sendo desenvolvida no Departamento de Geociências da UFPB, com o apoio do CNPq, desde 2007, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emília de Rodat Fernandes Moreira, e que estuda a luta pela terra e pela vida na terra em áreas de assentamento no estado da Paraíba.

Durante a participação nesta pesquisa, surgiram algumas inquietações em relação ao papel dos jovens no processo de luta por terra e na organização produtiva, social e política das áreas de assentamento. Essas inquietações contribuíram para a formulação da questão central do estudo: Como os jovens assentados participam do processo de construção e de consolidação dos assentamentos rurais?

Além disso, ao entrar em contato com uma pesquisa sobre migração, em áreas de assentamentos na Paraíba, desenvolvida por alguns membros do Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC/UFPB/MDA), do qual participamos, pudemos perceber que a saída dos jovens constituía um problema na continuidade da reprodução do campesinato em alguns assentamentos. Por isso nos veio a vontade de compreender esse suposto desinteresse dos jovens pela terra conquistada, que fazia com que procurassem outros meios de vida fora do assentamento.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos o conceito de “Território de Esperança”, que vem sendo construído pela Professora Dr<sup>a</sup> Emília Moreira no nosso grupo de pesquisa – o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC). Para ela, o assentamento rural, como territorialização da luta pela terra, que carrega consigo a esperança de consolidar a agricultura camponesa e de romper com o sistema hegemônico baseado na concentração de terras e na subordinação do trabalho ao capital, constitui-se como um território de esperança. Consideramos o assentamento como parte de um novo território – o Território de Esperança – em processo constante de transformação conquistado através da luta camponesa. Como tal, ele vivencia um processo permanente de construção/reconstrução permeado por contradições e conflitos, por avanços e por recuos.

Podemos dizer, então, que a criação do Assentamento Rural não representa o fim, mas o início da luta dos camponeses assentados por melhores condições de vida e de trabalho. Nesse processo, a juventude é a parcela da população mais afetada, pois, além da falta de estrutura da maioria dos assentamentos rurais que garanta uma qualidade de vida melhor aos jovens (como escolas, áreas de lazer, oportunidades de trabalho, entre outras coisas), ainda existe o problema da mitificação do campo, que é visto, frequentemente, como um espaço monótono e vazio, sem perspectiva de futuro, enquanto a cidade é tida como local de grandes oportunidades de melhoria de vida.

Com base nessa interpretação da realidade e no fato de existirem poucas ações que incentivem os jovens a permanecerem no meio rural, uma saída para ele, a fim de melhorarem suas condições econômicas e de vida, seria procurar trabalho na cidade. Disso, podem resultar o envelhecimento da população rural e a quebra dos mecanismos de hereditariedade, o que significa uma não continuidade do trabalho dos pais e a fragilização da reforma agrária.

Em sua tese de Doutorado<sup>1</sup>, Elisa Guaraná mostra que a decisão dos jovens entre “ficar e sair” do meio rural envolve fatores muito mais complexos do que a simples atração pelas cidades, já que a juventude rural é sempre pressionada pelas transformações do campo. Ela fala das limitações de reprodução social nos assentamentos, porque eles não têm espaço para a formação de novos núcleos familiares. Até os jovens que desejam permanecer no assentamento, geralmente, são obrigados a procurar outra forma de acesso a terra.

Nesse contexto, um território de esperança, do ponto de vista do papel que os jovens terão para seu amanhã, é de contradições, inacabado, mas que detém um potencial transformador que precisa ser mais bem considerado pelos movimentos sociais, pelas ONGs e pelo Estado.

Diante dessas e de outras questões, propusemo-nos a pesquisar a juventude rural assentada, tema pouco trabalhado na Geografia, visando, entre outras coisas, aprofundar a compreensão sobre o papel dos jovens na produção do espaço agrário e na consolidação da reforma agrária, tomando como referência o caso dos assentamentos

---

<sup>1</sup>A tese de Doutorado, “Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural”, foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ, por Elisa Guaraná de Castro, em julho de 2005.

existentes no município de Mari. De modo mais específico, o estudo tem os seguintes objetivos:

- ✓ Aprofundar, na perspectiva geográfica, a discussão teórica sobre juventude rural assentada;
- ✓ Caracterizar o espaço agrário de Mari, a fim de entender os fatores responsáveis pela luta por terra e pela criação de assentamentos nele;
- ✓ Recuperar o processo de luta que deu origem aos assentamentos existentes no município de Mari, procurando entender a participação dos jovens nesse processo;
- ✓ Caracterizar os assentamentos levando em conta a infraestrutura de trabalho, educacional, de saúde e de lazer bem como as formas de organização produtiva, social e política;
- ✓ Caracterizar os jovens assentados quanto à idade, ao sexo, ao estado civil, à escolaridade, à inserção no trabalho, na vida social e política dos assentamentos onde vivem;
- ✓ Levantar, descrever e analisar as perspectivas/esperanças/desesperanças dos jovens rurais no processo de construção e de consolidação dos assentamentos estudados;
- ✓ Identificar, descrever e analisar as formas de participação dos jovens na dinâmica social, cultural, política e econômica dos assentamentos;
- ✓ Analisar as políticas públicas voltadas para os jovens e sua repercussão nos assentamentos do município de Mari, com base na percepção dos jovens assentados.

Consideramos que nossa pesquisa pode contribuir para os estudos sobre juventude rural, particularmente no âmbito na Geografia, onde tais estudos são muito escassos. Quando encontramos estudos sobre o tema, é em relação a uma juventude reconhecida somente como um recorte etário da população, sem análises mais profundas. Contribuir para preencher essa “lacuna” é uma das intenções deste estudo, bem como disponibilizar informações importantes para subsidiar ações dos movimentos sociais, de ONGs e do Estado voltadas para a juventude rural assentada.

Além disso, a Geografia não pode deixar de estudar os jovens, pois, através de ações específicas, eles podem interferir na dinâmica espacial e na construção de novos

territórios, manifestando seus interesses, afirmando-se como sujeitos sociais, inserindo-se em diferentes relações de trabalho e atuando em grupos com objetivos diversos. Como assinala Moreira (1997) são os sujeitos de um processo os responsáveis por mudanças. Assim, o espaço geográfico e o território, enquanto produtos do trabalho, são frutos da ação dos sujeitos sociais inseridos em relações sociais de trabalho diverso. Considerando que os jovens desempenham importante papel social e político, devemos tentar compreender a sua participação na construção do território como sujeitos desse processo.

### **Os caminhos metodológicos**

Tendo em vista a relevância da questão do método no processo de renovação da ciência geográfica, não podemos deixá-la em segundo plano na execução de nossa pesquisa. Isso porque é o método que direciona o caminho do processo de construção do conhecimento, estabelecendo as técnicas e os instrumentos necessários a esse processo ou, como afirmam Moraes e Costa (1984, p.27), o método é “o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico”.

Ao explicitar o método de interpretação utilizado, o pesquisador assume uma posição científica e esclarece a função de seu trabalho dentro da sociedade: “Enfim, o método faz a ponte entre a reflexão de uma ciência particular e a produção historicamente acumulada, deixando claro o caráter social da atividade científica” (MORAES; COSTA, 1984, p.32). O método de interpretação que balizou nossa pesquisa foi o materialismo-histórico-dialético, cuja origem é embasada nas ideias de Karl Marx e Friedrich Engels, que partiram da crítica da filosofia da história hegeliana. Esses dois pensadores, utilizando alguns dos fundamentos da dialética de Hegel (idealista) e do materialismo de Feuerback (metafísico), desenvolveram um novo método que fosse utilizado para explicar a realidade social.

Tal método parte da perspectiva de que o mundo está em constante transformação e busca a transformação da realidade, funcionando como um caminho para a negação do que está posto. Além disso, de acordo com o autor, para compreender determinada realidade, é preciso buscar a sua origem e o seu processo de desenvolvimento, ou seja, partir de um ponto de vista histórico. Também é considerado materialista porque toma como ponto de partida a realidade, a “(...) ação concreta dos

indivíduos reais, as condições materiais de vida e as condições gerais de sua existência” (MORAES; COSTA, 1984, p.61). Assim, o método materialista histórico e dialético não se limita a estudar “fatos” ou “coisas”, mas sim, “processos” (MORAES e COSTA, 1984, p.52). É nessa perspectiva que pretendemos abordar a juventude rural nos assentamentos e sua participação ou não na construção e na consolidação dos assentamentos rurais de Mari - PB.

No que se refere ao método de pesquisa, pode ser entendido como o conjunto de técnicas e procedimentos utilizados para a realização da pesquisa científica. São os instrumentos, os meios através dos quais o pesquisador realiza seu estudo. O método de pesquisa relaciona-se “mais aos problemas operacionais da pesquisa do que a seus fundamentos filosóficos” (MORAES; COSTA, 1984, p. 27). Assim, um mesmo método de pesquisa pode ser empregado nos mais diversos tipos de pesquisa científica. Por sua vez, o conjunto de métodos mobilizados em uma pesquisa permite compreender o fundamento filosófico no qual se apoia o seu autor.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram selecionados alguns procedimentos metodológicos para coletar informações que permitiram uma maior aproximação da realidade, para a obtenção de respostas no que diz respeito à problemática do objeto de estudo.

A principal fonte de informações é, sem dúvida, o jovem assentado e sua família. A referência empírica são as práticas sociais desse sujeito e as relações estabelecidas entre ele e seus pares com a comunidade, com movimentos sociais e ONGs e com o Estado, no processo de luta e de construção/consolidação dos assentamentos rurais.

O objeto de investigação é o jovem rural assentado, com idade entre 15 e 29 anos, independentemente de já ter constituído ou não uma unidade familiar autônoma. Esse critério de idade definidor de juventude é adotado pela Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ), da qual o Brasil faz parte (juntamente com mais 20 países da América Latina, Espanha e Portugal). Além disso, o Governo brasileiro tende a adotar essa faixa etária em seus programas e em suas políticas públicas voltadas para a juventude, por exemplo, o Projovem<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Programa do Governo Federal que tem algumas modalidades (Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador). A faixa etária contemplada varia de acordo com a modalidade, mas inclui jovens brasileiros de 15 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua reinserção na escola e no mundo do trabalho.

Além da idade, os jovens que participam da pesquisa têm a particularidade de ser membros de famílias assentadas que residem em assentamentos rurais do município de Mari-PB, situado na Zona da Mata Paraibana. Nesse município, existem apenas dois assentamentos: Zumbi dos Palmares e Tiradentes. A escolha por esse município foi influenciada tanto pela constatação da existência de apenas dois assentamentos nele, o que tornaria mais fácil se perceber o conjunto dos jovens assentados como da proximidade do local, o que facilita o acesso às áreas objeto de estudo. Importante também foi o contato estabelecido com um líder do MST, que nos abriu a porta para que nos aproximássemos dos assentados. A tudo isso se soma o fato de o município se localizar numa área tradicionalmente voltada para a monocultura da cana de açúcar, do fumo de rolo e do abacaxi, atividades que se realizam com a exploração da mão de obra assalariada e que, por meio da luta camponesa por terra, observa importantes mudanças territoriais com reflexos profundos na organização espacial.

Os jovens assentados participantes da pesquisa foram separados em três grupos distintos, segundo a faixa etária: 15 a 19 anos; 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. Esse procedimento pautou-se na experiência da pesquisadora cubana, Laura Domingues Garcia (2003), que faz uma estratificação interna da juventude tendo como suporte os aspectos psicossociais. De acordo com a mencionada pesquisadora, os jovens são classificados assim:

- *Jovens adolescentes* (de 15 a 19 anos), que se caracterizam por uma imaturidade tanto biológica quanto social;
- *Jovens* (de 20 a 24 anos) que já alcançaram uma maturidade biológica, mas ainda não atingiram uma maturidade social bem definida;
- *Jovens adultos* (de 24 a 29 anos) que já têm certa maturidade psicológica e que estão em fase de consolidação de sua formação profissional.

Consideramos essa classificação a mais apropriada para nosso trabalho, tendo em vista que a juventude que pesquisamos não constitui um grupo homogêneo. Ele apresenta diferenciações que estão diretamente relacionadas à maturidade psicossocial que, por sua vez, está intimamente articulada, ao menos no contexto mais geral, à faixa etária. Além disso, como afirma Weisheimer (2009, p.72-73),

a abordagem cronológica que estabelece as faixas etárias torna-se importante para a pesquisa social empírica, principalmente para a definição precisa dos critérios de inclusão e exclusão de indivíduos na

categoria juventude. Isso exige do pesquisador, como qualquer outra forma de classificação a explicitação dos parâmetros teóricos que definem a construção operacional da categoria analítica.

Como a pesquisa envolve informações sobre as famílias dos jovens, achamos por bem analisar os dados obtidos sobre o conjunto da população que compõe as suas famílias, agregando-os nas seguintes faixas etárias: de 0 a 14 anos; de 15 a 29 anos (considerando os subgrupos apontados anteriormente<sup>3</sup>); 30 a 44 anos; 45 a 59 anos; 60 a 74 anos e 75 anos ou mais.

Uma importante técnica de pesquisa utilizada foi o *trabalho de campo*. Já dizia Mao Tsé Tung (1941) que, “sem pesquisa de campo, ninguém tem direito a falar”<sup>4</sup>. De fato, é através do contato com a realidade a ser analisada que o pesquisador poderá conhecer mais a fundo o que está por trás da aparência e pode formular suas primeiras hipóteses. Devem-se buscar compreender certos fenômenos, certos processos sociais no próprio cotidiano dos sujeitos pesquisados, como afirma Kayser (2006, p. 99): “(...) o familiar, o cotidiano, é o *importante*, o significativo. E a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles”. A partir daí, o pesquisador terá mais elementos para formular hipóteses (desde que, claro, já esteja munido de certa carga teórica sobre o tema) para o desenvolvimento do seu estudo além de, parafraseando Aaron Cicourel (1980), permitir a revisão de teorias básicas sobre as quais se fundamenta.

Na pesquisa de campo, adotamos, entre outras metodologias, a *observação participante*, que pode ser definida como

(...) um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar um investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por esse contexto (SCHWARTZ e SCHWARTZ, 1995, p. 355 *apud* CICOUREL, 1980, p. 89).

A técnica da observação participante foi introduzida pela Escola de Chicago, na década de 1920, e foi objeto de muitas críticas por parte dos pesquisadores experimentais. Desde então, caiu no esquecimento e só foi retomada na década de 1990.

---

<sup>3</sup>De 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

<sup>4</sup> Mao Tsé Tung. In: Prefácio dos Inquéritos na zona rural, março 1941.

Nesse momento, porém, o método “foi banalizado e utilizado de forma indiscriminada, sem o rigor metodológico que esse procedimento exige, em relação à coleta, registro e interpretação pertinentes e coerentes com a realidade estudada” (QUEIROZ et. al., 2007, p. 278). Atualmente, essa técnica ganhou expressão e vem sendo utilizada com rigor metodológico na pesquisa que utiliza a abordagem qualitativa.

Através da utilização da observação participante, passamos a compreender bem mais as comunidades camponesas estudadas, conhecer com mais profundidade as relações estabelecidas entre seus membros, identificando seus valores, e a ter contato com sua cultura, com sua maneira de enxergar a realidade que os cerca.

Vale salientar que, nessa participação, não nos constituímos no que Gold (citado por COWIE, 2009 e CICOUREL, 1980) denomina de “participante total”, visto que não intencionamos ser “confundidos” com os sujeitos analisados, porque não somos camponeses nem integramos as comunidades pesquisadas, embora possamos, em alguns momentos, ter participado delas (de forma superficial) e compartilhado de alguns momentos de sua realidade. Porém, essa participação ocorreu como pesquisador, e não, como camponês.

Assim, colocamo-nos no papel de participante como observador, como classificou Gold (citado por COWIE, 2009 e CICOUREL, 1980). De acordo com esse autor, na observação participante, há quatro tipos de observador:

- O *participante total*, que deve agir da forma mais natural com os sujeitos observados e pode, inclusive, fingir papéis e se passar por um deles;
- O *participante como observador*, que deixa claro aos observados o seu papel de pesquisador e permite que eles tenham consciência de que a relação estabelecida entre eles é simplesmente de campo;
- O *observador como participante*, que observa mais formalmente do que informalmente, já que seu contato com os “observados” é muito curto e superficial;
- O *observador total*, que tenta se passar o mais despercebidamente possível, tentando não interagir com os sujeitos pesquisados.

Nessa classificação, identificamo-nos com a segunda categoria, já que não pretendíamos fingir papéis e confundir com os sujeitos alvo da pesquisa, nem ter um contato superficial ou evitar ao máximo qualquer tipo de contato com a realidade

analisada. Nossa intenção foi, como mencionado, manter as comunidades estudadas conscientes da nossa situação de pesquisador de campo e construir relações com os informantes lentamente, utilizando a observação informal (como quando se vai às festas, por exemplo), bem como a observação formal (CICOUREL, 1980).

A observação não pode ser colocada abaixo da participação na comunidade, e foi essa observação nossa prioridade, a fim de coletar as informações necessárias à nossa pesquisa. Para isso, foi preciso que, de vez em quando, ficássemos à distância do que estava sendo estudado, procurando sempre comparar as informações registradas do início ao fim da pesquisa de campo.

Com esse entendimento e esses esclarecimentos, participamos de algumas atividades nos assentamentos rurais estudados, para que nos inteirássemos da realidade e comunicássemos o nosso interesse à comunidade. Participamos da organização de uma festa junina no Assentamento Zumbi dos Palmares, em junho de 2011, onde a comunidade se empenhava em preparar brincadeiras, como o tradicional pau de sebo<sup>5</sup>, organizar fogueiras e enfeitar o local da festa (podemos citar o exemplo de quando utilizamos nosso carro para ir buscar alguns equipamentos que iriam ser utilizados na festa e que estavam em outra localidade). Também vivenciamos momentos de conversas sobre assuntos que podem parecer, a princípio, estranhos à pesquisa, mas que acabaram exercendo importante papel na aproximação dos sujeitos pesquisados e revelando informações valiosas que não poderiam ser reveladas de outra forma.

Presenciamos uma reunião de pais na escola do Assentamento Zumbi dos Palmares, onde percebemos a integração da família com a escola e sua importância para a comunidade, e participamos de uma reunião com os monitores do Projeto Ligas da Cultura do Assentamento Tiradentes (sobre o qual falaremos no decorrer do estudo). Tivemos a oportunidade de “pegar uma carona” no ônibus que transportava os estudantes dos assentamentos de Mari até as escolas da sede do município, onde observamos uma forte presença dos jovens assentados (nesse dia, estava sendo realizada uma gincana, em que os alunos realizaram várias atividades relacionadas ao dia do índio).

Dormimos vários dias (em momentos distintos) nas casas dos assentados, que nos abriram as portas e nos permitiram acompanhar sua rotina. No Assentamento

---

<sup>5</sup>Pau de sebo é uma brincadeira típica do Nordeste brasileiro, que é comum, principalmente, durante as festas juninas, e que consiste em tentar subir em um tronco reto e liso, previamente banhado de sebo, para tentar apanhar um prêmio que se encontra em seu topo.

Tiradentes, assistimos a umas aulas de algumas das oficinas do Projeto Ligas da Cultura, como a oficina de capoeira (da qual participavam crianças e jovens das mais variadas idades, de dentro e de fora do assentamento) e a oficina de dança.

Essa experiência foi de grande importância para que percebêssemos algumas sutilezas que só a convivência pode revelar. Não tivemos a intenção de prolongar muito a nossa estadia nas comunidades, tendo em vista que a ótima receptividade dos assentados poderia nos desviar dos objetivos propostos para a pesquisa. Apesar disso, alguns laços se formaram. Isso contribuiu para a realização do estudo e poderá contribuir também para o seu retorno às comunidades em questão.

Além da observação participante, utilizamos a *entrevista* como ferramenta de coleta de dados qualitativos na pesquisa de campo. Essa ferramenta permite uma interação social entre o pesquisador e o sujeito entrevistado. O primeiro segue um roteiro organizado em tópicos acerca das informações que deseja obter. A entrevista é, portanto, um importante meio de coleta de dados qualitativos, pois, através da fala individual, obtêm-se subsídios para diagnósticos e análises. As entrevistas são

(...) fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p.215).

As entrevistas que realizamos podem se enquadrar em três tipos distintos, a saber:

- *Entrevista estruturada*: composta por questões precisas, previamente formuladas, por meio da qual a coleta de dados é realizada de modo mais controlado. Nesse tipo de entrevista, há mais uniformidade em relação ao tipo de informação coletada, e a análise dos dados é mais simples, porém não permite aprofundar questões que não tenham sido pensadas anteriormente;
- *Entrevista semiestruturada*: é orientada por tópicos pensados previamente, que servem para guiar o entrevistador. Pode resultar em respostas mais subjetivas, sem que o pesquisador perca totalmente a possibilidade de proceder a uma

análise quantitativa. Exige uma preparação do entrevistador caso haja uma mudança da conversa que se desvie do roteiro. A nosso ver, é a forma mais rica de entrevista, pois admite o emprego de técnicas tanto da entrevista estruturada quanto da entrevista aberta;

- *Entrevista aberta*: também é chamada de entrevista não estruturada, justamente por não seguir nenhum tipo de roteiro pré-estabelecido. Esse tipo de entrevista assume um caráter de conversa, em que não há nenhuma questão pré-determinada, e o que importa são as informações fornecidas espontaneamente pelo entrevistado.

Em nossa pesquisa, utilizamos as três formas de entrevista. As estruturadas e as semiestruturadas foram realizadas com os diretores das escolas dos assentamentos, os presidentes das associações, os agentes de saúde dos assentamentos, os técnicos agrícolas, os integrantes do MST e os assentados mais antigos. Com essas entrevistas, pudemos traçar o perfil geral dos assentamentos estudados, com base nas informações levantadas sobre: a) a presença e o acesso a serviços de educação, saúde, sistema de esgoto, acesso a água, a energia elétrica e a telefone; b) a organização da produção agropecuária e o consumo; c) a comercialização da produção; d) o perfil geral das famílias; e) a origem dos assentamentos e a história da luta que lhes deu origem; f) os desdobramentos da luta após a criação dos assentamentos; g) a organização interna e a visibilidade deles; h) a presença e a participação em organizações de representação política e/ou econômica e a percepção dos impactos causados pelos assentamentos na região.

As entrevistas abertas foram realizadas com jovens dos assentamentos que não responderam aos questionários, mas com quem conversamos a respeito dos seus principais anseios, das principais dificuldades enfrentadas, como jovens rurais assentados, e sobre suas percepções acerca dos assentamentos e de sua condição juvenil. Também realizamos entrevistas abertas com professores e funcionários da Escola do Assentamento Tiradentes e com os monitores das oficinas ali ministradas (através de um projeto cultural nele desenvolvido<sup>6</sup>).

Outro instrumento de coleta de dados que utilizamos foi o *questionário*. Com esse recurso, foi possível abranger um número bem maior de pessoas, em um tempo

---

<sup>6</sup> Sobre esse projeto, consultar o capítulo 3.

significativamente menor do que o tempo necessário para a aplicação de outros procedimentos (entrevistas e grupos focais, por exemplo). Além disso, permitiu mais uniformidade na avaliação dos resultados e menos riscos de distorção das respostas durante as análises.

Foram aplicados os mesmos tipos de questionário nos dois assentamentos. Eles continham questões estimuladas e espontâneas acerca dos seguintes aspectos: dados gerais dos jovens entrevistados; caracterização da família; escolaridade; trabalho e renda dos membros da família; perspectivas de futuro; percepções sobre a juventude rural; percepções sobre a realidade; participação política e integração na comunidade; sociabilidade e lazer; ações do Estado que atingem os jovens; sugestões de melhoria de vida dos jovens assentados e participação dos jovens na luta pela terra.

Assim, foi aplicado nos dois assentamentos um total de 65 questionários, um em cada família – 30, no Assentamento Zumbi dos Palmares, e 35, no Tiradentes. O critério de seleção das famílias que compuseram nossa amostra foi a presença de, pelo menos, um jovem em seu interior, na faixa etária de 15 a 29 anos. Os questionários eram respondidos por um jovem de cada família, que fornecia as informações tanto sobre a família quanto sobre si mesmo. Às vezes, outros membros das famílias o (a) ajudavam a responder perguntas relacionadas à família de forma mais geral, mas, quando se tratava de informações/opiniões pessoais dos jovens consultados, pedíamos (de forma gentil) que o restante da família deixasse o (a) entrevistado (a) à vontade para responder às questões. Desse modo, tivemos a possibilidade de compor amostras diferentes:

- 1) Com o total de pessoas envolvidas nas famílias dos jovens consultados;
- 2) Com os jovens entrevistados no Assentamento Tiradentes;
- 3) Com os jovens entrevistados no Assentamento Zumbi dos Palmares;
- 4) Com os jovens entrevistados nos dois assentamentos.

No Assentamento Tiradentes, as 35 famílias consultadas correspondem a uma amostra de 22% das 160 assentadas no PA. No entanto, nesse assentamento, ainda existem mais 60 famílias agregadas que, embora extremamente importantes, não compuseram nossa amostra por dois motivos principais: a) não serem contabilizadas pelo próprio INCRA nem assentadas formalmente; e b) devido à grande quantidade de famílias que teriam que ser entrevistadas, o que fugiria de nossas possibilidades pelos poucos recursos e o tempo disponível. É importante deixar claro, porém, que é necessário um trabalho que caracterize esse grupo que permanece no assentamento,

compartilhando os lotes de suas famílias, alertando o Estado para a necessidade de terra e de visibilidade para essa população.

Já no Assentamento Zumbi dos Palmares, nossa amostra corresponde a 35% das famílias assentadas (já que foram aplicados questionários a 30 das 85 famílias do PA). Os questionários aplicados demandavam um tempo considerável para serem respondidos (em média, uma hora para cada um) para que contemplássemos, de forma satisfatória, as suas 73 questões. Também demandou bastante tempo a tarefa de passar de casa em casa, nos assentamentos estudados, para acertar aquela em que haveria, pelo menos, um jovem pertencente à faixa etária abordada pela pesquisa. Considerando que as casas, nos dois assentamentos, mantêm certa distância umas das outras e, nem sempre havia alguém em casa (o que poderia nos fazer voltar em outro horário ou dia), a aplicação dos questionários, às vezes, era uma tarefa que demandava muito tempo e energia por parte do pesquisador.

Uma observação para facilitar esse tipo de trabalho é marcar o número das casas que já foram visitadas, para evitar que o pesquisador se confunda e volte à mesma casa e aplique o mesmo questionário. No momento de nossa pesquisa, não tínhamos pensado nessa alternativa, o que foi um ponto que dificultou nossa tarefa. No entanto, como tínhamos os nomes dos membros das famílias registrados, foi possível identificar os casos em que nos confundíamos e voltávamos a uma casa já visitada.

Dois outros importantes recursos metodológicos que estiveram presentes em nosso estudo foram a *pesquisa bibliográfica* e a *pesquisa documental* que, apesar de serem parecidas, não devem ser confundidas. A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo que se dá na realização de qualquer pesquisa.

Quando se decide analisar determinado tema, a primeira coisa a ser feita é construir uma base teórica através de uma revisão bibliográfica. Em nosso trabalho, realizamos tal revisão tendo como fontes de referência livros, periódicos científicos, teses e dissertações.

A pesquisa documental também é de grande importância, pois, por meio dela, o pesquisador pode confirmar ou não informações colhidas na pesquisa de campo ou reforçar as hipóteses levantadas. Realizamos a pesquisa documental na Superintendência Regional do INCRA-PB, no setor de Assentamento, de PDA e noutros setores.

No que se refere à estrutura, o trabalho foi dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, procuramos resgatar o processo de formação territorial da Zona da Mata paraibana e demonstrar que, desde suas origens, ele se constituiu como um território de exploração, cuja luta pela terra e a conquista de sua parcela pelo Campesinato o têm transformado em um território de esperança composto, entre outros, pelos assentamentos rurais. Terminamos este capítulo mostrando como o espaço agrário do município de Mari foi formado e como se estabeleceram as bases para a construção dos assentamentos rurais desse município.

O segundo capítulo traz o processo de luta que constituiu os dois assentamentos rurais do município de Mari: O Assentamento Tiradentes e o Assentamento Zumbi dos Palmares, a caracterização dos assentamentos quanto à presença e ao acesso aos serviços, à produção, à população, ao perfil das famílias, e algumas considerações sobre as nossas percepções sobre os impactos da criação dos PAs no município de Mari.

Já o terceiro e último capítulo trata da juventude assentada de forma mais específica. Para isso, parte do debate sobre o conceito de juventude até chegar à especificidade da juventude assentada. Em seguida, caracteriza a juventude assentada do município de Mari, ora tratando os jovens dos dois assentamentos de forma conjunta, ora de forma comparativa, de acordo com as necessidades da análise. Ainda nesse capítulo, analisamos a presença e o acesso a serviços voltados para a juventude dos assentamentos investigados e suas percepções e expectativas em relação ao seu futuro e à comunidade em que vivem. Essa parte do estudo também consistiu de uma tentativa de investigar a inserção desses jovens nos espaços de participação (política, produtiva, de luta pela terra, de sociabilidade e lazer).

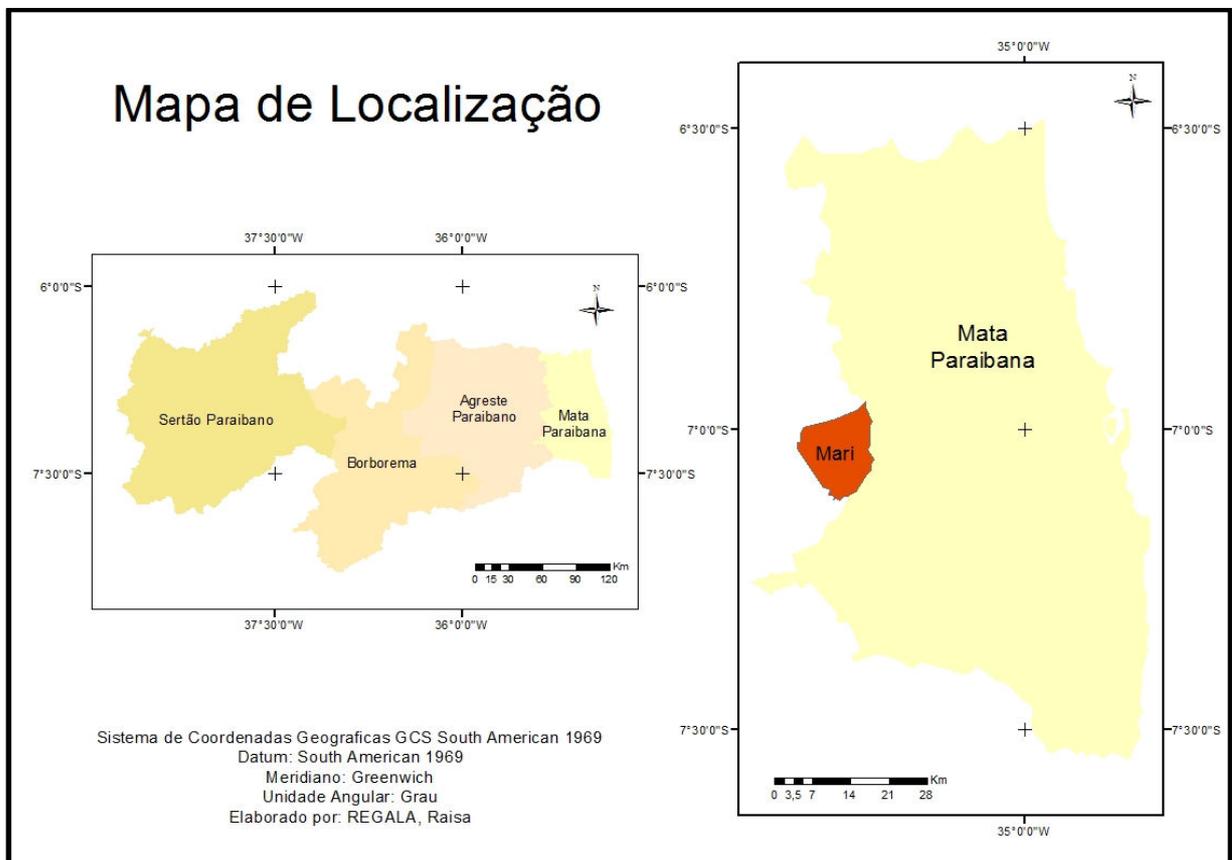
A partir disso, algumas considerações foram traçadas e levantados novos questionamentos a serem desenvolvidos em pesquisas futuras.

## CAPÍTULO 1

# **A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO NA MESORREGIÃO DA MATA PARAIBANA**

A Mesorregião da Mata Paraibana é uma das quatro grandes regiões do estado da Paraíba, formada por trinta municípios agrupados em quatro microrregiões (João Pessoa, Sapé, Litoral Norte e Litoral Sul). Faz parte da Zona da Mata nordestina (mapa 1), que compreende uma faixa de terra que vai do estado do Rio Grande do Norte ao sul do estado da Bahia, edificada, historicamente, segundo Moreira (2005), com base nas atividades canavieira e cacauieira.

**Mapa 1 - Divisão regional da Paraíba, com ênfase na Mesorregião da Mata Paraibana e no município de Mari:**



Elaboração: REGALA, Maria.

Com uma área de 5.232,396 km<sup>2</sup> e uma população de 1.391.808 habitantes (IBGE, 2010), a Mesorregião da Mata Paraibana é a região mais populosa e a mais densamente povoada da Paraíba. Além disso, abrange todo o litoral paraibano (porção leste do Estado), é caracterizada pela presença da planície litorânea, de baixos planaltos sedimentares e pelas várzeas dos rios consequentes que deságuam no mar. Os solos variam desde os arenosos de praia até os encharcados dos mangues, os argilo-arenosos

ou areno-argilosos ou arenosos dos tabuleiros e do massapê encontrado nas várzeas (conhecido por sua fertilidade). Em função da proximidade do mar e da ação dos ventos Elíseos do sudeste, o clima da região é quente-úmido, com precipitações entre 1500 e 1800mm, em média anual, e chuvas bem distribuídas durante o ano. Desde o início de sua colonização, essa região foi marcada por uma grande concentração fundiária voltada para a produção de cana de açúcar (MOREIRA, 1989; 2012).

Ademais, a própria colonização do território, que hoje corresponde ao estado da Paraíba (bem como a colonização do território brasileiro de modo geral), iniciou com o que se denomina comumente de Zona da Mata nordestina, um espaço que coincide, na Paraíba, com a Mesorregião da Mata Paraibana. Na fase de escambo, que predominou durante a primeira metade do Século XVI, o processo de exploração do território começou com base na extração do pau-brasil. Nesse período, os indígenas não ofereciam resistência aos colonizadores europeus, já que a posse da terra e sua liberdade não eram ameaçadas, o que permitia que se estabelecesse uma relação amistosa entre eles (MOREIRA e TARGINO, 1997). Porém, como ressaltam Moreira e Targino (Op. cit., p. 28),

(...) na medida em que o sentido da colonização evoluiu para a apropriação da terra e para a sujeição do nativo, esse reagiu. A reação dos indígenas à subordinação da sua terra e do seu povo ao processo colonizador constituiu a primeira forma de luta pela terra que teve lugar na Paraíba. O desfecho desse processo de resistência foi-lhes, contudo, adverso.

Na década de 1530, foram instituídas as Capitanias Hereditárias, uma tentativa de colonização mais permanente (MENARD e SCHWARTZ, 1996), que correspondeu ao regime de *sesmarias*<sup>7</sup>, o qual durou até 1822 – ano da independência do Brasil. Seu objetivo maior era de permitir a exploração da capacidade produtiva das terras brasileiras através de um sistema denominado *plantation*<sup>8</sup>. No caso da Paraíba, esse processo se reproduz, porém de modo mais tardio, uma vez que a conquista desse território só ocorreu quase um século depois do descobrimento do Brasil (MOREIRA e TARGINO, 1997).

---

<sup>7</sup> As sesmarias eram grandes lotes de terras cedidas pela Coroa Portuguesa a quem tivesse condições de valorizá-las (SILVA, 2009).

<sup>8</sup> As *plantations* eram grandes latifúndios voltados para a produção de cana de açúcar que se baseavam, principalmente, no trabalho escravo e na produção para a exportação.

Com o andamento desse tipo de colonização, as relações dos europeus com os indígenas se modificaram, pois a esses últimos foi delegado o trabalho pesado na produção açucareira, enquanto os portugueses eram atraídos pela possibilidade de mobilidade social e pelas terras cedidas pelo Rei de Portugal (MENARD e SCHWARTZ, 1996). A relação de escambo existente no período anterior, como já mencionado, não foi suficiente para manter o interesse dos índios em trabalhar com a produção canavieira, tendo em vista que eles se tornaram mais exigentes em relação ao ínfimo pagamento que recebiam na extração do pau-brasil. Prado Jr. (1981, p.35) enuncia que os índios

tornaram-se, aos poucos, mais exigentes, e a margem de lucro do negócio ia diminuindo em proporção. Chegou-se a entregar-lhes armas, inclusive de fogo, o que foi rigorosamente proibido, por motivos que se compreendem. Além disto, se o índio, por natureza nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura.

Aos poucos, foi surgindo a necessidade do trabalho forçado e controlado dos índios, o que logo resultou no estabelecimento do regime de trabalho escravo. Assim, vemos que, nesse momento, o território se organiza com base na *plantation* canavieira e, como território de exploração, baseia-se, inicialmente, no tripé: monocultura, trabalho escravo indígena e produção de açúcar para a exportação.

Esse território de exploração não foi constituído de modo pacífico. Os indígenas reagiram, lutaram e enfrentaram, de diversas formas, o massacre promovido pelos colonizadores.

Nos Engenhos e plantações fundados pela nobreza lusitana, o indígena teimava em rejeitar o trabalho escravo, dava constantes demonstrações de rebeldia e, quando não conseguia fugir, terminava abatido pelos castigos ou pelas doenças, morrendo às dezenas ou às centenas. (...) Rebelava-se igualmente contra o trabalho sedentário, tornava-se um escravo de ínfimo rendimento e manifestava pela "indolência" seu protesto contra o estilo de vida a que o queriam subjugar (GUIMARÃES, 1968, p. 15/16 *apud* MOREIRA E TARGINO, 1997, p.36).

Essa resistência, somada às várias epidemias que aconteceram, principalmente, entre 1559 e 1563 e que dizimaram populações indígenas inteiras, tanto nas aldeias jesuítas quanto nas *plantations* (MENARD e SCHWARTZ, 1996), serviram de estímulo

para a importação de negros da África, que serviriam de mão de obra escrava. Sobre isso, Prado Jr (1981, p.36-37) afirma:

Aqui será o negro africano que resolverá o problema do trabalho. Os portugueses estavam bem preparados para a substituição; já de longa data, desde os meados do séc. XV, traficavam com pretos escravos adquiridos nas costas da África e introduzidos no Reino europeu onde eram empregados em várias ocupações: serviços domésticos, trabalhos urbanos pesados, e mesmo na agricultura. Também utilizavam nas ilhas (Madeira e Cabo Verde), colonizadas pelos portugueses na segunda metade daquele século.

Como já referimos, é com base na exploração da mão de obra escrava (primeiramente, a indígena e, depois, a africana) e na organização de grandes propriedades açucareiras<sup>9</sup>(os Engenhos) que vão se consolidando as bases para a constituição do território de exploração na Mata Paraibana, para atender às necessidades de acumulação do capital mercantil (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Com a crise do sistema açucareiro no Brasil, ocasionada pela produção do açúcar, nas Antilhas, durante a segunda metade do Século XVII, juntamente com o aumento do preço dos escravos, a Mesorregião da Mata Paraibana voltou a sofrer algumas modificações na organização do seu espaço agrário, com o surgimento do lavrador e do sistema de morada. Essas novas formas de trabalho foram gradativamente substituindo a mão de obra escrava, nessa fase de domínio dos engenhos.

No sistema de moradia, o trabalhador rural pagava uma “condição” ao dono da terra, que tanto podia ser em dias de trabalho (chamado de cambão), em dinheiro (chamado de foro), quanto com uma parte de sua produção (MOREIRA e TARGINO, 1997). Já os lavradores<sup>10</sup> eram pequenos agricultores que forneciam cana para os Engenhos, tanto em terras próprias quanto em terras arrendadas, num sistema de parceria submetida à grande propriedade canavieira (Op. cit.).

Além disso, foi o sistema de morada que permitiu a permanência da atividade canavieira, pois o senhor de engenho controlava os meios de produção (terras e engenho), transferia os custos de produção da cana para o morador e se apropriava da

---

<sup>9</sup> Voltadas para a produção de cana de açúcar e do próprio açúcar para a exportação.

<sup>10</sup> Caio Prado Júnior (1981) também fala da existência de *lavradores obrigados* e *lavradores livres*. Os primeiros eram arrendatários que produziam a cana por conta própria, mas eram obrigados a moê-la no engenho do proprietário. Já os lavradores livres detinham a propriedade da terra que utilizavam para a produção canavieira. Portanto, tinham a liberdade de escolher o engenho em que preferiam moer sua cana. Esse autor ressalta que esses lavradores não se enquadrariam na categoria de camponeses, já que eram grandes proprietários, donos de escravos e só estavam abaixo socialmente dos senhores de engenho.

maior parte dela e da renda fundiária que recebia dos trabalhadores na forma de trabalho ou dinheiro (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Como ressalta Torres (2009, p. 74),

o sistema de morada vai conviver com a escravidão até sua abolição quando parte dos escravos também se transformam em moradores. Esses moradores como afirma Andrade (1998), constituíam-se em uma reserva de mão-de-obra que futuramente seria utilizada na cultura canavieira na hora que se estabelecesse o fim da escravidão.

Esse território de exploração, constituído pelo território canavieiro, não só manteve a propriedade da terra sobre seu controle como também possibilitou uma nova forma de trabalho que se subordinava a sua lógica de dominação - o trabalho do morador - e disseminou uma nova relação de trabalho - o campesinato subordinado.

No final do Século XVIII e início do XIX, a Revolução de Santo Domingo (1801-1805) e o Bloqueio Continental de Napoleão (1805/1814), juntamente com outros fatores<sup>11</sup>, privaram boa parte dos consumidores europeus do açúcar produzido nas Antilhas. Isso provocou um aumento significativo do preço desse produto e reascendeu o mercado brasileiro do açúcar no cenário mundial (MEIRA, 2007). Nesse mesmo período (Século XVIII), agrava-se o problema de abastecimento de gêneros alimentícios para uma parcela considerável da população colonial (PRADO Jr, 1981), tendo em vista que essa produção era comprometida pela expansão da cana de açúcar e realizada de forma subsistente pelos pequenos agricultores e trabalhadores escravos. Sobre a escassez de alimentos na Paraíba, Moreira e Targino (1997) mencionam uma seca que durou de 1791 a 1793, em que

o abade de S. Bento, Frei Bento da Conceição Araújo, nada pôde fazer para que não morresse uma parte da escravatura dos engenhos de sua instituição. Os que não morreram, sustentaram-se durante oito ou dez meses de ervas por não poder mantê-los a citada instituição (PINTO, 1977, p.179 *apud* MOREIRA E TARGINO, 1997, p.38).

Ressalte-se, no entanto, que não só os escravos eram afetados pela produção alimentícia insuficiente, mas também aqueles que compunham os núcleos de povoamento mais denso. No geral, apenas a pequena parcela mais abastada da

---

<sup>11</sup> Meira (2007, p.6) menciona, ainda, o aumento do consumo do açúcar na Europa, causado pelo crescimento populacional e pelo processo de urbanização, resultantes do processo de Revolução Industrial no último quartel do Século XVIII.

população brasileira colonial não era afetada pela escassez de alimentos (embora tivesse que comprá-los a custos bastante elevados), enquanto a sua maior parte sempre será marcada por um estado crônico de subnutrição (PRADO Jr, 1981).

Moreira e Targino (1997, p.52) acrescentam que

a expansão ou contração da pequena produção alimentar nos Engenhos achava-se intrinsecamente relacionadas aos momentos de expansão ou de retração da atividade canavieira. Assim, nos momentos de apogeu da atividade, reduzia-se a produção alimentar uma vez que se exigia que todos os esforços fossem dirigidos à monocultura, em detrimento da “lavoura branca”.

Em meados do Século XIX, o Brasil sentiu novamente a concorrência dos engenhos antilhanos que, juntamente com o surgimento do açúcar proveniente da beterraba na Europa, provocou uma nova crise na produção açucareira brasileira (MEIRA, 2007). Além disso, o fim do regime de escravidão colaborou para o estancamento da atividade canavieira (MOREIRA e TARGINO, 1997). O fim da escravidão levou à aprovação da Lei de Terras de 1850, cuja finalidade era de tornar a terra uma mercadoria, privando os trabalhadores de se apropriarem dela, como afirma José Graziano da Silva:

Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de “acesso livre” (porque a propriedade dos escravos e dos outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem livre com terra livre, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios (SILVA, 1981, p.25).

Com isso, o sistema de morada se consolidou como a forma de trabalho dominante na Mata Paraibana (MOREIRA e TARGINO, 1997), e uma nova fase se iniciou no fim do Século XIX – a dos engenhos centrais – que, segundo Moreira e Targino (2011), foi uma experiência efêmera, que surgiu como uma tentativa de superar a crise de acumulação da atividade açucareira. No entanto, Meira (2007) refere que esse período (entre 1875 e 1941) foi fundamental para o desenvolvimento e a modernização da agroindústria canavieira no Brasil. Como salienta essa autora, os engenhos centrais,

juntamente com as ferrovias, surgiram como uma tentativa de modernizar a produção açucareira.

Esses engenhos voltavam-se para o processamento da cana fornecida por outros produtores, numa espécie de cooperativa, visando alcançar uma produção em maior quantidade e de melhor qualidade que pudesse concorrer no mercado internacional. Na Paraíba, só houve um engenho central – o Engenho Central São João – inaugurado em 1888 pela Companhia de Engenhos Centrais e que, mais tarde, daria origem à Usina São João, no município de Santa Rita (MOREIRA, 1990). Contudo, esses engenhos logo fracassaram devido a uma série de motivos, entre eles, “o atraso econômico do país, os elevados índices de concentração fundiária, o excessivo controle político da economia e a falta de um preparo técnico e de um fornecimento regular e suficiente para atender à demanda dos engenhos centrais” (MEIRA, 2007, p. 10). Moreira e Targino (1997, p.96) destacam outras causas do fracasso dos engenhos centrais:

a) a resistência dos senhores de Engenho em aderir ao projeto pelo risco que corriam de transformarem-se em meros fornecedores de cana, o que significaria a perda do prestígio e do poder político e econômico que detinham; b) a má utilização do dinheiro público por parte dos concessionários dos subsídios.

Em meio a esses acontecimentos, surgem as usinas, mantidas através de programas de auxílio e subvenções dos governos estadual e federal, como a criação, em 1931, da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CPDA), que foi transformada, em 1933, no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Além disso, elas surgiram mais como uma forma de garantir a permanência do setor açucareiro, e não, como um resultado espontâneo dele, como assinala Moreira (1990).

Começa, então, o que Moreira e Targino (2011) chamam de *Domínio da Usina de Açúcar*, que se estendeu do início do Século XX até a primeira metade dos anos de 1970. Esse momento foi marcado por grandes transformações nas relações de trabalho, com o crescimento da mão de obra assalariada. O principal motivo para que isso acontecesse, segundo Andrade (1998), foi a expulsão de moradores das terras dos antigos engenhos que foram sendo apropriadas pelas usinas.

Moreira (1990), no entanto, alerta para o fato de que o processo de substituição dos engenhos pelas usinas ocorreu de forma lenta e desigual e só se realizou inteiramente na metade do Século XX. Isso significa que o engenho e a usina de açúcar

coexistiram durante um período considerável. Além do mais, a expansão do sistema de usinas foi responsável por grandes transformações na organização do espaço agrário da Mesorregião da Mata Paraibana, a saber: a) a concentração da propriedade da terra e a centralização da produção de açúcar (algumas poucas usinas substituíram centenas de engenhos); b) a retração de formas tradicionais de relações de trabalho como o trabalhador morador e o parceiro; c) a expansão do trabalho assalariado e do trabalho sazonal (MOREIRA, 1990; TORRES, 2009).

Assim, foi-se desenvolvendo um processo de ruptura na forma de as usinas dominarem os engenhos, já que acabaram incorporando muitos dele e passaram a dominar um território ainda maior do que esses últimos. A forma de explorar a usina se tornou muito mais forte quando os trabalhadores foram expulsos da terra e se passou a contratar mais trabalho assalariado.

Segundo Gilberto Osório (*apud* Moreira, 1990), as primeiras Usinas do estado da Paraíba surgiram no início do Século XX, no Baixo-Paraíba. A mais antiga foi fundada em 1910, com o nome de Usina Cumbe, posteriormente, chamada de Usina Santa Rita, no município de mesmo nome. Ao final dos anos de 1960, ainda funcionavam cinco usinas no estado que “comandavam a organização econômica do espaço agrário nesse setor” (Op. cit. paginação irregular). Contudo, o cultivo da cana de açúcar estava limitado às áreas de várzeas e a algumas encostas dos tabuleiros que,

(...) apesar de apresentarem uma estrutura tabular que facilita a mecanização, de se situarem geograficamente em posição privilegiada em relação às vias de escoamento e ao mercado consumidor, por apresentarem condições edáficas desfavoráveis (solos pobres e arenosos), eram utilizados como lavoura de subsistência ou ocupados pela vegetação natural de floresta e cerrado, constituindo até o fim dos anos 60 um limite ecológico à expansão da cana (Op. cit. paginação irregular).

A partir do ano de 1975, iniciou-se, na Mesorregião da Mata Paraibana, o período que Moreira e Targino (2011) denominaram de *Expansão e crise do Proálcool*, que durou até o ano de 1999. Nesse momento, o setor canavieiro foi impulsionado pelo governo militar através de sua política de modernização agrícola. Com a supervalorização do combustível derivado do petróleo, no mercado internacional, no início da década de setenta, o governo brasileiro financiou o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), visando incentivar o cultivo da cana de açúcar para a produção do álcool como

alternativa para o combustível fóssil mais utilizado na ocasião. Sobre esses aspectos, os autores (2011, p. 151) asseveram:

Na Zona da Mata da Paraíba, entre 1970 e 1985 ocorreu o mais elevado grau de mecanização da agricultura estadual. O número de unidades de produção industrial do setor canavieiro da região passou de 5 para 16, a área de cana colhida e a quantidade produzida expandiu-se vertiginosamente. Paralelamente, os produtores familiares e os membros não remunerados de família decresceram 9,9% e os parceiros 16,9%. Enquanto isso, os empregados assalariados experimentaram uma elevação da ordem de 64%, sendo essa diferenciada: 30% de aumento dos assalariados permanentes e 89% de aumento dos assalariados temporários. Entre 1975 e 1985, período de apogeu do Proálcool, os assalariados cresceram na região 67,4%, destacando-se os assalariados temporários, com um crescimento da ordem de 93,6%.

Esses autores ressaltam, ainda, que, junto com o assalariamento, cresceu a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da cana, como podemos ver a seguir:

O crescimento do trabalho assalariado representou, na verdade, um processo de terceirização das contratações de trabalhadores na agricultura. Vários estudos têm mostrado como, sobretudo na região açucareira, os trabalhadores temporários passaram a ser agenciados por – gatos|| ou empreiteiros que contratam os serviços a serem realizados com os proprietários (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.266).

Então, foi no auge do Proálcool que o território de exploração revelou toda a sua crueldade e pujança e quase chegou a reproduzir uma lógica de exploração do período da escravidão porque, além de a produção canavieira se expandir, em termos de área ocupada, o Proálcool acabou por impulsionar a expulsão maciça dos trabalhadores e o choque entre o trabalhador expulso e a tentativa de avanço do capital, já que esses trabalhadores reagiram contra esse avanço do capital sobre o território. Além dessa expulsão, o capital acabou por contratar trabalhadores, não mais na condição anterior de moradores, mas de assalariados puros e em condições ainda mais precárias e exploratórias.

Não só a força de trabalho foi explorada, na condição de assalariado puro, de trabalho precarizado, clandestino, agenciado, sem carteira assinada, enfim, numa condição totalmente precária, mas também a própria ação do capital canavieiro sobre o território se tornou uma ação de grande exploração, porque foi justamente nesse

momento em que os processos e as técnicas extremamente nefastos à natureza começaram a ser empregados sem controle, sem monitoramento, sem regras, com a única preocupação de tirar o máximo de lucratividade daquele processo. Essa é uma fase que, na Zona da Mata, marcou o território de exploração e, ao mesmo tempo, coincidiu com uma fase em que o trabalhador resiste a esse processo, lutando dentro da propriedade para não ser expulso e pelo direito de ter o acesso a terra, que entendemos como um território de esperança dentro desse território de exploração.

As formas de a população explorada reagir (que sempre existiram desde o período colonial<sup>12</sup>) se intensificaram e deram origem a inúmeros conflitos por terra, como forma de resistência do campesinato paraibano à expropriação e à proletarização (MOREIRA e TARGINO, 2011), intensificadas na fase de apogeu do Proálcool. Moreira et al. (1995) identificam<sup>13</sup> formas de trabalho extremamente precárias e degradantes na Mesorregião da Mata Paraibana, “comparáveis com a época da escravidão” pelos trabalhadores dos canaviais, no período que vai da década de 1980 ao início dos anos de 1990.

O Proálcool, no entanto, logo entrou em fase de declínio (a partir de 1986), devido, principalmente, à queda do preço internacional do petróleo, à crise externa, que levou o Brasil a tomar empréstimos ao FMI e ao investimento crescente em outras atividades diferentes da produção de álcool, como a pecuária (MOREIRA e TARGINO, 1997). Essa desestruturação da economia sucroalcooleira permaneceu até o ano de 1999, e a situação dos trabalhadores da Mesorregião da Mata Paraibana se tornou cada vez mais calamitosa, pois, de acordo com Torres (2009, p.78), “se parte da população expulsa durante a fase de expansão do Proálcool permanecia vinculada à atividade agrícola como trabalhador assalariado temporário, com a crise nem mesmo essa condição precária de trabalho se mantém”.

A partir dos anos 2000, começou um processo de recuperação da atividade sucroalcooleira, com o aumento do preço do açúcar no mercado internacional e com o

---

<sup>12</sup> Devemos lembrar que as lutas sociais se fizeram presentes, embora de formas diferenciadas, em todos os momentos da história brasileira, como destacam Moreira e Targino (2011, p.150): “a luta entre índios e colonizadores pelo controle do território; a formação e constituição dos quilombos; a organização dos movimentos de massa, cuja maior expressão foi sem dúvida as Ligas Camponesas e mais recentemente as mobilizações assistidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)”.

<sup>13</sup> Em um estudo sobre as condições de vida, saúde e trabalho de crianças nos canaviais, finalizado no ano de 1995.

desenvolvimento de um programa nacional de produção bioenergética<sup>14</sup> (MOREIRA e TARGINO, 2011), que provocaram novas transformações na organização do espaço agrário da Mesorregião da Mata Paraibana, como: a) o aumento da produção e da área plantada de cana de açúcar; b) a criação de áreas de reflorestamento como parte do discurso ambiental dos usineiros (malgrado a permanência do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos); c) a melhoria das condições de trabalho (com a contratação dos trabalhadores com carteira assinada durante o período da safra); d) a intensificação da exploração do trabalho (com o aumento da quantidade mínima de cana cortada exigida, que ultrapassa a quantidade oficial); e) a inserção dos trabalhadores assentados no trabalho assalariado da cana; a proximidade, cada vez maior, do discurso do movimento sindical com o discurso da classe patronal e f) utilização integral da cana, com a produção de energia e de ração animal a partir do bagaço da cana (MOREIRA e TARGINO, 2011).

Há que se ressaltar que as melhorias observadas nas condições de trabalho dos trabalhadores da cana na região, que resultam de lutas sociais, são “solapadas pela busca frenética da lucratividade, não importando o desgaste da força de trabalho e a degradação ambiental pelo uso crescente de produtos químicos” (MOREIRA e TARGINO, 2011, p.153). Portanto, podemos dizer que o espaço agrário da Mesorregião da Mata paraibana, assim como todo o espaço agrário da Paraíba, constituiu-se, desde o período colonial, no que Moreira e Targino (1997) denominam de “espaço de exploração”. No entanto, como foi exposto até agora, as formas de exploração que têm organizado esse espaço e, conseqüentemente, o território, não foram sempre as mesmas ao longo do tempo histórico. Moreira e Targino (1997, p.19) apontam que,

com efeito, as formas de exploração têm sofrido alterações ao longo do tempo, à medida que o espaço agrário evolui e se reestrutura. O escravo, o morador, o bóia-fria, são expressões diversas dessa exploração, correspondentes a diferentes momentos do processo de acumulação do capital na agricultura.

Observamos que, apesar de terem ocorrido várias transformações na organização interna do espaço agrário da Mesorregião da Mata Paraibana, permaneceram durante

---

<sup>14</sup> Em 2003, foi lançado, oficialmente, o *Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel*, através do Ministério de Minas e Energia, como ação estratégica e prioritária para o Brasil.

praticamente todo o processo de sua formação territorial a produção da cana de açúcar, a concentração de terras e a exploração dos trabalhadores rurais.

### **1.1. A luta pela terra na Mesorregião da Mata Paraibana**

A partir da década de 1950, os conflitos agrários se acirram na Mesorregião da Mata Paraibana, como consequência da forte exploração da classe trabalhadora, expressa na miséria dos camponeses e na forte concentração de terras promovida pelas usinas, que ocasionou a expulsão de muitos moradores e de foreiros das terras por eles ocupadas.

Esses contingentes expropriados ou se deslocaram para as terras menos férteis e afastadas da Zona da Mata, nas linhas limítrofes com o Agreste, recriando assim um campesinato marginal com a sua dupla função de produtor de alimentos e exército agrário de reserva; ou se proletarizaram de maneira irreversível, migrando para as cidades e vilas circunvizinhas aos engenhos e usinas, onde se tornaram trabalhadores *volantes* (AZEVEDO, 1982, p.51).

Assim, começa a se formar um movimento camponês como uma forma de resistir à expropriação do morador e do foreiro e uma reação à exploração desses trabalhadores (na luta pelo fim do cambão, por exemplo) e dos assalariados rurais ao encabeçar as suas reivindicações. Esse movimento camponês, que surgiu, inicialmente (e de forma mais significativa), no estado de Pernambuco, espalhou-se rapidamente pela Paraíba e ganhou notoriedade nacional com o nome de *Ligas Camponesas*. A respeito desse nome, Manuel Correia de Andrade, referindo-se à década de 60, diz: “Esse nome [Ligas Camponesas] tem tanta aceitação que, na Paraíba, o vocábulo ‘camponês’ identifica os associados das Ligas” (ANDRADE, 2005, p.307).

Na Paraíba, assim como no resto do Nordeste, elas se tornam mais fortes na Zona da Mata, especialmente nos municípios de Sapé, Santa Rita, Mamanguape, Guarabira, Pirpirituba e Cruz do Espírito Santo (ANDRADE, 2005), sendo o núcleo de Sapé o de maior importância (chegou a ter, aproximadamente, sete mil associados), porque as áreas de domínio da monocultura da cana de açúcar foram aquelas onde as Ligas se organizaram de forma mais consistente.

A Liga de Sapé foi fundada em 1958, por João Pedro Teixeira, Nêgo Fuba e Pedro Fazendeiro, com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de

Sapé. Foi a primeira em todo o estado da Paraíba e é, segundo Batista (2002, p. 156), “a primeira em expressão, em espírito de luta, em solidariedade revolucionária no Brasil”. Inicialmente, essa Liga contava com 1.500 moradores do Engenho Miriri, localizado nos municípios de Sapé e de Mamanguape, e que pertencia à família Ribeiro Coutinho<sup>15</sup>. Pouco a pouco, as Ligas de Sapé foram expandindo sua ação e incorporando trabalhadores de outros municípios. O seu objetivo inicial era de lutar contra o aumento do preço do foro e contra a quantidade abusiva dos dias de trabalho não pagos (o cambão) aos latifundiários.

De acordo com Pereira (2005, p.70), aos poucos, foi se tornando cada vez maior o número de mutirões organizados pelos trabalhadores do campo “para arrancar cercas, plantar onde os patrões tinham destruído lavouras, reparar casas, exigir indenização e o fim do cambão”. E conforme a Liga de Sapé crescia em número de membros, sua forma de organização também se tornava melhor.

Além da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, também foram criadas as Ligas de Alhandra, Alagoa Grande, Alagoinha, Areia, Belém, Caiçara, Campina Grande, Espírito Santo, Guarabira, Itabaiana, Mari, Mulungu, Pedras de Fogo e Santa Rita. Em 1961, foi criada a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, na cidade de João Pessoa, que ficou conhecida como Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, cujo presidente era o agrônomo Francisco de Assis Lemos, e o vice, João Pedro Teixeira (PEREIRA, 2005, p.71).

Com o crescimento das Ligas Camponesas no estado e, conseqüentemente, o aumento do número de reivindicações, trabalhadores rurais, usineiros e latifundiários começaram a reagir contra esse movimento com violência. Passaram a ameaçar lideranças, a derrubar casas e a utilizar capangas para surrarem os trabalhadores. Inclusive, muitos capangas se tornaram policiais através de apadrinhamento político. Muitos camponeses foram torturados, espancados e até assassinados. Entre as vítimas da perseguição às Ligas, podemos citar João Pedro Teixeira, assassinado no dia 2 de abril de 1962, com dois tiros de fuzil, disparados por Alexandre e Chiquinho, que eram, na

---

<sup>15</sup> A família Ribeiro Coutinho é conhecida por ter sido, nessa época, a mais poderosa do estado da Paraíba. Dona das mais importantes usinas do estado, dominava a região composta pelos municípios de Santa Rita, Espírito Santo, Sapé e Mari. Elegeu para governador o usineiro Flávio Ribeiro Coutinho.

época, policiais militares e capangas de Agnaldo Veloso Borges<sup>16</sup>. Sobre isso, Pereira (2005, p.72) assegura:

A violência dos latifundiários quis silenciar a luta eliminando o maior líder que os trabalhadores rurais da Paraíba conheceram. Companheiros de João Pedro, que conviveram com ele, que participaram de sua luta, testemunham a extraordinária qualidade revolucionária do camponês paraibano, que estava promovendo no campo, uma verdadeira revolução política e cultural.

Com a confissão dos dois policiais militares sobre o mandante do crime, Agnaldo Veloso Borges, que era quinto suplente a deputado estadual, permaneceu impune, já que os outros quatro suplentes, juntamente com o deputado, renunciaram ao cargo para que ele fosse beneficiado com imunidade parlamentar (MITIDIERO, 2008, p.284). Mas a morte desse importante líder que foi João Pedro Teixeira não silenciou a luta, ao contrário, estimulou ainda mais a revolta dos camponeses na Paraíba e, em janeiro de 1964, a Liga paraibana já contava com 16 mil trabalhadores associados, o maior número em todo o Brasil (SILVA, 2009).

Com a entrada de Francisco Julião<sup>17</sup> e de Elizabeth Teixeira<sup>18</sup> nas Ligas, “o drama camponês” foi publicizado pelo Brasil e pelo mundo, porquanto foi a partir da entrada de Francisco Julião que as Ligas assumiram um discurso mais direto e claro a respeito da Reforma Agrária (MITIDIERO, 2008).

Com o golpe militar em abril de 1964, as Ligas Camponesas foram eliminadas, e muitos trabalhadores foram presos, torturados e mortos. “Em todo o país, os Movimentos Sociais entram numa longa noite escura de repressão e de silêncio só voltando a ressurgir 15 anos depois” (PEREIRA, 2005, p.73). Na Paraíba, só na primeira metade dos anos de 1970 foi que a intervenção da Igreja Católica, no campo, estimulou a reorganização dos camponeses em torno da luta por terra e quando surgiram os conflitos de Mucatu, na Zona da Mata, e o de Alagamar, no Agreste, apoiados por agentes pastorais e pela cúpula da Igreja Católica nordestina, representada pelo arcebispo da

---

<sup>16</sup> Agnaldo Veloso Borges foi um usineiro que ficou conhecido por ter sido o mandante dos assassinatos de João Pedro Teixeira e de Margarida Maria Alves. A família Veloso Borges, de acordo com Mitidiero (2008, p.267), continuou matando e amedrontando vários outros trabalhadores rurais, mesmo depois desses crimes, que tiveram repercussão internacional sem nenhum tipo de punição.

<sup>17</sup> Advogado e deputado estadual de Pernambuco que, segundo Mitidiero (2008), tornou-se o principal quadro ideológico das Ligas.

<sup>18</sup> Viúva de João Pedro Teixeira, que o sucedeu na luta depois de sua morte e deu grande visibilidade ao movimento das Ligas.

Paraíba, Dom José Maria Pires, e o de Pernambuco, Dom Hélder Câmara (MOREIRA, 1997; MOREIRA e TARGINO, 1997). Todavia, foi a partir da abertura política, com o fim da ditadura militar e a volta ao estado de direito no Brasil, com o advento da Nova República, que, de fato, verificou-se o retorno da luta camponesa na Paraíba, alimentada pela promessa de reforma agrária do novo governo.

Durante a segunda metade dos anos de 1970 e na década de 1980, na Paraíba, a luta camponesa por terra, inclusive na Mesorregião da Mata Paraibana foi de resistência pelo direito de ficar na terra (MOREIRA; TARGINO, 1997). Nessa região, ela se desenvolve no bojo do processo de expansão do Proálcool que, na sua sede de terra, expulsa os trabalhadores do campo. A luta de resistência deu origem a centenas de conflitos de terra, muitos dos quais resultaram na desapropriação de latifúndios e no estabelecimento de assentamentos rurais (Op. cit.).

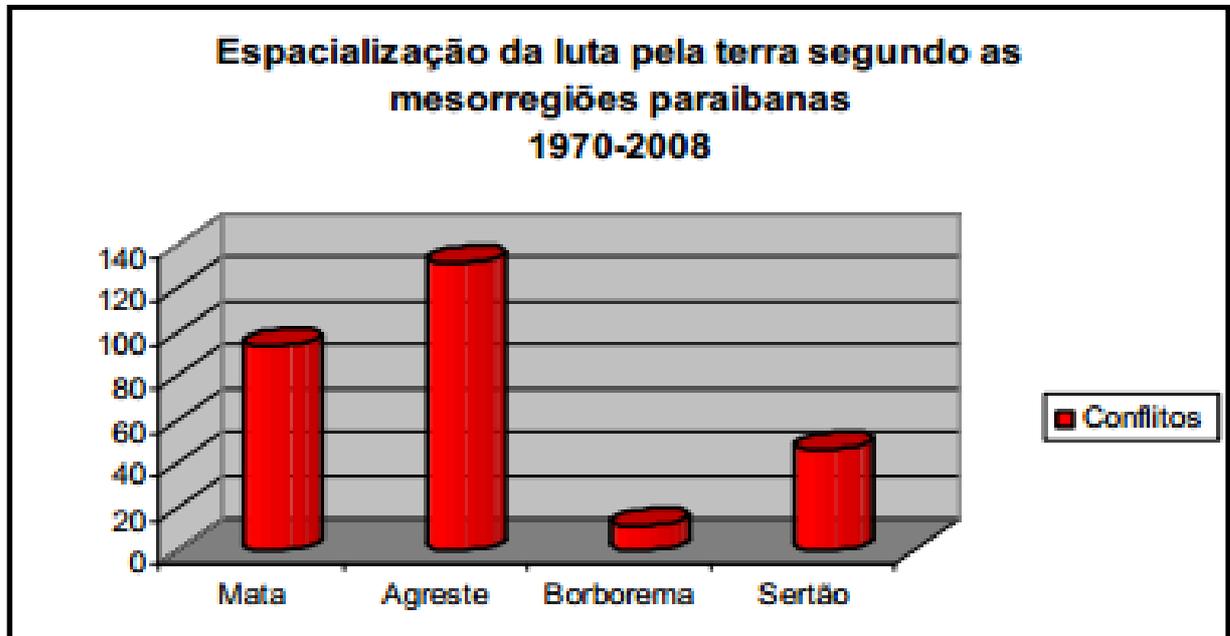
No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, com a chegada do MST à Paraíba, a estratégia de luta camponesa de resistência soma-se à estratégia de ocupação de terra adotada pelo movimento, que também foi adotada pela CPT. Essa também foi uma fase de declínio do Proálcool e de transformação de latifúndios canavieiros em improdutivos.

Como já mencionado, nessa época os trabalhadores expulsos do campo, no auge do Proálcool e que foram reabsorvidos pela atividade canavieira na condição de assalariados, em sua fase de expansão, acabaram por perder seus postos de trabalho em virtude da redução do período de safra de nove para três ou quatro meses ao ano, pelo fechamento de quase todas as usinas de açúcar do estado e pelo recuo da área plantada com cana. Foi no bojo desse processo que a CPT e o MST atuaram organizando os trabalhadores na luta pela reconquista da terra dos latifúndios improdutivos. Essa luta de ocupação deu origem a um importante número de assentamentos rurais, não apenas na Zona da Mata, mas também em toda a Paraíba (MOREIRA; TARGINO, 2011).

Na Paraíba, com a crise do Proálcool, movimentos sociais de luta pela terra, como o MST e a CPT, ganharam força, com a participação cada vez maior dos trabalhadores desempregados que se revoltavam contra as péssimas condições de vida em que se encontravam. Assim, multiplicaram-se os conflitos, agora marcados pela ocupação de terras. A luta pela terra ganhou expressão, sobretudo, nas duas regiões canavieiras do estado na época: o Brejo, no Agreste Paraibano, e a Mesorregião da Mata. A importância dessas duas regiões no processo de luta pela terra pode ser percebida através da análise

do gráfico 1, que apresenta a espacialização dos conflitos de terra, na Paraíba, entre 1970 e 2008.

Gráfico 1



Fonte: MOREIRA, 1997; INCRA, 2008. In: Rodrigues, 2009.

Na Mesorregião da Mata Paraibana, esses movimentos sociais começaram uma luta com base na ocupação dos latifúndios canavieiros, que acabou por resultar na multiplicação das áreas de assentamento na região (TORRES, 2009). Essa estratégia continua sendo usada até os dias atuais e é grande responsável pela criação dos assentamentos rurais.

De acordo com Torres (2009, p.78),

uma nova forma de organização do espaço agrário passa a ter lugar na Zona da Mata através da transformação de grande parte das terras dos latifúndios em áreas de produção camponesa. Essa mudança se faz sentir na paisagem através da substituição dos canaviais por lavouras alimentares, pelo retorno do habitat disperso dos lotes dos assentados, como que reproduzindo a antiga paisagem dos tempos da morada e pelo surgimento do habitat concentrado das agrovilas dos assentamentos, reproduzindo uma nova lógica de organização do território conquistado.

É sobre a criação dos assentamentos rurais na Mesorregião da Mata paraibana que discorreremos de modo mais detalhado a seguir.

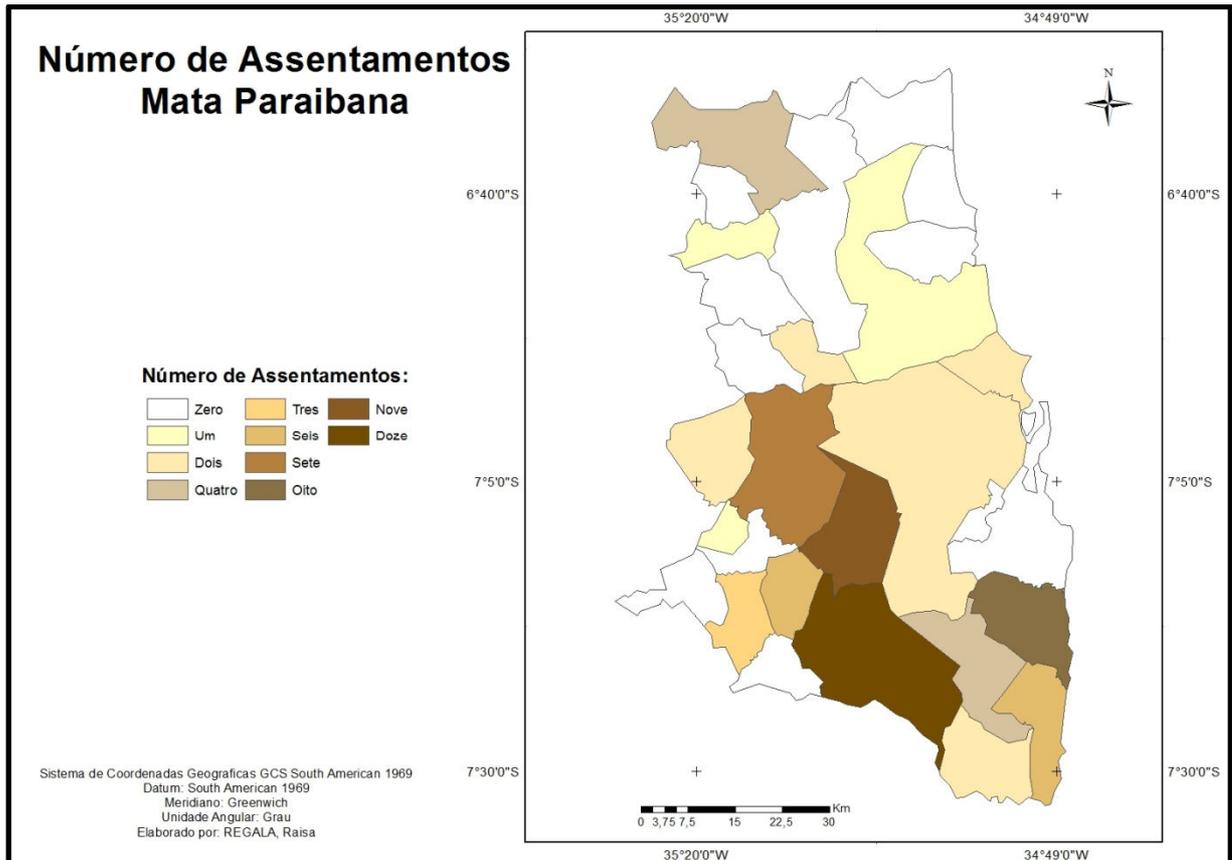
### **1.1.1. A criação de assentamentos rurais na Mata Paraibana: em busca da construção do território de esperança**

O termo assentamento começou a ser empregado pelas ciências sociais na década de 1960, a partir da reforma agrária venezuelana. Bergamasco e Norder definem genericamente o termo assentamentos rurais “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (2001, p.7). Esses autores ressaltam a importância dos assentamentos por gerarem empregos diretos e indiretos a baixo custo e por estabelecerem um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas.

Os assentamentos rurais estão cada vez mais servindo de base para se pensar a reforma agrária no Brasil (MOREIRA, TARGINO e NETO, 2001). Porém, a existência deles não é resultado de uma proposta de plano de desenvolvimento social, mas de uma tentativa de amenizar os conflitos existentes no campo e de evitar que ocorram mudanças relevantes na estrutura da propriedade da terra. “Assim, é fácil compreender o porquê das desapropriações não serem acompanhadas de um plano prévio, com apoio financeiro, sanitário e educacional consistente” (LAZZARETTI, 2003, p. 45).

De acordo com o levantamento realizado no INCRA, entre os anos de 1986 e 2011, 43.578,44 hectares de terras, na Mesorregião da Mata paraibana, foram desapropriados e deram origem a 72 Projetos de Assentamento, beneficiando 5.203 famílias, como podemos ver no mapa 2:

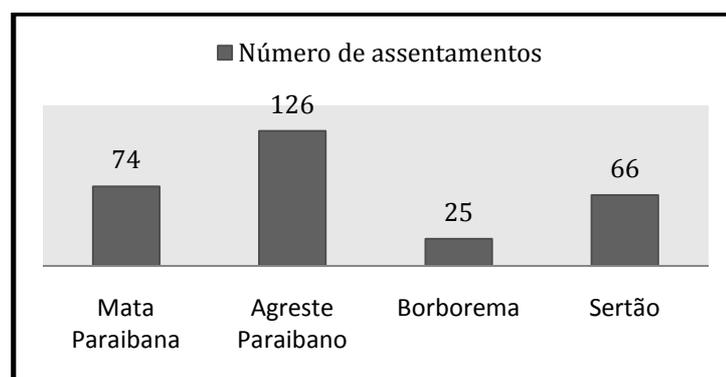
#### **Mapa 2 - Número de assentamentos rurais, por município, na Mesorregião da Mata Paraibana (entre 1986 e 2011):**



Elaboração: REGALA, Raisa. Organização da autora.

A Mesorregião da Mata paraibana é a segunda que mais concentra os assentamentos existentes no estado da Paraíba e só fica atrás da Mesorregião do Agreste, como podemos verificar no gráfico 2. Essa realidade se explica pela quantidade de conflitos agrários existentes nessa região, que também ocupa o 2º lugar, depois do Agreste, como vimos no gráfico 1.

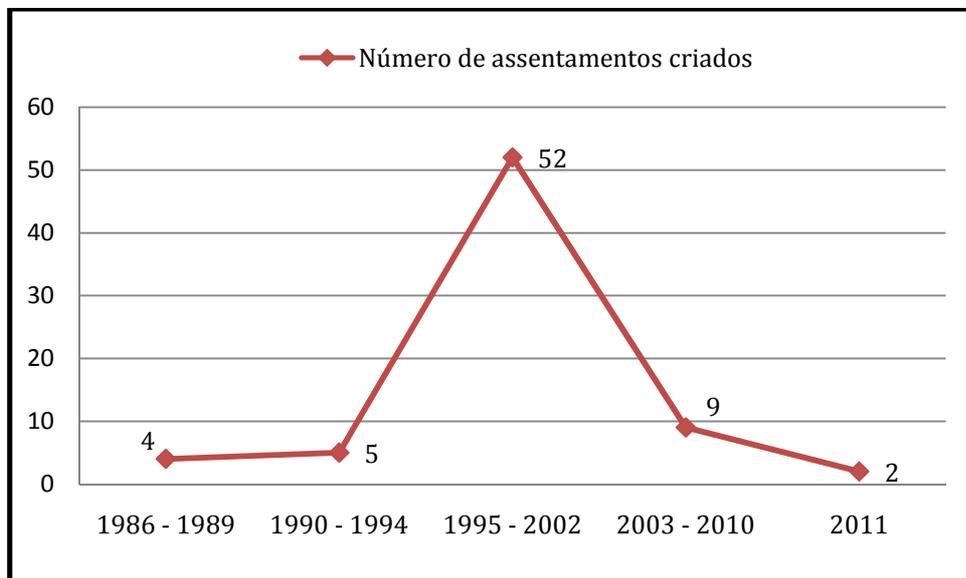
**Gráfico 2 – Estado da Paraíba: assentamentos rurais criados entre 1984 e 2011 por Mesorregião**



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra, 2012. GETEC/UFPB.

Convém registrar que, se analisarmos o período de criação desses assentamentos, veremos que ocorreu de forma muito tímida, durante a década de 1980. Já a maior parte dos assentamentos, nessa região, foi criada na última década do Século XX, mais precisamente, entre os anos de 1996 e 2000 (como nos mostra o gráfico 3), justamente o período de consolidação do MST na Paraíba. Já na primeira década do Século XXI, esse número volta a cair, somando um total de 11 assentamentos entre os anos de 2003 e 2011.

**Gráfico 3 – Número de assentamentos rurais criados na Mesorregião da Mata Paraibana de 1986 a 2011**



Fonte: INCRA, 2012. Elaboração da autora.

Regra geral, a política de reforma agrária brasileira restringe-se à desapropriação de terras em áreas de conflito ou à aquisição de latifúndios improdutivos, não raras vezes, para atender a interesses dos proprietários. Portanto, a criação de assentamentos rurais não significa que a reforma agrária está sendo realizada, já que “se trata de uma intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola” (VEIGA, 1984, p.7). E é isso que vem sendo feito na Paraíba, com destaque para a Mesorregião da Mata (foco de nossa análise), pois, como analisamos, a criação de assentamentos rurais é maior onde se concentra o número de conflitos por terra.

Portanto, os assentamentos rurais seriam o resultado da luta dos trabalhadores pela conquista da terra, o que não significa o seu fim, mas o início de uma nova, já que,

(...) após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO e NORDER, 2001, p.10).

Assim, os assentamentos rurais têm um grande significado político, pois são “o embrião de um possível e amplo processo de reforma agrária, por apresentarem uma experiência prévia” (ALENTEJANO, 1997, p.26).

Em pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), foi constatado que a situação socioeconômica dos assentados era melhor que a situação em que se encontravam os demais trabalhadores do campo, de maneira geral.

Apesar das limitações dos assentamentos em termos de infra-estrutura social e econômica, a pesquisa mostrou que os beneficiários da distribuição de terras geraram em média uma renda mensal por família equivalente a 3,70 salários mínimos por família, valor esse, superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo (ROMEIRO et al., 1994, p.65 apud LAZZARETTI, 2003, p.44).

Isso só foi possível através das estratégias utilizadas pelos assentados, baseadas em novas formas de organização da agricultura familiar, pelo autoconsumo e pelo trabalho coletivo.

A FAO sugere também uma política de desenvolvimento que leve em conta a diversidade de cada região, já que as necessidades, nos assentamentos do Norte, não são as mesmas dos assentamentos do Nordeste do país, por exemplo. O Brasil é um país de dimensões continentais e são inúmeras as diferenças naturais e sociais existentes em seu interior. Bergamasco e Norder (2001, p.46) lembram que, apesar disso, as sugestões direcionadas para uma região também podem ser oportunas para outras.

Há que se enfatizar que não foi porque sugeriu mais atenção para as diversidades regionais que a FAO deixou de verificar os problemas mais comuns de norte a sul do país, como as dificuldades de comercializar a produção, já que, frequentemente, os assentados se submetem aos atravessadores que, em alguns casos, ficam com a maior parte do lucro. Isso mostra como a simples distribuição de terras não é suficiente, mas apenas uma parte do difícil caminho a ser percorrido para que os trabalhadores permaneçam na terra com boas condições de vida e de trabalho. Apesar disso, os

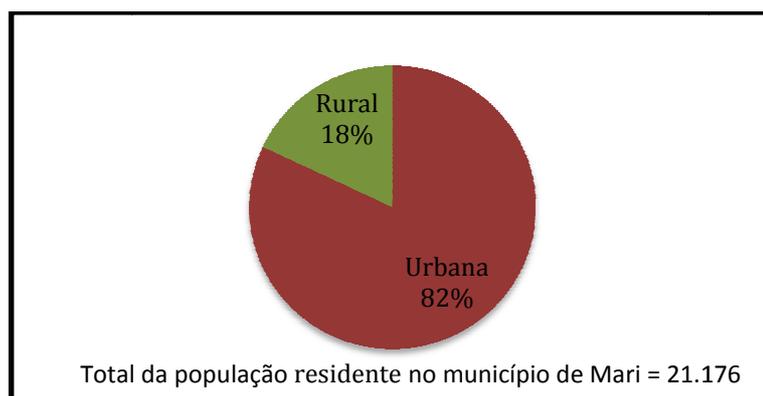
assentamentos rurais ainda representam “a possibilidade de reinserção na terra, daqueles que, um dia, foram expulsos, e de reprodução da família camponesa” (RODRIGUES, 2009, p.60), mesmo com todas as dificuldades apresentadas. São, portanto, fontes de esperança de superação do Território de Exploração; da esperança de se romper com o modo de produção vigente a partir da reorganização do território, com base em novas relações que se configuram.

### 1.2. Mari: da formação do seu espaço agrário à construção das bases para a consolidação do território de esperança

Com uma área territorial de 154,822 km<sup>2</sup>, Mari limita-se, ao Norte, com os municípios de Araçagi e Mulungu. ao Sul, com Riachão do Poço; a Leste, com Sapé, e a Oeste, com o município de Caldas Brandão. É um dos municípios que compõem a Microrregião de Sapé<sup>19</sup>.

Esse município conta com uma população aproximada de 21.176 habitantes e uma densidade demográfica de 136,78 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, Censo Demográfico 2010). Ainda de acordo com o IBGE, desse total de habitantes, 82% residem em áreas urbanas, e 18%, em áreas rurais, como podemos observar no gráfico 4:

**Gráfico 4 – População do município de Mari por lugar de domicílio**

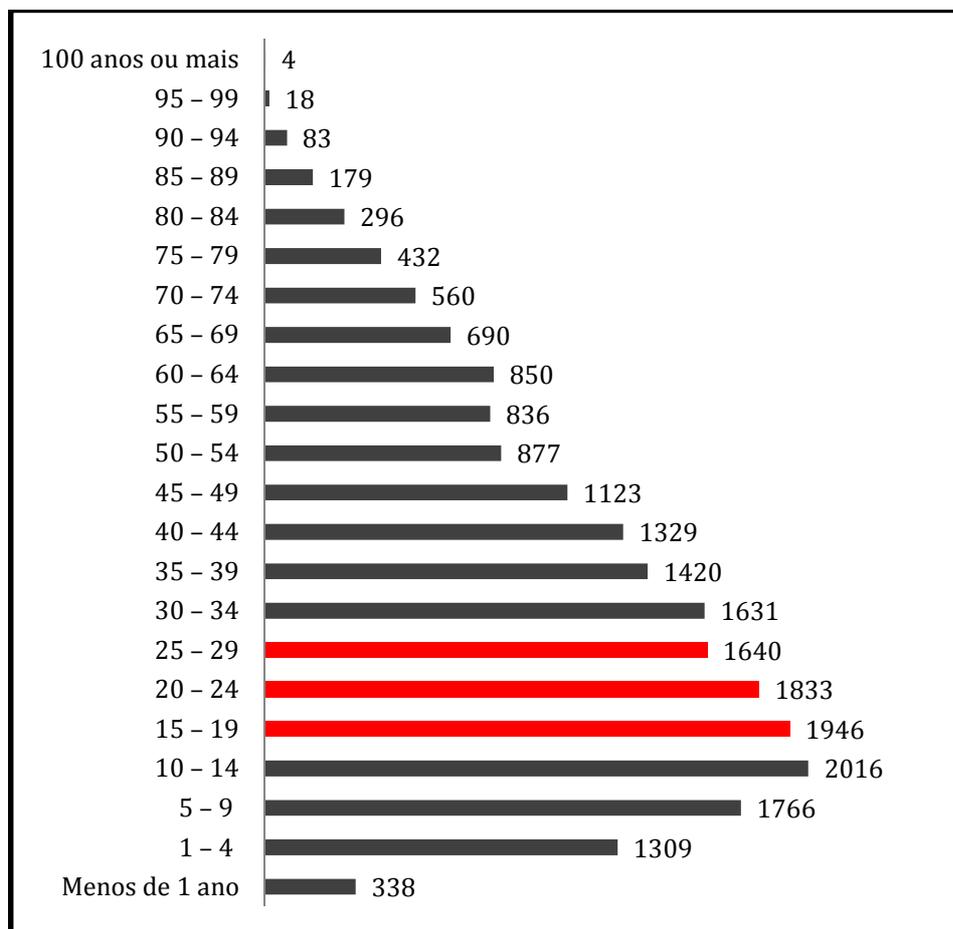


Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010. Organização da autora.

<sup>19</sup>Essa microrregião limita-se, ao norte, com a Microrregião do Litoral Norte, ao sul, com a Microrregião do Litoral Sul, a leste, com a Microrregião de João Pessoa, e a Oeste, com a Microrregião de Guarabira. Além disso, a Microrregião de Sapé abrange uma área de 1.151,75 km<sup>2</sup>, tem uma população de, aproximadamente, 132.745 habitantes e é constituída por nove municípios: Cruz do Espírito Santo, Juripiranga, Mari, Pilar, Riachão do Poço, São José dos Ramos, São José de Taipu, Sapé e Sobrado.

Mari tem uma população predominantemente jovem, já que grande parte dela se concentra na faixa etária que vai até os 34 anos, quando os números começam a decrescer, como podemos constatar no gráfico a seguir:

**Gráfico 5 – Número de habitantes por faixa etária (Mari – PB)**



Fonte: Censo demográfico 2010, IBGE. Organização da autora.

Podemos observar, ainda, como destacado no gráfico acima, que é significativa a população com idade entre 15 e 29 anos (faixa etária alvo dessa pesquisa), que soma um total de 4419 jovens, número que corresponde a quase 21% do total da população municipal.

A população mariense feminina (10.809 mulheres) encontra-se um pouco maior do que a população masculina (10.367 homens), com uma diferença de 442 pessoas. Se analisarmos os gráficos 6 e 7, veremos que as mulheres apresentam uma expectativa de vida consideravelmente mais alta do que a dos homens nesse município. Nas faixas etárias mais jovens, o número de homens e de mulheres se mantém em relativo

equilíbrio, porém o número de homens com idades entre 15 e 29 anos é maior (embora seja uma diferença tímida) do que o de mulheres. No entanto, à medida que a idade avança, o número de mulheres ultrapassa o de homens. Essa diferença se intensifica ainda mais a partir dos 60 anos.

Gráfico 6

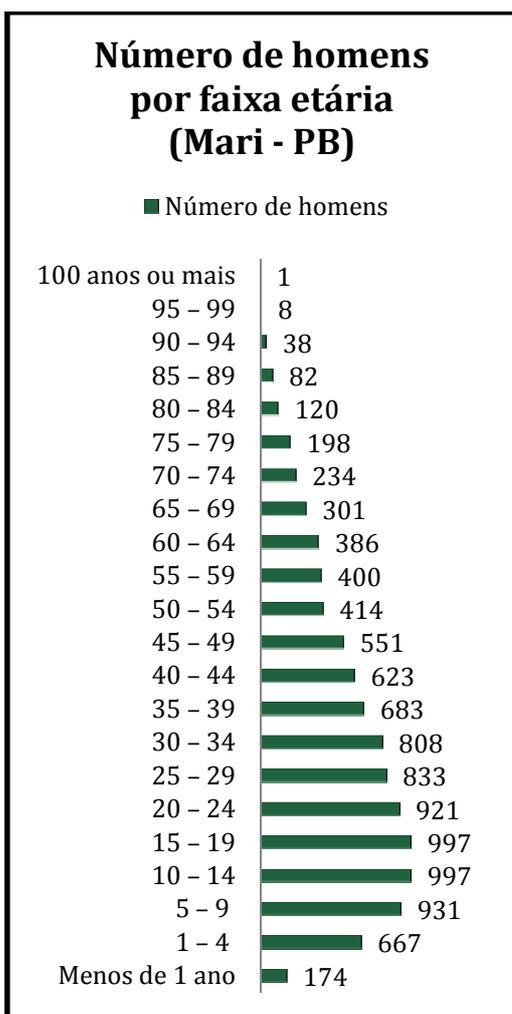
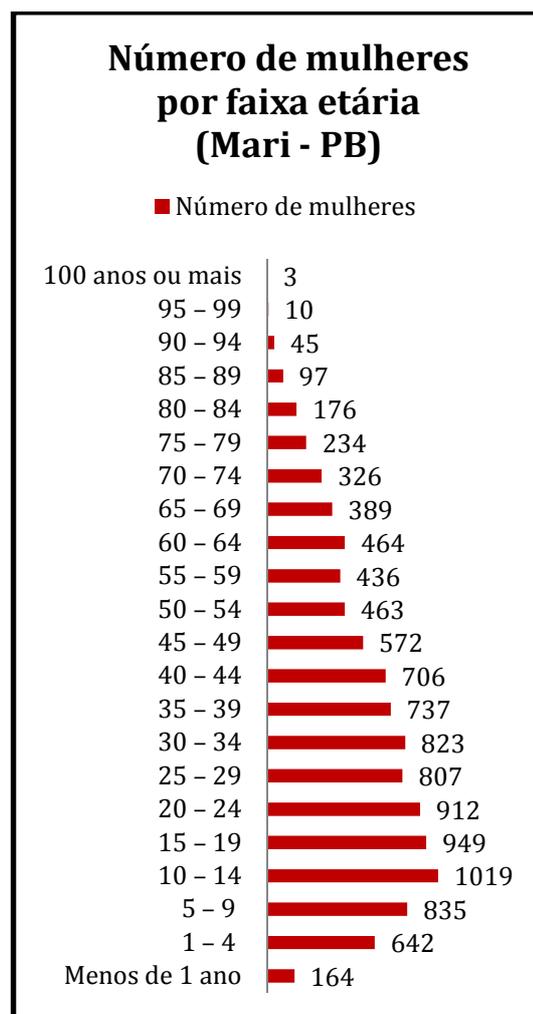


Gráfico 7



Fonte: Censo demográfico 2010, IBGE. Organização da autora.

### 1.2.1. Economia e aspectos naturais

Apesar de, nesse município, predominar a população urbana, sua economia é apoiada, em grande parte, pela produção agrícola. Segundo os dados do IBGE, no ano de 2009, o segundo maior responsável pelo PIB do município foi a produção agropecuária,

que só perdeu para o setor de serviços<sup>20</sup>. Embora a produção agropecuária seja bastante forte para a economia de Mari, não existe no município (nem ao menos na Microrregião de Sapé) uma infraestrutura de armazenamento de produção ou de comercialização<sup>21</sup>, como CEASA ou CONAB, por exemplo. Sua produção agropecuária é comercializada, principalmente, nas feiras livres, que acontecem em dias alternados da semana, como em outros municípios da região.

Além disso, o município de Mari não dispõe de nenhum serviço de capacitação voltado para a agropecuária, e as capacitações que acontecem são realizadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o que dificulta ainda mais o trabalho dos pequenos agricultores, como veremos mais adiante, no caso dos dois assentamentos do município.

Entre os gêneros pecuários produzidos no município de Mari, podemos citar os seguintes:

**Tabela 1 – Produção pecuária do município de Mari**

<b>Gênero pecuário</b>	<b>Quantidade produzida</b>
Bovino – efetivo dos rebanhos (cabeças)	7.915
Equino – efetivo dos rebanhos (cabeças)	245
Asinino – efetivo dos rebanhos (cabeças)	23
Muar – efetivo dos rebanhos (cabeças)	22
Suíno – efetivo dos rebanhos (cabeças)	548
Caprino – efetivo dos rebanhos (cabeças)	363
Ovino – efetivo dos rebanhos (cabeças)	491
Galos, frangas, frangos e pintos – efetivo dos rebanhos (cabeças)	144.324
Galinhas – efetivo dos rebanhos (cabeças)	1.129
Vacas ordenhadas – efetivo dos rebanhos (cabeças)	217
Leite de vaca – produção – quantidade (em mil litros)	335
Ovos de galinha – produção – quantidade – (em mil litros)	5

**Fonte:** IBGE – Censo agropecuário, 2006. Organização da autora.

<sup>20</sup> Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

<sup>21</sup> Informações de acordo com relatório do INCRA-PB (2010) – PDA Zumbi dos Palmares.

Entre os gêneros agrícolas cultivados nesse município, destacam-se os apresentados na tabela 2:

**Tabela 2 – Produção dos principais produtos agrícolas de Mari**

<b>Gênero agrícola</b>	<b>Quantidade produzida</b>
Banana (lavoura permanente)	4 toneladas
Cana de açúcar (lavoura temporária)	28.170 toneladas
Feijão de corda (lavoura temporária)	7 toneladas
Feijão fradinho (lavoura temporária)	27 toneladas
Mandioca (lavoura temporária)	12.207
Milho em grão (lavoura temporária)	138 toneladas

**Fonte:** IBGE – Censo agropecuário, 2006. Organização da autora.

Essa ênfase do município na atividade agrícola se deve, principalmente, às condições edafoclimáticas de seu território bastante favoráveis a esse tipo de atividade. O território mariense se localiza, em grande parte, na unidade geomorfológica dos baixos planaltos costeiros, também conhecida como tabuleiros costeiros. Nas áreas dos tabuleiros costeiros, também é comum a presença de importantes aquíferos, responsáveis, muitas vezes, pelo abastecimento de água de algumas cidades. No caso do município em questão, existem alguns mananciais de superfície, formados por pequenas barragens que interceptam várias vertentes naturais existentes na Microrregião de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Mari.

Outra parte do território mariense localiza-se em outra unidade geomorfológica – a depressão sublitorânea – caracterizada por um relevo rebaixado em relação às áreas que o circundam, com uma altitude que varia de 80 a 150 metros e clima subúmido, com média de umidade que gira em torno de 78% (na Paraíba). De acordo com Santos et. al. (2007, p.5), essa região

apresenta-se como uma planície semi-colinosa, de topos semi-arredondados e vertentes no geral convexas. A vegetação original encontra-se quase que totalmente substituída por plantações de pasto e pela agricultura. Nessa área a pecuária é a atividade dominante embora sua ocupação tenha se dado inicialmente com base na policultura alimentar sendo a pecuária apenas uma atividade complementar.

Além desses aspectos, o território de Mari conta com a presença do rio Gurinhém, que compõe a bacia hidrográfica do rio Paraíba, e ainda com oito riachos: Tomé, Catolé, Cafundó, Gendiroba, Baixinha de Cima, Baixinha de Baixo, Junco e Gamela. Os principais corpos de acumulação são o açude Fundo do Vale e o açude Grande. Os cursos d'água que passam por esse município têm regime de fluxo perenizado, e o padrão da drenagem é do tipo dendrítico<sup>22</sup>.

### **1.2.2. A produção do espaço agrário de Mari**

De acordo com o IBGE<sup>23</sup>, o município de Mari originou-se a partir da constituição do povoado de Araçá, que recebeu esse nome devido à existência de grande quantidade de frutos de mesmo nome existente na região. Esse povoado surgiu com a construção de uma estação ferroviária em 1873 (antiga Estrada de Ferro CWRB, hoje Rede Ferroviária do Nordeste).

Alguns anos depois, mais especificamente, em 1900, foi construída a primeira capela e, a partir daí, aberta a primeira rua da cidade – a Rua do Comércio. Por causa disso, muitos moradores foram atraídos para o povoado de Araçá, que ganhou o status de Vila em 1938. Em 1943, seu nome foi mudado para Mari (nome de uma grande fazenda da região), que ainda estava vinculado ao município de Sapé. No ano de 1958, Mari foi desmembrado de Sapé e elevado à categoria de município.

A história de Mari também é marcada pela atividade agrícola, principalmente com a produção de alimentos e a de fumo, que começou com a chegada de duas famílias alagoanas (a de Manoel de Paula Magalhães e a de José Leão de Oliveira) em 1946.

Além da cultura do fumo, as culturas do abacaxi e da cana de açúcar também são importantes no município. Esta última é produzida desde a época colonial, e o abacaxi,

---

<sup>22</sup> Informações retiradas do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares, INCRA, 2010.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> - Acesso em abril/2012.

inserido a partir da década de 1930, de acordo com Moreira e Targino (1997). Segundo Lourenço (2011), Mari, Mamanguape e Sapé chegaram a alcançar, em 1980, o status de maiores produtores de abacaxi da Paraíba, e a produção de fumo começou a declinar a partir de 1990 e chegou ao total desmantelamento da atividade na década de 2000. Em 2009, só havia oito hectares de fumo plantado (IBGE, 1990-2009).

Além da produção do fumo, desde a década de 1990, Mari presencia uma queda significativa de outra importante cultura: a do abacaxi, de cuja plantação só se registraram 60 hectares plantados em 2009. A produção de cana de açúcar, por sua vez, que vinha apresentando uma queda gradativa entre 1990 e 2003, vem apresentando uma retomada desde 2004, tanto na área plantada quanto na quantidade produzida<sup>24</sup> e no valor da produção (LOURENÇO, 2011).

Além desses produtos, Mari se destaca pela produção de alguns gêneros alimentícios, como a mandioca, a batata-doce, o feijão e o milho. Esses produtos são bastante cultivados nos assentamentos do município, como veremos mais adiante.

### 1.2.2.1. Estrutura fundiária e luta pela terra

Assim como a realidade da Paraíba e, portanto, da Zona da Mata do estado, a estrutura fundiária do município de Mari apresenta-se bastante concentrada, o que se explica por sua formação territorial, da qual esse município não foge à regra. Como podemos ver na tabela 2, os maiores estabelecimentos, ou seja, aqueles de 200 hectares ou mais, ocupam a maior parte das terras agrícolas (46,3%), o que representa uma quantidade irrisória, no que diz respeito ao número total de estabelecimentos-1,3%. Em contrapartida, a maior quantidade de estabelecimentos rurais tem menos de 50 hectares (96,2% do total) e ocupa 35,9% da área total.

**Tabela 3 – Estrutura fundiária de Mari (PB) - 2006**

<b>Classes de área (ha)</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>	<b>%</b>	<b>Área dos estabelecimentos (ha)</b>	<b>%</b>
De 0 a menos de 10	712	87,8	2439	22,8
De 10 a menos de 20	35	4,3	455	4,3
De 20 a menos de 50	33	4,1	944	8,8
De 50 a menos de	11	1,4	696	6,5

<sup>24</sup> De acordo com o censo agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, em Mari, a quantidade de cana de açúcar produzida foi de 28.170 toneladas.

100				
De 100 a menos de 200	9	1,1	1205	11,3
De 200 a menos de 500	9	1,1	2818	26,3
De 500 a menos de 2500	2	0,2	2138	20
<b>Total</b>	<b>811</b>	<b>100</b>	<b>10695</b>	<b>100</b>

Fonte: IGBE, Censo Agropecuário 2006. Organização: LOURENÇO, N. P. (2011).

Essa concentração de terras se explica, como já referido, devido à própria formação territorial de Mari, baseada, desde o início, na exploração do trabalho camponês e assalariado (LOURENÇO, 2011), a partir das grandes propriedades de terras. De acordo com Oliveira (2007, p. 47), “um desdobramento desse legado é a permanência na região dos resquícios do coronelismo”.

Com a mecanização da agricultura nesse município, ocorreram grandes mudanças nas relações de trabalho, associadas a um aumento da expropriação camponesa, que acabou por impulsionar a eclosão de vários conflitos por terra entre trabalhadores camponeses e assalariados e proprietários de terras.

Nesse município, um conflito específico ficou muito conhecido na região, como “a tragédia de Mari”, que serviu de título ao livro do jornalista Nelson Coelho, que afirma ter presenciado o fato. No ano de 1963, os trabalhadores organizados por Antônio Galdino da Silva (também conhecido como Carioca) - presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari (ex-Liga Camponesa) começaram a realizar mutirões plantando milho e feijão nas propriedades do município, já que o inverno daquele ano prometia ser favorável.

No dia 15 de janeiro de 1963, ao tentarem realizar o mutirão na Fazenda Santo Antônio, pertencente a Dona Anunciada Ribeiro Coutinho, foram ameaçados pelo seu administrador – Arlindo Nunes da Silva – que portava um revólver de calibre 45 pertencente ao Exército Brasileiro. Depois de uma violenta discussão, os trabalhadores conseguiram render o administrador da fazenda, desarmaram-no e penduraram um chocalho (símbolo do traidor da luta dos trabalhadores) em seu pescoço antes de libertá-lo.

O usineiro Renato Ribeiro Coutinho, sabendo da gravidade da situação, pois a arma que estava em posse do administrador da fazenda de sua esposa era privativa do Exército Brasileiro, mandou uma comitiva armada, que saiu da Usina São João, buscar o

revólver que estava com Antônio Galdino, que o entregou sem oferecer resistência na Fazenda Olho D'água (propriedade de Manoel de Paula Magalhães, que havia permitido os trabalhadores de plantarem milho e feijão em suas terras).

Nesse momento, de acordo com Nelson Coelho, um homem conhecido como Sargento Pinto ordenou que alguém colocasse um chocalho em Antônio Galdino. Assim, começou uma grande confusão, marcada por vários tiros. O primeiro foi disparado contra o peito de Galdino, que morreu na mesma hora. A confusão acabou por resultar num total de 11 mortos, entre eles, camponeses, funcionários da Usina e soldados. Esse foi o acontecimento que ficou conhecido como "A tragédia de Mari".

Na década de 1990, com a crise da produção sucroalcooleira e o fim do Proálcool, muitos dos grandes estabelecimentos monocultores entraram em processo de falência. Isso fortaleceu a luta dos trabalhadores rurais por terra e intensificou o número de desapropriações de terras para a criação de assentamentos rurais de reforma agrária no município. Em meio a esse processo, foram criados dois assentamentos rurais no município de Mari, sobre os quais discorreremos a seguir.

### **1.3. Da luta pela terra à construção do Assentamento Tiradentes**

Com uma área de, aproximadamente, 1719 hectares, o Assentamento Tiradentes é de fácil acesso pelas rodovias BR-101 e PB-055, situa-se bem próximo da sede do município de Mari (cerca de 7 quilômetros) e, relativamente, próximo da capital do estado – João Pessoa (pouco mais de 90 quilômetros).

Limita-se, ao norte, com a Fazenda Betânia e o Sítio Açude Grande; ao sul, com a Fazenda Olho d'água e a sede do município de Mari; a leste, com a Fazenda Nossa Senhora de Lourdes e a Fazenda São Salvador; e a oeste, com o Assentamento Zumbi dos Palmares, o Sítio Talmatá e Mata.

No interior do assentamento, não passa nenhum tipo de transporte público. Porém os assentados utilizam, quando precisam, o ônibus escolar que leva os estudantes até Mari e Sapé. Também utilizam transportes alternativos que, embora sejam ilegais, ainda são a melhor forma de acesso dos assentados até a cidade.

Como podemos notar, o município de Mari, onde se localiza o Assentamento Tiradentes, tem um histórico considerável, no que diz respeito à luta pela terra e à resistência dos trabalhadores rurais à expropriação e à exploração do seu trabalho. A

criação desse assentamento fez parte do processo de intensificação da luta pela terra, estimulada a partir da “Marcha em Defesa do Brasil”, realizada pelo MST, no ano de 1998, que saiu do município de Cajazeiras (localizado na Mesorregião do Sertão Paraibano) e cruzou 28 municípios da Paraíba até chegar a João Pessoa.

Com o recuo da atividade canavieira, na década de 1990, a Fazenda Gendiroba, da família Ribeiro Coutinho, interrompeu suas atividades produtivas e ficou desativada há vários anos. Essa propriedade já havia sido palco de muitas injustiças sociais, tendo em vista o fato de os moradores da fazenda serem obrigados a pagar o cambão ao proprietário em dias de trabalho e de serem, muitas vezes, expulsos se surgisse qualquer suspeita de participação nas Ligas Camponesas (SOUTO, 2007).

Aproveitando esse momento de improdutividade, em 28 de agosto de 1999, o MST solicitou ao INCRA-PB o pedido de vistoria da fazenda. Em 11 de setembro desse mesmo ano, cerca de 400 famílias lideradas pelo MST ocuparam a referida propriedade, como forma de pressionar o INCRA a realizar a desapropriação e o cadastramento das famílias. O acampamento contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Mari, que doou cestas básicas para as famílias e lonas pretas para a armação dos barracos. Oito meses depois da primeira ocupação, mais precisamente, em 12 de maio de 2000, foi publicada a portaria de desapropriação da Fazenda Gendiroba e, em 27 de dezembro do mesmo ano, o ato de criação do Assentamento Tiradentes. Durante esse tempo de luta, aconteceram três ações de despejo, que fizeram com que o número de famílias inicialmente acampadas diminuísse consideravelmente (na época de criação do assentamento, restaram apenas cerca de 140 famílias no local das 400 iniciais). De acordo com Souto (2007, p.124):

Durante um dos despejos, as famílias foram organizadas pelo MST na estrutura desativada e abandonada da antiga indústria de alimentos INDAL, conhecida no local como “a bolacheira”, localizada às margens da rodovia estadual entre os municípios de Sapé e de Mari.

Apesar do citado apoio do governo municipal, os políticos locais, em geral, tentaram intimidar os trabalhadores do município para que não entrassem na luta, alegando que isso poderia acarretar uma “nova tragédia de Mari”. Receosos pela trágica lembrança, as famílias do Município de Mari só entraram na luta depois da ocupação. Inicialmente, a ocupação e a montagem do acampamento foram realizadas por famílias

oriundas do município de Sapé, como podemos ver na seguinte fala de um morador e um dos líderes das ocupações em Mari:

*E quando a população de Sapé ocupou, aí o pessoal começou a pensar que ia dar certo. E começou o pessoal de Mari a se infiltrar, [...] acreditando que só a luta era capaz de vencer o latifundiário. [...] Quero dizer, [...], até quem tinha medo, que não tinha passado aquele medo, que se lembrava daquela revolução de 64, a guerra sangria que houve, passou o medo e hoje, graças a Deus, estamos aqui. Tudo produzindo, tá aí uma beleza o assentamento pra você vê (CORREIA, 2008, paginação irregular).*

Foram, então, assentadas 160 famílias, tanto as que participaram do acampamento quanto os antigos moradores da fazenda que permaneceram em seus lotes durante a o processo de luta. Eles continuaram em suas casas e com seus antigos lotes de terra, enquanto as famílias que participaram do acampamento foram organizadas em agrovilas, conforme estava previsto no projeto de assentamento, e a terra foi distribuída através do sorteio dos lotes pelo MST (SOUTO, 2007).

Assim, embora a estrutura do assentamento tenha sido projetada levando em conta os espaços individuais e comunitários, o movimento decidiu manter as estruturas já existentes (casas dos antigos moradores, posto de saúde, igreja), além de considerar a necessidade de reserva florestal e a manutenção dos açudes e de outros equipamentos de uso comum. Esse duplo arranjo não impediu que a estrutura do assentamento permanecesse predominantemente na forma de agrovila. Assim, de certa maneira, o Assentamento Tiradentes mantém uma estrutura peculiar na forma de organização da produção e dos espaços comuns (SOUTO, 2007, p. 126-127).

Com a desapropriação da Gendiroba Agropecuária Ltda. (de propriedade de Renato Ribeiro Coutinho<sup>25</sup>), o Assentamento Tiradentes foi criado no dia 27 de dezembro de 2000, a partir da luta dos trabalhadores sem terra liderados pelo MST.

#### **1.4. Da luta pela terra à construção do Assentamento Zumbi dos Palmares**

Com uma área em torno de 1.063 hectares, o Assentamento Zumbi dos Palmares tem fácil acesso através da BR-230 no sentido João Pessoa – Campina Grande,

---

<sup>25</sup> Pertencente à família Ribeiro Coutinho, conhecida no estado por compor o “Grupo Várzea”, que aglutina as principais famílias latifundiárias e influentes da região. Esse mesmo fazendeiro esteve envolvido no episódio que ficou conhecido como “A tragédia de Mari”, já citado no tópico 1.3.2.1 deste trabalho.

até chegar ao entroncamento da PB-055 e ao posto da Polícia Rodoviária Federal, de onde se segue até a cidade de Sapé pela mesma rodovia. Daí em diante, percorrem-se mais 11 km no sentido Sapé – Guarabira, onde se deve entrar à direita e percorrer mais 3 km por estrada de barro até a sede do Assentamento.

A distância desse assentamento para a sede do município em que está localizado é de, aproximadamente, 3 km. Pela BR-230, o Assentamento Zumbi dos Palmares fica a 95 km de João Pessoa (capital do Estado). Porém, pela PB 073, essa distância é de 85,5 km. Já da cidade de Campina Grande (segunda maior do Estado), o assentamento fica a 96 km de distância. Assim como o Assentamento Tiradentes, o Zumbi dos Palmares não é servido de transporte público. Os moradores usam o mesmo ônibus escolar que transporta os estudantes dos dois assentamentos do município de Mari.

O Assentamento Zumbi dos Palmares, foi criado em 8 de outubro de 2004, com a desapropriação da Fazenda Cafundó (de propriedade de Dr. Napoleão Laureano<sup>26</sup>), que ocorreu no dia 19 de setembro de 2001. Com uma capacidade de abrigar 85 famílias, foi o segundo e último assentamento criado no município de Mari.

A terra foi conquistada com base na luta dos trabalhadores sem terra, liderados pelo MST e de modo muito lento, como ressalta Oliveira (2007, p.73):

O Assentamento Rural Zumbi do Palmares teve seu processo de luta liderado pelo MST, dentro do seu contexto de mobilização política nacionalmente. Vendo as propostas de luta do Movimento na Paraíba e as conquistas na luta pela terra na região, muitos foram os trabalhadores, expropriados de suas terras, que se identificaram com essa luta. Convidados ou não os trabalhadores rurais da região vieram até o Movimento e ocuparam a área da antiga Fazenda Cafundó, terras de um grande proprietário da região, que arrendava as terras para outros fazendeiros para o plantio do pasto. Foram os próprios antigos pequenos agricultores da região, os moradores das grandes fazendas, que encontraram no Movimento sua própria luta, expulsos das terras onde viviam só lhes restavam lutar para entrar nela novamente.

De acordo com registros do INCRA, a primeira ocupação da antiga Fazenda Cafundó ocorreu em 4 de junho de 2001, por cerca de 65 famílias de trabalhadores sem terra da região. Tal ocupação teve a duração de onze meses, quando houve a primeira ação de despejo (em 20 de março de 2002), que contou com a ação de 150 policiais.

---

<sup>26</sup> De acordo com relato do assentado e militante do MST, Lucinaldo (conhecido como Nêgo), em entrevista realizada durante as pesquisas de campo.

Durante o despejo, havia 10 hectares de feijão plantados pelos ocupantes da fazenda, que foram queimados pelo antigo proprietário do imóvel juntamente com alguns posseiros que trabalhavam para ele.

Após o despejo, os trabalhadores montaram acampamento no Assentamento Tiradentes, que durou oito dias, quando voltaram a montar acampamento na Fazenda Cafundó. Porém, uma segunda ação de despejo logo voltou a acontecer e, em 28 de março de 2002, os acampados tiveram que deixar novamente o lugar e voltaram a levantar barracas no Assentamento Tiradentes, onde passaram mais 16 dias. Esse segundo despejo foi efetuado pelo dobro de policiais empregados no primeiro.

Segundo entrevista cedida por alguns assentados que participaram da luta, durante o acampamento, as famílias se reuniam de 15 em 15 dias. Essa prática continua até os dias atuais. Após o segundo despejo, o acampamento já contava com cerca de 90 famílias oriundas dos municípios de Belém e Itabaiana (Agreste paraibano); João Pessoa, Santa Rita e Mari (Mata Paraibana); Água Preta e Vitória de Santo Antão (do estado vizinho de Pernambuco).

A Fazenda Cafundó foi declarada como improdutiva e desapropriada em 19 de junho de 2001. No final de 2002, o INCRA emitiu a primeira imissão de posse que a Justiça, através da 2ª Vara Agrária de Pernambuco, anulou em dezembro daquele mesmo ano. De acordo com relato do assentado Lucinaldo (Nêgo), no início de 2003, houve um episódio de violência e terror no acampamento, quando vinte barracas foram incendiadas por um grupo de cerca de 25 homens armados, que dispararam alguns tiros e roubaram alguns pertences dos acampados, apesar de ninguém ter se machucado fisicamente<sup>27</sup>. Esses homens estavam à procura (sem êxito) de algumas lideranças do MST. Depois do ocorrido, cerca de 40 famílias, aterrorizadas, deixaram o acampamento. Apesar de a polícia e os meios de comunicação terem sido acionados, ninguém foi preso, e o caso não teve repercussão na região.

A tensão ocasionada por constantes ameaças seguiu durante todo o ano de 2003, e a imissão de posse da área que formou o Assentamento Che Guevara só foi emitida em 8 de outubro de 2004. Logo depois, passou a ser chamado de Zumbi dos Palmares. Esse

---

<sup>27</sup> Os números de homens armados e de barracas queimadas apresentado durante entrevista realizada com o já citado assentado são diferentes (maiores) dos registrados em relatórios do INCRA. Porém, preferimos publicar as informações reveladas pelos trabalhadores que participaram diretamente da luta pela conquista do assentamento.

nome foi escolhido depois de uma reunião com os assentados que o acharam mais apropriado para representar a luta pela liberdade do povo.

De acordo com registros do INCRA, hoje, no assentamento, restam apenas cinco das famílias que participaram da luta pela conquista dessa terra, pois as demais, com medo das ameaças, foram deixando aos poucos o acampamento. Inicialmente, o INCRA alegou uma capacidade para 60 famílias no Assentamento Zumbi dos Palmares que, mesmo com essa alegação, teve 74 famílias assentadas. Pouco tempo depois, foi criada uma portaria, com o fim de permitir o cadastramento de mais quatro famílias. Posteriormente, criou-se outra portaria autorizando o cadastramento de mais sete famílias, que acabou resultando no total das 85 famílias que se encontravam até a data da pesquisa.

Vale salientar que, paralelamente ao processo de luta pela terra que hoje corresponde ao Assentamento Zumbi dos Palmares, desencadeavam-se outras reivindicações por terras que deram origem ao Acampamento Pequena Vanessa (também liderado pelo MST). Porém, devido às difíceis condições de vida das pessoas, “morando debaixo de lona preta”, essa luta foi se enfraquecendo ao longo dos anos. Das 40 famílias que compunham esse acampamento no início de sua formação, hoje apenas seis continuam resistindo no Assentamento Zumbi dos Palmares, que representa uma grande conquista para os trabalhadores rurais sem terra do município de Mari e dos municípios próximos, pois, como relata Gilmar (assentado e coordenador do Setor de Educação do MST/PB),

*(...) a trajetória do próprio processo de acampamento até a imissão de posse ela foi um espaço de resistência muito grande, um espaço de consolidação de uma identidade que é a identidade sem-terra, e de conflito permanente contra as oligarquias desses municípios<sup>28</sup>.*

---

<sup>28</sup>Depoimento extraído de: Contos de um Palmares Renascido: Assentamento Zumbi dos Palmares (filme documentário). Leidson Ferreira Martins, 2012. 41 min. João Pessoa, Paraíba, Brasil. Disponível no link: <http://www.youtube.com/watch?v=nrlo2lAQizM>

## Capítulo 2

### **OS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE MARI**

Como vimos no capítulo anterior, os assentamentos rurais do município de Mari são o resultado da luta pela terra na região. Com a terra conquistada, a luta desses trabalhadores continua, agora por condições de permanecerem na terra de forma digna. É justamente da continuidade da luta dos trabalhadores sem-terra, na terra já conquistada, que trata o presente capítulo, em que se apresentam as condições atuais do Assentamento Tiradentes e do Assentamento Zumbi dos Palmares.

### **2.1. Assentamento Tiradentes**

O Assentamento Tiradentes é formado por 160 famílias assentadas e mais 60 agregadas, o que resulta num total de 220 famílias que residem nessa comunidade. Isso ocorre pela limitação do assentamento, que não dispõe de terras suficientes para assentar novas famílias, que vão se formando à medida que os filhos dos assentados crescem, casam e precisam de um novo lar. Assim, essas novas famílias vão construindo casas nos lotes já existentes de suas famílias porquanto, comumente, não têm condições de adquirir um novo pedaço de terra onde possam sobreviver.

Os lotes desse assentamento medem cerca de seis ha, com mais um relativo à área do quintal de cada casa que compõe a agrovila. Todas as casas do Assentamento Tiradentes são construídas em alvenaria e têm água encanada e energia elétrica. As casas dos 160 assentados foram construídas com um crédito de R\$ 2.500, destinados para esse fim e repassados através da Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Tiradentes Ltda. (COOPERAT). As demais casas dos agregados que residem no assentamento são construídas com recursos próprios.

**Foto 1 – Casa do Assentamento Tiradentes**



Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012.

No referido assentamento, existem três igrejas – uma católica, uma evangélica (a Assembleia de Deus) e uma Adventista do Sétimo Dia – um orelhão (telefone público), sendo o celular o tipo de telefone mais usado, uma Escola de Ensino Fundamental I e II, um Posto Âncora do Programa de Saúde da Família (PSF) do município de Mari, além de uma razoável estrutura de lazer e de esportes, com uma quadra esportiva (que, no momento da nossa visita, estava passando por uma reforma para ser coberta), um campo de futebol e um espaço utilizado tanto para a Associação do Assentamento quanto para o desenvolvimento de um projeto denominado Ligas da Cultura, do qual falaremos mais adiante.

### **2.1.1. Presença e acesso a serviços**

#### **2.1.1.1. Educação**

No Assentamento Tiradentes, existe uma escola que oferece do Ensino Infantil ao Nível Fundamental II – a Escola Municipal Tiradentes – que foi conquistada por meio de muita luta dos assentados, que esbarravam no desinteresse político local de proporcionar um ambiente escolar de qualidade, bem como um serviço de educação digno.

A história da Escola Tiradentes está intimamente ligada à história da luta que deu origem ao assentamento, pois, paralelamente à sua constituição (em 1999), foi necessário criar uma escola que atendesse aos filhos dos acampados. Nesse primeiro momento, a escola começou utilizando o espaço de uma antiga fábrica de alimentos para, em seguida, passar para um antigo galpão mais perto do acampamento. Posteriormente, passou a funcionar na casa da antiga Fazenda Gendiroba. No entanto, ficou muito mais distante das residências dos alunos, que tinham que percorrer um longo caminho até lá. Isso, aliado ao fato de uma infraestrutura insatisfatória para o exercício da atividade escolar, acarretou inúmeras manifestações dos assentados, liderados pelo MST, que reivindicavam melhorias nesse quesito, através de “(...) abaixo-assinados, suspensões das aulas, ocupação no INCRA, além de audiências com os governos municipais e estaduais, ao longo de quase uma década de funcionamento da escola” (COSTA, 2010, p.60).

**Foto 2 – Antigo prédio da Escola Tiradentes**



Fonte: Arquivo da pesquisadora Maria do Socorro Xavier Batista (2008)<sup>29</sup>

Os assentados já tinham a intenção de construir uma escola dentro da agrovila, que ficasse mais perto das residências dos alunos, e dotada de boa infraestrutura. Vemos, então, que esses assentados conseguiram fazer valer uma boa parte de suas reivindicações, apesar de ainda haver muito a ser feito. Hoje, a escola funciona em um prédio novo (inaugurado em março de 2012), localizado na agrovila, com uma estrutura difícil de encontrar em áreas rurais. É considerada uma escola modelo do município de Mari.

A seguir, mostramos as diferenças da Escola Tiradentes antes e depois de sua reinauguração. Para tanto, recorreremos à dissertação de Mestrado de Mara Edilara Batista de Oliveira<sup>30</sup>.

**Quadro 1 - Comparação da estrutura da Escola Tiradentes antes e depois de sua reinauguração em março de 2012**

	2009	2012
<b>Número de profissionais na escola</b>	Sete professores, uma merendeira, e um zelador	17 professores, uma merendeira, um zelador, um diretor, um secretário
<b>Formas de acesso à escola</b>	De bicicleta	A pé
<b>Tipo de prédio</b>	A antiga casa do fazendeiro	Propriamente construído para a escola
<b>Fontes de abastecimento</b>	Poços artesianos de casas	Água encanada e poço da

<sup>29</sup> Disponível no Blog do Assentamento Tiradentes: [assentamentotiradentesmari.blogspot](http://assentamentotiradentesmari.blogspot)

<sup>30</sup> Dissertação de Mestrado, intitulada “Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba” (2010), defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba.

<b>de água</b>	mais próximas à escola	escola
<b>Espaços existentes na escola</b>	Cozinha, sala de diretoria, sala de professores e três salas de aula	Cozinha, sala da diretoria, sala dos professores, seis salas de aula, banheiros, pátio central, sala de informática e videoteca.
<b>Equipamentos existentes na escola</b>	Fogão, mimeógrafo, geladeira, TV, som, ventilador, DVD	Fogão, mimeógrafo, geladeira, TV, som, ventilador, DVD, projetor
<b>Oferta de merenda</b>	Não oferecia merenda regularmente, predominavam produtos industrializados e não havia alimentos produzidos no assentamento.	Passou a oferecer merenda regularmente, composta, em boa parte, por alimentos produzidos dentro do próprio assentamento.
<b>Níveis de ensino</b>	Infantil e Fundamental I	Infantil, Fundamental I e II
<b>Número de turmas</b>	Oito turmas	Nove turmas
<b>Existência de turmas multisseriadas</b>	Duas turmas	Nenhuma
<b>Programas de Ensino de Jovens e adultos</b>	Uma turma Pronera	Três turmas de EJA

Fonte: Oliveira (2010); Pesquisa de campo/ março-abril de 2012.

Em entrevistas com alguns assentados e representantes da comunidade, informaram-nos que a inauguração da escola foi um evento muito tumultuado, pois o prefeito de Mari – Antônio Gomes da Silva – interrompeu as atividades programadas pelos assentados para realizar um discurso onde se colocava no mérito dessa conquista. Essa atitude causou muito desconforto entre os assentados, que sempre foram desestimulados pelo referido político a construir a nova escola.

Considerada uma escola-modelo do município, a Escola Tiradentes foi construída com recursos do Governo Federal, em torno de R\$ 1.100.000 (um milhão e cem mil reais), que também se destinaram a construir o novo Posto Âncora do Programa de Saúde da Família no assentamento.

**Foto 3 – Vista parcial atual da Escola Tiradentes**



Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012.

Apesar do novo prédio da escola, ainda faltam recursos materiais para que se possa aproveitar bem mais esse espaço, como computadores (já que não se dispõe desses equipamentos na sala de informática), impressoras e fotocopiadoras (pois ainda utilizam um mimeógrafo para a elaboração de provas e coisas do tipo), bem como livros para a biblioteca. Todos os materiais e equipamentos utilizados na escola são antigos, só a estrutura do prédio é nova. Além disso, até abril de 2012, essa escola ainda não tinha recebido o material didático para os alunos (livros) nem o material escolar (cadernos, lápis, borracha etc.). Porém, como ainda havia material escolar do ano anterior, essa sobra foi distribuída com os alunos.

Os assentados se mostram orgulhosos, de um lado, e decepcionados, de outro. Orgulhosos por terem conseguido construir um novo (e bom) prédio para a escola dentro da agrovila e com mais salas de aula e mais professores; decepcionados porque, ainda assim, quase não têm apoio governamental, já que não possuem os recursos materiais necessários, como expressa esta fala:

*Nossa luta foi conquistar a escola. Então nossa luta agora a gente não vai parar. Tem muita coisa pra conquistar agora: os materiais da escola que seriam cadeiras, seria computador né. E os professores [da cidade] vão ser tudo diferentes, vai ser luta. Porque o professor que vai vir pra cá, ele tem que ter um compromisso maior. Aí os caras ficam pedindo seguro de vida, aí tem que ter alguém pra vir até o assentamento com eles, que tem que botar mais 280 reais no salário deles, precisa de transporte pra vir até o assentamento (...). Então seria mais uma barreira pra gente enfrentar né. Além do município que não acredita muito na educação do campo ainda tem esses professores que ainda botam barreira, então pra nós é muito complicado (Francisca - assentada e militante do MST/ entrevista cedida em março de 2012).*

O depoimento mostra que, apesar de todas as dificuldades, a Escola Tiradentes representa a luta pela construção de um Território de Esperança, pois é fruto da luta camponesa por uma educação diferenciada e de qualidade e faz parte da luta pela terra e pela sobrevivência nela, que é possível não apenas com a simples distribuição de terras, mas com a construção de meios que permitem uma vida digna, capaz de garantir a reprodução das famílias no campo.

Essa luta acontece quando os assentados não aceitam a situação precária da qual dispunham, exigem uma educação diferenciada voltada para a realidade da comunidade (a qual é seguida através de um Projeto Político Pedagógico próprio) e

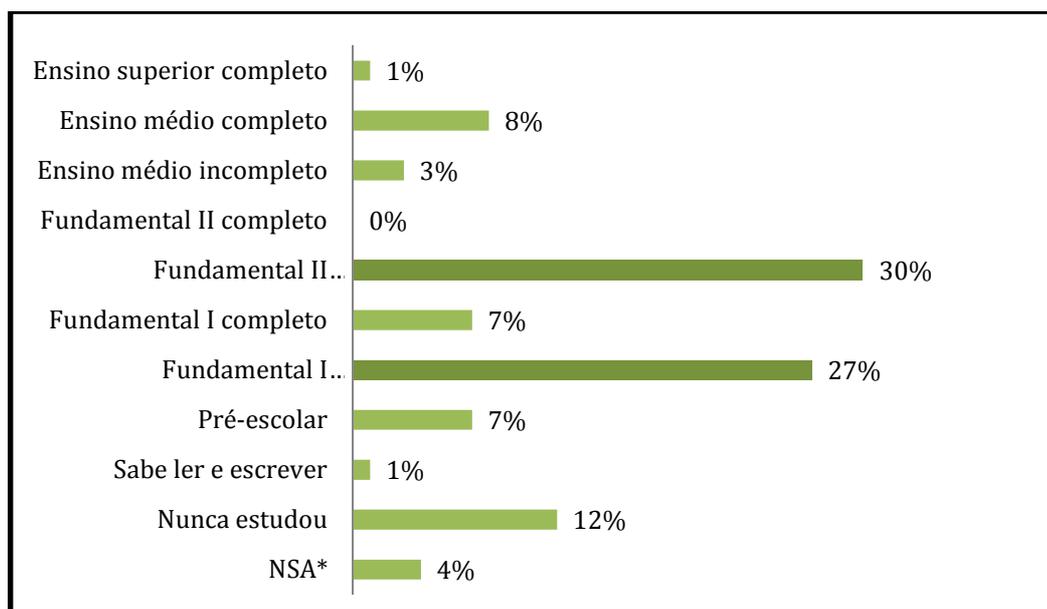
quando grande parte dos professores e dos funcionários da escola é do próprio assentamento.

A Escola Tiradentes ainda não oferece o Nível Médio de Ensino (apesar de dispor de um espaço físico para isso). Por essa razão, os alunos têm que se deslocar para as cidades próximas (como Mari e Sapé) se quiserem continuar os estudos. Esse é um fator de desestímulo para muitos deles e um motivo de preocupação dos pais, que ficam mais apreensivos pelo fato de os filhos estudarem fora da comunidade, por acharem que, na cidade, existem mais violência e contato com drogas. Some-se a isso o fato de as escolas da cidade não se preocuparem com a realidade da vida no campo. Mas, apesar de só oferecer até o segundo ciclo do ensino fundamental, a Escola Tiradentes é sobremaneira importante para diminuir a evasão escolar no assentamento, como podemos apreender do depoimento abaixo:

*É outra complicação também porque a escola que tinha aqui era até a 4ª série né. E quando os alunos vai pra cidade no 6º ano tem vergonha de dizer que é do assentamento, que é dos sem terra né. Já muda o pensamento: que vai estudar pra ter um carro, ter um bom emprego. Isso é ruim? Não é. Mas pra nós isso também não é tão bom porque tá tirando as ideias nossas do campo né. Tirar nossos filhos do campo. É isso que tá acontecendo. A maioria dos nossos jovens completa o ensino médio e ó, tá indo pro Rio de Janeiro, tá indo pra São Paulo e isso é uma grande perda. E com essa escola aí até o 9º ano, eu acho que a gente tem a condição de formar esse aluno pra quando ele for cursar a universidade ele ter já outro rumo né, justamente. Eu pelo menos, eu acredito muito nisso (Francisca - assentada e militante do MST/ entrevista cedida em março de 2012).*

Os estudantes que precisam cursar o ensino médio ou que estudam em outra escola, em Mari, dispõem de um ônibus escolar, mantido pela Prefeitura de Mari, nos turnos da tarde e da noite, para transportá-los. Durante nossa pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de acompanhar os estudantes assentados até a escola em Mari nesse ônibus. O ambiente, composto por muitos adolescentes, é de extrema animação, com música alta e muita conversa entre os amigos durante todo o percurso.

Quanto à escolaridade dos assentados, verificamos que a maioria da população do Tiradentes tem um nível escolar que se concentra no Ensino Fundamental II incompleto (49 das 162 pessoas da amostra). Em seguida, vem o nível de Ensino Fundamental I incompleto, que abrange 43 pessoas do total da amostra, como demonstrado no gráfico 8.

**Gráfico 8 – Escolaridade da população total da amostra do PA Tiradentes (%)**

Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012. Organização da autora.

Observando o quadro 2, vemos que a maior parte das pessoas com o nível fundamental II incompleto se encaixam na faixa etária dos *jovens adolescentes* (15 a 19 anos) e dos *jovens jovens* (20 a 24 anos), o que nos leva a pensar que grande parte desses jovens ainda segue os estudos, portanto, devem completar esse nível de ensino. Outra hipótese que podemos levantar é de que, com a Escola Tiradentes atendendo até o 9º ano do Ensino Fundamental, uma quantidade maior de jovens tem a oportunidade de continuar seus estudos de forma mais fácil (já que não precisam sair de sua comunidade).

**Quadro 2 – Escolaridade por idade do total da amostra: Assentamento Tiradentes**

Faixa etária	0-14	15-19	20-24	25-29	30-44	45-59	60-74	75+
NSA*	5	0	1	1	0	0	0	0
Nunca estudou	1	0	0	0	1	10	6	1
Sabe ler e escrever	0	0	0	0	0	1	1	0
Pré-escolar	9	0	0	0	0	0	0	0
Fundamental I incompleto	13	2	4	0	10	9	5	0
Fundamental I completo	0	0	2	2	4	3	1	0
Fundamental II incompleto	8	24	8	1	4	1	0	0
Fundamental II completo	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino médio incompleto	0	4	0	0	0	1	0	0
Ensino médio completo	0	4	7	1	1	0	0	0
Ensino superior completo	0	0	0	0	1	0	0	0

\*NSA = Não se aplica

Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012. Organização da autora.

Os dados do quadro 2 demonstram que a parcela das pessoas que nunca estudaram nem tiveram nenhum tipo de formação escolar se concentra nas faixas etárias mais maduras (a partir dos 45 anos). Da faixa etária juvenil (15 a 29 anos), todas tiveram algum tipo de formação escolar, o que significa um avanço do acesso à educação, nos últimos anos, que, apesar de não ser ainda satisfatório, já aponta melhoras.

Os casos que foram marcados como “não se aplica” (NSA) foram os de crianças que não se encontravam em idade escolar (até dois anos de idade) ou de pessoas com algum tipo de problema físico ou mental que os impossibilita de frequentar a escola.

### **2.1.1.2. Saúde e saneamento**

O Assentamento Tiradentes dispõe de uma Unidade Âncora do Programa de Saúde da Família do município de Mari (PSF), que existe desde o acampamento, mas teve seu prédio novo inaugurado juntamente com a escola, em março de 2012. O posto de saúde foi obtido através de muitas reivindicações e de algumas reuniões com o prefeito, o secretário de saúde do município e com lideranças do MST.

Ele atende apenas a pessoas do assentamento (cerca de 180 famílias) e conta com a presença de uma médica (uma vez por semana) e duas agentes de saúde. No posto de saúde, só funcionam o atendimento em nível de clínica geral e o tratamento de doenças mais simples, como gripe e diarreia. Em casos mais graves, os assentados precisam recorrer a hospitais de cidades próximas, como Sapé e João Pessoa, já que o Hospital de Mari estava fechado até o momento da realização das visitas a campo. Em Mari, resta aos assentados procurarem atendimento médico nas policlínicas particulares.

Apesar da inauguração do novo prédio, o posto de saúde do Assentamento Tiradentes não tem um número de profissionais e de equipamentos necessários à demanda da comunidade (que, de acordo com nossas estimativas, deve ter uma população total em torno de mil pessoas<sup>31</sup> – se levarmos em conta as 220 famílias que nele residem).

---

<sup>31</sup> Como podemos ver no tópico 2.1.3 deste trabalho, referente ao perfil das famílias assentadas.

**Foto 4 – Unidade Âncora do PSF: Assentamento Tiradentes**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

Em relação ao saneamento, no Assentamento Tiradentes, o sistema de esgoto sanitário utilizado é a fossa séptica. A comunidade também conta com o serviço de coleta de lixo duas vezes por semana. Não existe, no entanto, nenhum tipo de coleta seletiva. Apesar disso, muitos assentados utilizam boa parte do lixo orgânico como alimento para animais (galinhas, porcos, cachorros etc.) ou como adubo.

### **2.1.1.3. Lazer e cultura**

Em comparação com a realidade de outros assentamentos da Paraíba, o Assentamento Tiradentes tem uma boa infraestrutura voltada para o lazer, para a prática de esportes e para o desenvolvimento de atividades culturais. Dispõe, ainda, de um campo de futebol, uma quadra esportiva nova e da Associação do Assentamento Tiradentes, utilizada para o desenvolvimento de oficinas culturais ofertadas através do Projeto Ponto de Cultura.

A existência desse projeto no Assentamento Tiradentes é muito positiva, pois permite o envolvimento dos jovens em atividades voltadas para o lazer e o entretenimento. Durante a pesquisa de campo, foi muito comum ouvir os jovens apontarem o Ponto de Cultura como algo bom no Assentamento, visto que ocupa grande parte de seu tempo livre.

Além disso, com o campo de futebol e a quadra esportiva, podem-se realizar jogos e brincadeiras que, muitas vezes, envolvem outras comunidades vizinhas. No

assentamento, sempre são realizados torneios de futebol (com homens e mulheres) entre times adversários de outras localidades.

### **2.1.2. Produção, consumo e comercialização**

O Assentamento Tiradentes tem uma produção agropecuária voltada, em grande parte, para a subsistência das famílias, e outra parte é comercializada. As famílias que ali residem destinam, de maneira geral, uma média de três hectares para a produção agrícola, e dois, para a pecuária (os lotes têm em torno de seis hectares).

Como quase toda a produção é destinada ao consumo da própria família, o trabalho empregado é, predominantemente, familiar. Eventualmente, essas famílias camponesas precisam de mão de obra extra para limpar o mato ou para outras atividades em algumas épocas do ano. Porém, isso não descaracteriza a mão de obra essencialmente familiar na qual se baseia a produção agropecuária da comunidade.

O principal gênero agrícola produzido no Assentamento é a mandioca (bastante produzido na região), que é vendida por meio de atravessadores para o município de Feira Nova (PE). O restante da produção, assim como o feijão, o milho e a batata-doce excedente são vendidos nas cidades de Mari e de João Pessoa. No Assentamento, muitas famílias criam galinhas, cabras e bois tanto para o consumo interno quanto para a comercialização.

No que se refere à assistência técnica, o Assentamento Tiradentes conta com o serviço disponibilizado pelo INCRA, através de uma equipe do Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) que é prestada pela Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE). Os assentados nos informaram que essa equipe é formada por dois técnicos agrícolas, um engenheiro agrônomo e uma assistente social.

Ainda existem dois grupos de mulheres que trabalham com atividades produtivas: um de artesanato, composto por oito mulheres, existente há três anos, e um de produção de bolo, há cinco anos no PA, atualmente composto de cinco mulheres. Este último vende sua produção para as escolas do município (que a distribuem na merenda dos alunos) e para a comunidade.

### **2.1.3. Perfil das famílias assentadas**

### 2.1.3.1. Origem

O Assentamento Tiradentes é composto por famílias oriundas do próprio município e de municípios vizinhos como Sapé, João Pessoa (na Mesorregião da Mata Paraibana) e Guarabira, no Agreste Paraibano (ver tabela 4).

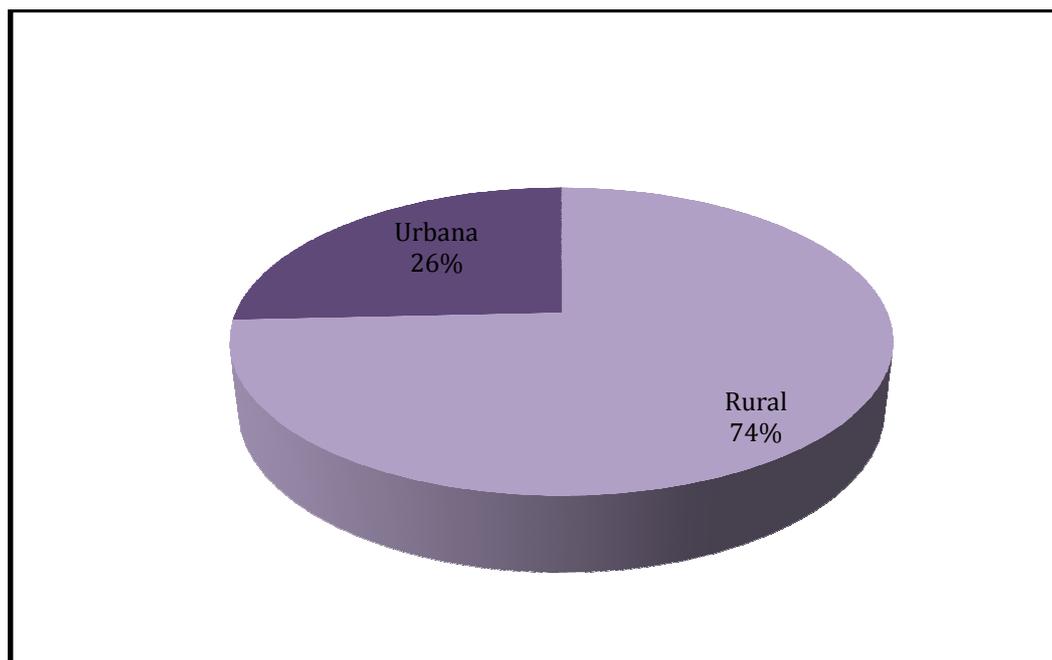
**Tabela 4 – Origem das famílias segundo o município**

Município de origem	Número de famílias
Mari	29
Sapé	4
João Pessoa	1
Guarabira	1

Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012. Organização da autora.

No que diz respeito à origem dos assentados por local de domicílio, 74% da amostra é oriunda na Zona Rural, como mostra o gráfico 9.

**Gráfico 9 – Origem das famílias por local de domicílio: PA Tiradentes**



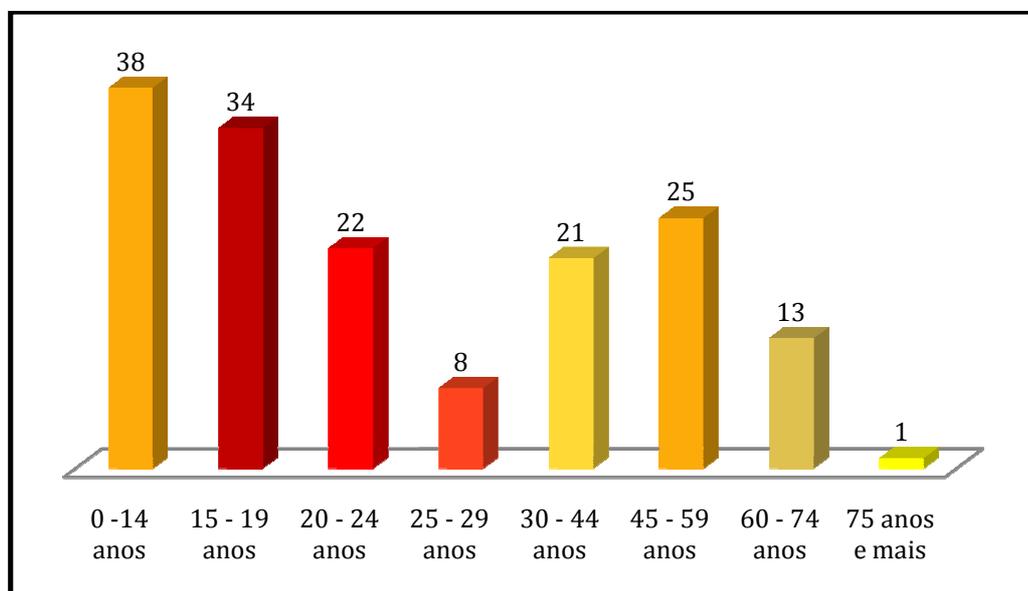
Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012. Organização da autora.

### 2.1.3.2. Tamanho das famílias e composição por sexo e idade

Das 35 famílias consultadas durante a pesquisa de campo, resultou um total de 162 pessoas envolvidas na amostra. Temos, então, uma média de 4,6 pessoas por família nesse assentamento que, como tem 160 famílias assentadas e mais 60 agregadas residindo em seu interior, podemos calcular uma população estimada em, aproximadamente, 1012 pessoas. Assim, podemos afirmar que esse assentamento tem uma população relativamente grande, com quase o dobro de famílias assentadas do Assentamento Zumbi dos Palmares. O tamanho médio das famílias da amostra, praticamente, é o mesmo (4,6 pessoas por família nos dois assentamentos de Mari).

Ao observar a estratificação etária do Assentamento Tiradentes, constatamos que predomina a população jovem (com idade entre 15 e 29 anos), que corresponde a 58% do total da amostra. No entanto, como consta no gráfico 10, o número de jovens cai à medida que a idade aumenta, já que o grupo de *jovens adultos* (de 25 a 29 anos) cai significativamente se comparado ao número de *adolescentes* (de 15 a 19 anos).

**Gráfico 10 – Número de pessoas da amostra por faixa etária: PA Tiradentes**



Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012. Organização da autora.

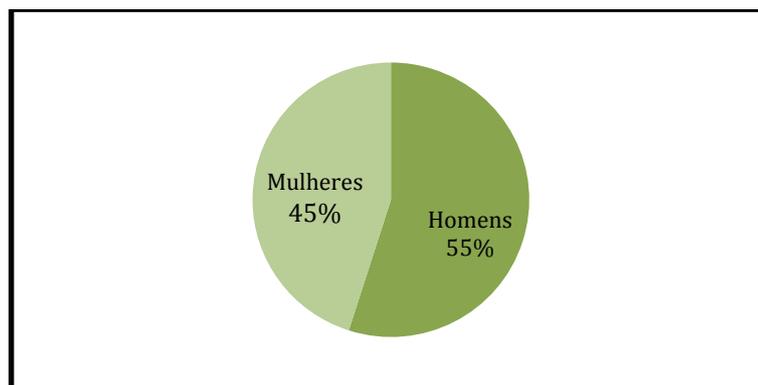
Isso pode ser o resultado da saída dos jovens do assentamento quando alcançam mais maturidade, como ficou registrado no seguinte trecho da fala de Francisca: “A maioria dos nossos jovens completa o ensino médio e ó, tá indo pro Rio de Janeiro, tá indo pra São Paulo (...)”. Essa saída pode acontecer tanto por falta de interesse desses jovens

em continuar morando no campo quanto pela falta de estrutura física do assentamento em acolher novas famílias que podem ser constituídas por eles ao chegarem à idade adulta. Junto com essa suposta saída de parte dos jovens adultos, o assentamento apresenta um grande crescimento populacional, através, principalmente, das famílias agregadas, fato que já preocupa alguns assentados em relação à capacidade dos lotes:

*(...) Daqui virar uma favela rural né, eu tenho muito medo de acontecer isso nos assentamentos aqui da Paraíba. De tanto agregar pessoas em fundo de quintal né. Tem uma família aqui que tem bem uns quatro filhos morando com ele. Aí o que acontece, o assentado que tem cinco hectares de terra pra trabalhar, que aí com mais um do quintal faz seis. Aí tem a área de reserva. Aí pra dividir pra quatro filho, vai ficar o quê?(...) A sorte é que aqui a gente tem dez mil metros quadrados pra cada casa né, porque se fosse daqueles com as casinhas tudo colada uma na outra dentro do assentamento né? Ia virar favela, era uma favela! Ia dar mais problema porque é muito próximo, ia ter vizinho que ia roubar uma galinha do outro. Então essa forma desse modelo de assentamento ajuda também muito isso, nessa, nessa organização. Mas é preocupante, é preocupante (Francisca – Assentamento Tiradentes, entrevista realizada em junho de 2013).*

Podemos ver, ainda, que a parcela da população com mais de 60 anos é bem menor, pois representa 9% do total da amostra. Porém, antes de pensar em uma possível baixa expectativa de vida da população do Assentamento Tiradentes, devemos levar em consideração que a comunidade é relativamente nova (com pouco mais de uma década de existência) e que foi composta de famílias cuja maioria é de jovem. No entanto, levando em consideração a quantidade de adultos que agora compõem o PA, podemos prever um aumento da população idosa na próxima década, que poderá não ser acompanhado pelo crescimento da população adulta (maior responsável pelo sustento da família) se os índices de diminuição da população de *jovens adultos* continuarem a cair.

A população do assentamento é quase toda composta por homens, apesar de essa diferença entre o número de homens e de mulheres não se apresentar tão grande (89 homens contra 73 mulheres), de acordo com os dados da amostra de 162 pessoas.

**Gráfico 11 – PA Tiradentes: distribuição da população assentada por sexo**

Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012. Organização da autora.

### 2.1.3.3. Tipos de atividade (ocupação) dos componentes das famílias

Entre as 162 pessoas que fizeram parte da nossa amostra no Assentamento Tiradentes, 107 exerciam algum tipo de ocupação, a principal delas é a agricultura, responsável, sozinha, por cerca de 84% das pessoas ocupadas, como podemos ver na tabela 5:

**Tabela 5 – Assentamento Tiradentes: ocupação do total de pessoas da amostra**

Tipos de ocupação	Número de pessoas
Agricultura apenas	90
Construção civil e agricultura	3
Comerciante e agricultura	1
Assalariado no campo e agricultura	2
Assalariado na cidade e agricultura	4
Empregada doméstica	1
Faz "bico" e agricultura	4
Professor e agricultura	2
NSA <sup>32</sup>	40

Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012. Organização da autora

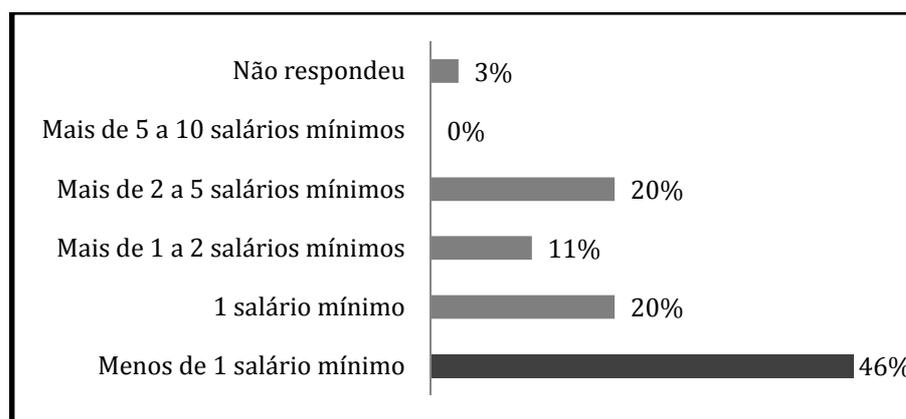
<sup>32</sup> A abreviação *NSA (Não se aplica)* foi utilizada, nesse caso, para as pessoas de até 14 anos de idade e para as que não podiam exercer algum tipo de atividade por apresentar alguma deficiência física ou mental.

Também podemos observar que até aqueles que se dedicam a outras atividades exercem a atividade agrícola, com exceção de uma pessoa que trabalhava em casa de família como empregada doméstica. Assim, é notável a tradição agrícola presente na população do Assentamento Tiradentes e a relevância da agricultura nessa comunidade. No caso desse assentamento, todos os aposentados e as aposentadas que estavam inseridos na amostra disseram que continuam trabalhando na agricultura de alguma forma, mesmo depois da aposentadoria.

#### 2.1.3.4. Renda média mensal das famílias

Quase metade das famílias do Assentamento Tiradentes vive com menos de um salário mínimo por mês<sup>33</sup>, como revelam os dados da amostra (gráfico 12). Em seguida, vem o número de famílias que ganham um salário mínimo. Ao todo, 66% das 35 famílias da nossa amostra percebem uma renda mensal de até um salário mínimo. Isso revela que o nível de renda da maioria das famílias desse assentamento é bastante baixo, tendo em vista que o tamanho médio das famílias é de 4,6 pessoas. No entanto, como se trata de famílias camponesas, que produzem boa parte do necessário para sobreviver, elas conseguem manter um padrão de vida razoavelmente bom, de acordo com o julgamento dos próprios assentados.

**Gráfico 12 – Renda média mensal das famílias do Assentamento Tiradentes**



Fonte: Pesquisa de campo/ abril, 2012. Organização da autora.

<sup>33</sup> Não levamos em consideração, para o cálculo da renda, a produção agropecuária das famílias voltada para o seu próprio consumo. Consideramos somente o dinheiro que elas ganham seja com a venda de seus produtos, aposentadoria, ou outra atividade econômica.

## 2.2. O Assentamento Zumbi dos Palmares

O Assentamento Zumbi dos Palmares tem uma área total de 1.172,48 há. A área registrada é de 1.063,5602 ha. Desses, cerca de 212 são destinados à área de reserva legal, 23, 5758 correspondem à área de preservação permanente (preservada), e a área média das parcelas é de 7 ha. A soma total da área dos lotes corresponde a 593,430 ha, onde há uma intercalação de pastagem e plantio de culturas, com destaque para a produção de mandioca.

O assentamento conta com uma agrovila (cuja proposta foi de favorecer o convívio social entre os assentados), cujas casas têm uma área de 1 ha. Essas casas são construídas em alvenaria e servidas de esgoto sanitário, com recursos liberados pelo INCRA para a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares, que contratou os serviços para a construção de 84 casas, pois uma já estava construída, as quais seguiram o padrão definido pelo INCRA – de tijolos, medindo 50m<sup>2</sup>.

**Foto 5 – Casa do Assentamento Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ junho, 2011

A área central do assentamento (com 4, 273 há) funciona como uma espécie de sede para os assentados. Nesse local e na área da Cooperativa de Produção Agropecuária PA Zumbi dos Palmares (COOPAZ), os assentados costumam realizar os festejos da

comunidade e as reuniões. Ali também se localizam a escola, o posto de saúde, a igreja e outros equipamentos de uso coletivo.

**Foto 6 – Estrutura para festa junina do PA Zumbi dos palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ junho, 2011.

**Foto 7 – Decoração da festa junina do PA Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ junho, 2011.

Na comunidade, 42,63 ha são utilizados de forma coletiva. Nessa área, que fica perto de recursos hídricos, os assentados costumam produzir culturas de subsistência e irrigadas. Também existe uma mandala, de uso coletivo, construída com o auxílio da Mani Tese<sup>34</sup>, e a partir da qual desenvolveu o projeto de produção coletiva no assentamento, que é servido de energia elétrica e conta com uma escola, um almoxarifado, uma casa, que serve como sede da cooperativa do assentamento, e mais duas casas de apoio, além de um âncora do posto de saúde. Dispõe, ainda, de uma igreja evangélica (Assembleia de Deus).

**Foto 8 – Igreja Assembleia de Deus do Assentamento Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ junho, 2011.

### **2.2.1. Características físicas**

A área onde está localizado o Assentamento Zumbi dos Palmares apresenta um relevo levemente ondulado, com altitude que varia entre 50 e 100 metros<sup>35</sup>, como podemos ver no mapa 4. Além disso, o solo, de acordo com o *Relatório Técnico sobre Diagnóstico de Solos do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares*, é do tipo luvisolos

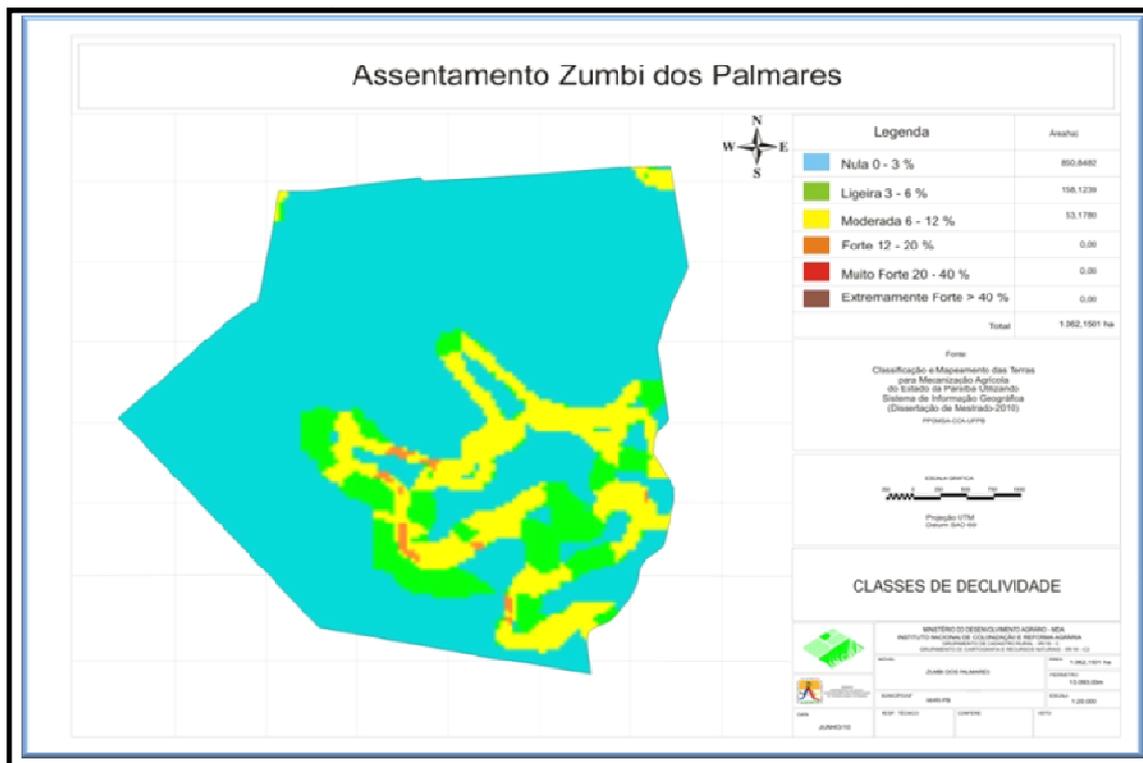
---

<sup>34</sup>Mani Tese é uma associação reconhecida como Organização não Governamental (ONG) e sem fins lucrativos de utilidade pública, de origem italiana. Desde 1981, é reconhecida como Ente Moral e, desde 1997, tem estatuto consultivo perante o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC). Existe desde 1964, combatendo a fome e os desequilíbrios entre o Norte e o Sul do planeta.

<sup>35</sup> De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, INCRA, 2010.

hipocrômicos órtico típico (Tpo), o que lhe confere algumas limitações agrícolas, como “pequenos problemas para o manejo dos solos em relação à textura, quando úmido; profundidade efetiva do solo baixa em algumas áreas; pedregosidade em algumas áreas” (INCRA, 2010, p.52).

**Mapa 3 – Classes de declividade no PA Zumbi dos Palmares**



**Fonte:** Relatório Técnico sobre Diagnóstico de Solos do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares

De acordo com os assentados, o solo do local encontra-se razoavelmente degradado, devido à intensa produção de cana de açúcar e de fumo a que se destinaram as terras do imóvel antes da criação do assentamento.

O assentamento também é bem servido de recursos hídricos (que ocupam uma área de 41,6749 hectares); tem um açude de médio porte, de caráter permanente, com espelho d'água de 5,35 ha; nove nascentes, que totalizam 9,14 ha; 84 poços (um do posto de saúde) e duas caixas d'água, com água potável, que serve para o consumo animal e humano para a prática de agricultura irrigada. Além disso, pelas terras desse assentamento, passa o Miriri – um rio perene que abastece o açude do PA.

Ademais, como é característica da região em que se localiza, o assentamento é beneficiado por um regime de chuvas generoso, durante todo o ano, o que lhe favorece

no abastecimento de água tanto para uso animal quanto humano. Por esse motivo, relatórios técnicos do INCRA apontam um forte potencial para a fruticultura irrigada e a piscicultura.

Há, ainda, 84 cisternas para se captar água. Porém, por não serem de boa qualidade (de acordo com o próprio INCRA), não retêm água suficiente para o período de estiagem, e isso força os assentados a utilizarem poços Amazonas (existentes no assentamento) para complementar o consumo humano. Desde o final de 2012, o assentamento conta com uma caixa d'água que estava abastecendo cerca de 50 famílias até nossa última visita ao PA, em junho de 2013.

**Foto 9 - Caixa d'água do PA Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ junho, 2013.

Em relação à degradação ambiental da área do assentamento, há uma razoável preservação das matas ciliares dos recursos hídricos do local, que apresenta apenas uma pequena área degradada de 4,1629 há, devido à ação antrópica, com exploração de pastagem. Tem uma vegetação (na área de reserva) arbustivo-arbórea, predominantemente secundária, que são espécies remanescentes da Mata Atlântica, vegetação típica do Agreste, algumas espécies herbáceas e árvores espalhadas pelas áreas de cultivo.

Com base em relatório do INCRA, a construção de cercas de demarcação dos lotes, assim como a exploração racional dos recursos florísticos, tem minimizado os impactos na vegetação nativa, que eram maiores no início da criação do assentamento, devido ao cultivo de culturas temporárias e às pastagens.

## 2.2.2. Presença e acesso a serviços

### 2.2.2.1. Educação

No interior do Assentamento Zumbi dos Palmares, existe uma escola de Ensino Fundamental I. Quando concluem esse nível escolar, os alunos têm de se deslocar para distâncias maiores, a fim de continuar estudando. Em muitos casos, vão para a Escola Tiradentes (no assentamento de mesmo nome) ou escolas das cidades próximas (como Mari e Sapé). As mais procuradas são a Escola José Paulo de França e a Escola Luiz Maria de França, ambas na cidade de Mari.

Desde antes da constituição do Assentamento, os próprios acampados já alfabetizavam suas crianças em uma escola improvisada. Oficialmente, a Escola Municipal Zumbi dos Palmares existe desde 2004 e foi conquistada depois de muitas reivindicações dos assentados apoiados pelo MST (um movimento que sempre teve sua bandeira pintada na entrada da escola). Até o ano de 2008, ela funcionava em uma estrutura extremamente precária e imprópria para o desenvolvimento de atividades escolares – um antigo galpão, onde se situava a casa de farinha da antiga fazenda.

Em 2008, a estrutura da escola passou por uma reforma, realizada pela Prefeitura de Mari. Foi construída uma estrutura de alvenaria com duas salas de aula, uma cozinha, dois banheiros, uma sala de informática, uma sala de professores (que também funciona como sala de reuniões), uma secretaria e um pátio central. Porém, essa mudança só foi possível depois de muita pressão feita pelos assentados liderados pelo MST à Prefeitura de Mari para que o prédio fosse construído.

**Foto 10 – Visão da fachada atual da Escola Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

A escola funciona durante os três turnos. Os da manhã e da tarde são destinados aos alunos do Pré-escolar e do Ensino Fundamental I convencional, enquanto o turno da noite atende aos alunos de EJA (cinco turmas) e do Projovem Campo (uma turma). Como não há salas de aula suficientes para todas as turmas do EJA, três delas funcionam nas casas dos próprios assentados.

A diretora da escola, cujo nome é Jane, também é assentada, assim como os funcionários (com exceção de dois professores que moram em Mari). A escola é mantida pela Prefeitura de Mari, menos o Projovem Campo, que é um programa do Governo Federal executado através do Governo do Estado.

Apesar de os assentados terem apontado a pequena participação dos pais dos alunos nas atividades da escola como um problema, presenciamos, durante dois, dos três trabalhos de campo realizados nessa comunidade, a participação de muitos deles em atividades diversas. Na primeira ocasião, muitos pais de alunos (a maioria mulheres) ajudaram na organização da festa junina que aconteceu na escola, na qual também estiveram presentes e pareciam bem familiarizados com o ambiente e a equipe da escola.

Em outro momento, participamos de uma reunião de pais e mestres, da qual participaram, aproximadamente, 30 mães e um pai de alunos, discutindo e opinando sobre uniforme escolar, horário de chegada dos alunos na escola, entre outras questões, juntamente com a diretora Jane (que pedia aos pais/responsáveis que colaborassem com o trabalho da escola). A escola também serve de suporte para os preparativos de atividades realizadas pela comunidade em geral, o que reflete sua estreita relação com a escola.

### **Foto 11 – Festa junina na escola do PA Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ junho, 2011.

**Foto 12 – Reunião com os pais na Escola Zumbi dos Palmares**

Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

Um aspecto interessante que constatamos nessa escola foi que, quando precisa realizar alguma atividade ou reunião que requer a presença dos pais, a diretora e os demais funcionários passam de casa em casa, para entregar o comunicado pessoalmente às famílias dos alunos. Quando há algum problema com algum aluno em especial, também é normal os pais serem avisados pessoalmente. Consideramos que esse é o lado positivo de se ter uma escola que é parte da comunidade, em que grande parte de seus membros são também assentados e conhecem bem mais a realidade dos alunos. No entanto, muitos assentados lamentam o fato de a escola só oferecer o nível primário. Eles alegam que não se sentem satisfeitos pelo fato de os filhos terem que continuar os estudos na cidade, pois lá acabam tendo um contato maior com as drogas, a criminalidade e, por vezes, são discriminados por serem assentados da reforma agrária. Para transportar os estudantes que precisam continuar os estudos fora da comunidade, o Assentamento Zumbi dos Palmares é servido por um ônibus escolar mantido pela Prefeitura de Mari, que também transporta os assentados que precisam ir à cidade no horário em que conduzem os estudantes.

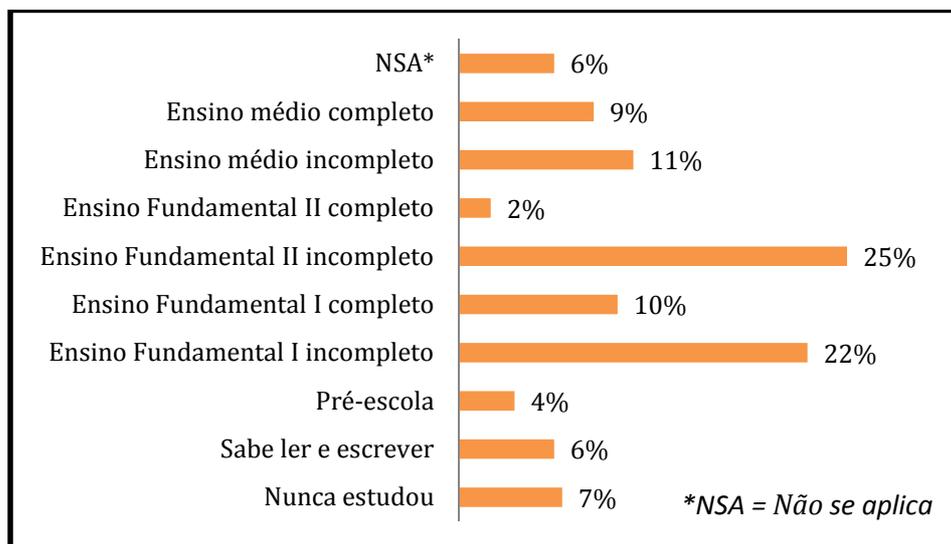
De acordo com o levantamento que realizamos durante as pesquisas de campo na comunidade<sup>36</sup>, o nível de escolaridade dos assentados do PA Zumbi dos Palmares, geralmente, é baixo (como acontece com a maioria das comunidades rurais do Brasil). Constatamos que 34 das 138 pessoas da amostra (25% do total) cursaram o

---

<sup>36</sup> Durante a pesquisa, aplicamos questionários a 30 das 85 famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares, que resultou num total de informações a respeito de 138 pessoas. Tal amostra equivale a 35% do total das famílias assentadas e a, aproximadamente, 30% do total de pessoas residentes no PA em 2010. De acordo com levantamento do INCRA realizado em 2010, havia cerca de 464 pessoas no PA.

ensino fundamental II incompleto, seguido do nível de ensino fundamental I incompleto, que abrange 30 pessoas da amostra (22%), como mostra o gráfico 13.

**Gráfico 13 – Escolaridade do total de pessoas da amostra: Assentamento Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012. Organização da autora.

Para uma análise mais precisa dessa questão, dividimos a escolaridade por faixa etária da amostra, que apresentamos a seguir:

**Quadro 3 – Assentamento Zumbi dos Palmares: escolaridade por idade do total da amostra**

Escolaridade	0 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 44	45 - 59	60 - 74	75+
Nunca estudou	0	0	0	1	1	1	5	1
Sabe ler e escrever	0	0	0	0	1	6	1	0
Pré-escola	5	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Fundamental I incompleto	13	0	2	0	8	5	2	0
Ensino Fundamental I completo	0	5	2	1	3	3	0	0
Ensino Fundamental II incompleto	5	10	6	5	2	5	1	0
Ensino Fundamental II completo	0	1	2	0	0	0	0	0
Ensino médio incompleto	0	7	6	2	0	0	0	0
Ensino médio completo	0	3	5	2	2	0	0	0
NSA*	8	0	0	0	0	0	0	0

\*NSA = Não se aplica

Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012. Organização da autora.

De acordo com esses dados, verificamos uma situação parecida com o nível de escolaridade no Assentamento Tiradentes: a parcela das pessoas que nunca estudaram nem tiveram algum tipo de formação escolar se concentra em uma faixa etária mais idosa (de 60 a 74 anos). Além disso, até os 24 anos de idade, todas as pessoas tiveram algum tipo de formação escolar, o que pode se explicar pelo fato de que, nas últimas duas décadas, o Brasil ampliou o acesso à educação, o que fez com que mais pessoas do meio rural pudessem ter acesso a algum nível de estudo. Da faixa etária juvenil (15 a 29 anos), com exceção de uma pessoa que nunca estudou, houve um avanço do nível de escolaridade em relação às gerações mais velhas. Os casos que foram classificados como “Não se aplica” foram de crianças que ainda não estavam em idade escolar. Apesar desse avanço, ainda é insatisfatório o nível escolar da maioria dos assentados, já que muitos se encontram com um nível abaixo do esperado para sua faixa etária, já que a maioria dos jovens entre 15 e 19 anos não terminaram a segunda fase do ensino fundamental, como podemos ver na 3ª coluna, linhas 6 e 7 do quadro 3.

No que diz respeito ao acesso à educação no Assentamento Zumbi dos Palmares, o INCRA também realizou um levantamento, em que constatou uma baixa evasão escolar dos alunos da escola da comunidade e um levantamento da escolaridade de todos os moradores desse PA no ano de 2010, como podemos ver nas tabelas 6 e 7.

**Tabela 6 – Nível de escolaridade por faixa etária no Assentamento**

FAIXA ETÁRIA	ANAL-FABETO	ESCOLARIDADE		ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	TOTAL
		EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL			
Até 6	32	14				46
7 a 10		25	25			50
11 a 14		23	25			48
15 a 17			20	04		24
18 a 24			61	25		86
25 a 40	02		79	14	01	96
+ de 40	24		87	03		114
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>62</b>	<b>297</b>	<b>46</b>	<b>01</b>	<b>464</b>

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares - INCRA, 2010.

Elencamos algumas falhas nessa classificação, que nos levaram a entender que seria necessário analisar nossa amostra que, embora não correspondesse ao total da

população assentada, caiu em menos generalizações do que o diagnóstico realizado pelo INCRA<sup>37</sup>. Essas falhas são:

- a) O fato de se considerarem crianças de até seis anos de idade como analfabetas, pois muitas estão em idade escolar e se enquadram no nível de educação infantil (pré-escola), que é a “Primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/Lei nº 9.394, de 20/12/96, p.22)”. Portanto, tais indivíduos não podem ser considerados analfabetos já que ainda estão nos processos iniciais que os preparam para a alfabetização. O que deveria ser apontado, a nosso ver, é se essas crianças estão ou não tendo algum tipo de formação escolar;
- b) Como o conceito de analfabetismo é muito complexo, julgamos mais interessante considerar o nível de escolaridade da população, mostrando aqueles que nunca frequentaram a escola e os que afirmam que só sabem ler e escrever;
- c) A divisão etária realizada deixa um pouco a desejar, pois, de acordo com a classificação do INCRA, não temos ideia do que acontece com a população com mais de 40 anos de idade, já que o último grupo etário é “Mais de 40 anos”, o que não nos permite esboçar alguma noção da diferença de acesso à educação das gerações mais velhas.

Os equívocos provocados pela classificação de analfabetismo do INCRA refletem no nível geral de escolaridade da população do Assentamento Zumbi dos Palmares (tabela 5), que aponta um número de analfabetos que pode não corresponder à realidade, já que, nesse grupo, foram inseridas crianças que ainda não estão em fase de alfabetização. É falho considerar uma criança de dois ou três anos de idade, por exemplo, que ainda não tem capacidade (física e psicológica) de ler nem escrever como analfabeta.

---

<sup>37</sup> Apesar de compreendermos que, quanto maior for o universo trabalhado, mais difícil se torna fazer uma análise mais detalhada.

**Tabela 7 – Nível de escolaridade no Assentamento**

NÍVEL ESCOLAR	QUANTIDADE	%
Não informado	62	13,4
Analfabeto	58	12,5
Ensino fundamental completo	70	15,0
Ensino fundamental incompleto	227	49,0
Ensino médio completo	30	6,4
Ensino médio incompleto	16	3,4
Ensino superior completo	01	0,2
Ensino superior incompleto	0	0
Total	464	100%

**Fonte:** Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares - INCRA, 2010.

Ressalte-se, no entanto, que tal diagnóstico é válido para uma noção geral dos demais níveis de escolaridade, que mostra que, assim como aponta nossa amostra, a maioria dos assentados do PA Zumbi dos Palmares sequer concluiu o Ensino Fundamental.

#### **2.2.2.2. Saúde e saneamento**

No Assentamento Zumbi dos Palmares, há um anexo do Posto de Saúde da Família (PSF) do município de Mari, que foi conquistado, segundo relatos dos assentados, com as reivindicações dos seus moradores, apoiados pelo MST, que recorreu à Prefeitura de Mari. Esse anexo atende, principalmente, aos membros da referida comunidade, mas também pode atender a pessoas de sítios vizinhos.

**Foto 13 – Visão externa do Posto de Saúde do PA Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

Em termos de estrutura física, o anexo do PSF tem três pequenos cômodos: uma recepção/sala de espera, uma sala de consultas e uma de curativos e coisas do gênero, como podemos ver a seguir:

**Foto 14 – Recepção do Posto de Saúde do PA Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

No Posto de Saúde do Assentamento Zumbi dos Palmares, semanalmente, acontece a visita de uma médica e, duas vezes na semana, os assentados dispõem de uma técnica de Enfermagem (que também é assentada). Nele são realizadas consultas de clínica geral e tratadas doenças de tratamento mais simples, como resfriado e diarreia. A técnica de Enfermagem do PA realiza visitas às pessoas que requerem mais cuidados, como idosos (medindo pressão periodicamente) e gestantes.

O acesso à saúde, no assentamento, embora seja limitado ao atendimento primário, configura-se como uma importante conquista da comunidade. Durante nosso breve contato com a técnica de Enfermagem do PA (que também é assentada e estava em um avançado estágio de gestação), pudemos perceber que era muito solicitada pelos assentados (durante, aproximadamente, uma hora e meia de conversa, recebeu dois chamados diferentes no assentamento: um de alguém que passavam mal e outro de uma idosa que queria verificar a pressão). Apesar disso, os assentados alertam que o atendimento médico que recebem ainda pode ser ampliado, tendo em vista que apenas uma visita semanal para atender a cerca de seis pacientes é insuficiente numa comunidade de quase 500 pessoas.

Quando os assentados precisam de atendimento médico mais específico ou complexo, procuram o hospital de Mari (que, de acordo com os assentados, não estava funcionando no momento das pesquisas de campo) ou o de Sapé. Em casos de urgência médica, os assentados precisam ir até a capital do Estado, João Pessoa. Para essa locomoção, existe um carro fretado pela prefeitura que leva os assentados até o hospital.

No que diz respeito ao saneamento, de acordo com diagnóstico realizado pelo INCRA em 2010, o Assentamento Zumbi dos Palmares não conta com coleta de lixo pela Prefeitura de Mari, fazendo com que os assentados tenham que queimar ou enterrar a maior parte do lixo que produzem, enquanto uma minoria joga o lixo a céu aberto.

Durante os dias que passamos no PA, convivendo com os assentados, vimos que as famílias, regra geral, não produzem tanto lixo quanto em áreas urbanas, por exemplo. Portanto, é considerável o nível de aproveitamento do lixo orgânico, que costumam utilizar para alimentar os animais domésticos (cachorro, gato) e os de criação (galinha, cabra, porco, pato, etc.).

Os assentados utilizam fossas secas que, de acordo com relatório do INCRA, foram construídas sem nenhum rigor técnico. Há também o reaproveitamento da água

utilizada nos banheiros, nas pias e nas lavanderias das casas, com a qual se irrigam as plantações que existem em volta delas.

### 2.2.2.3. Lazer e cultura

O Assentamento Zumbi dos Palmares quase não dispõe de espaços de lazer e de entretenimento. No início desta pesquisa, os assentados costumavam utilizar um espaço de terreno da comunidade (onde colocaram duas traves) como um campo de futebol. Esse era, praticamente, o único espaço utilizado com a finalidade de divertir os jovens. Porém, na última pesquisa de campo no PA (em junho de 2013), vimos a quadra esportiva construída pela Prefeitura de Mari (foto 17).

**Foto 15 – Assentamento Zumbi dos Palmares: visão parcial da quadra esportiva**



Fonte: Pesquisa de campo/ junho, 2013.

Esse espaço tem sido utilizado pelos mais jovens, a maioria homens. Mas, no PA, foi organizado um time de futebol feminino depois que a quadra foi construída. Ainda assim, a maioria das mulheres e as pessoas mais velhas acabam não se interessando por essa opção de lazer.

Como já mencionado, nas poucas vezes em que a comunidade realiza festividades ou comemorações, usa-se a área central (em frente à escola) para esse fim. Também não existem atividades ligadas à cultura muito significativas na comunidade. No entanto, percebemos que alguns assentados costumam fazer algumas comidas típicas da região, como o pé de moleque, doce de banana e bolo de macaxeira, por exemplo, inclusive,

algumas delas são vendidas dentro e fora da comunidade. Na foto 18, podemos ver a produção de um bolo típico da região (pé de moleque) na casa de uma das famílias assentadas, que vende seus produtos dentro da própria comunidade.

**Foto 16 – Preparo do pé de moleque no Assentamento Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

No assentamento, existem dois grupos de mulheres que comercializam bolos e doces típicos da região, como os já citados. Sobre isso falaremos com mais detalhes no próximo tópico.

### **2.2.3. Produção, consumo e comercialização**

As principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade estão ligadas à agricultura, cuja produção está voltada, principalmente, para a subsistência da família. Entre os principais cultivos do assentamento, encontram-se mandioca (em maior quantidade), feijão, milho, fava, batata-doce, inhame, verduras e hortaliças, caju e maracujá, considerados gêneros tradicionais da região. A mandioca é cultivada por quase todas as famílias do assentamento e é voltada tanto para o consumo interno como para a comercialização. Vejamos, a seguir, os índices de produção do assentamento relativos à safra de 2009:

**Tabela 8 – Principais gêneros agrícolas produzidos no Assentamento Zumbi dos  
Palmares: Safra 2009**

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA CULTIVADA (ha)	PRODUÇÃO (kg)
Feijão	53,20	15.130
Milho	34,65	17.184
Mandioca	419,90	3.555.334
Inhame	3,39	15.095

Fonte: INCRA (PDA Zumbi dos Palmares), 2010.

Os dados da tabela 7 nos mostram que a produção de feijão, milho e inhame é pequena. Juntos, corresponderam a menos de 92 hectares em 2009. Em contrapartida, a produção de mandioca ocupa parte considerável da área destinada ao cultivo, com quase 420 hectares plantados no mesmo ano. Convém lembrar que a área dos lotes totaliza cerca de 595 hectares, em torno de 70% da área dos lotes ocupada com a mandioca no ano de 2009. Isso reflete a tradição da mandioca presente no município de Mari, que faz com que esse seja o principal gênero comercializado pelos assentados.

Essa comercialização é feita por meio de atravessadores, que vendem esse produto no município de Feira Nova (PE). O restante da produção é vendido no próprio município de Mari e, em menor quantidade, na cidade de João Pessoa. No entanto, os assentados reclamam do fato de serem dependentes dos atravessadores, que compram seus produtos muito baratos e demoram, em média, duas semanas para pagar. Mas é possível verificar a comercialização de parte de sua produção pelos próprios assentados, que vão à feira livre de Mari. Dos gêneros agrícolas destinados à comercialização, podemos destacar, também (embora em menor proporção), a macaxeira, o feijão e a batata-doce.

Dentro do assentamento também é desenvolvida a criação de animais, principalmente de pequeno e médio porte (como caprinos, ovinos e aves). No entanto, por conta da falta de investimentos essa produção também é pequena, sendo os rebanhos adquiridos com recursos próprios dos assentados.

Uma entidade que atua no assentamento, a ATES<sup>38</sup>, constatou que, aproximadamente, 80% das famílias assentadas criam, no espaço de 1 ha ao redor das casas, animais como galinha (principal criação), pato e peru, que são destinadas ao consumo das próprias famílias e à comercialização. De acordo com a mesma entidade, os rebanhos não são maiores no assentamento, devido à insuficiente infraestrutura para o desenvolvimento do seu potencial pecuário.

Dos rebanhos criados no assentamento, as aves, os porcos e os caprinos são destinados à comercialização e ao consumo interno; os bovinos são utilizados para a produção de leite de consumo das famílias; já os equinos, como meio de transporte.

**Tabela 9 – Quantidade de animais criados: Assentamento Zumbi dos Palmares**

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Asininos	1
Aves (outras)	521
Caprinos e ovinos	132
Coelhos	2
Equinos	18
Aves (galinha)	989
Garrote	119
Novilho	4
Porco da índia	2
Suínos	48

Fonte: INCRA (PDA Zumbi dos Palmares), 2010.

<sup>38</sup> Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária criado em 2003, que presta assistência nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária criados ou reconhecidos pelo INCRA.

Em relação às práticas agrícolas (fomos informados pelos assentados, incluindo o assentado e antigo técnico agrícola do PA – Luciano – que, em junho de 2011, durante nossa primeira visita ao assentamento, ainda ocupava esse cargo), os assentados realizam correção do solo e adubação orgânica e utilizam o nim<sup>39</sup> no lugar do agroquímico. Apesar de não ser maioria, ainda é possível encontrar assentados que fazem adubação química, mas sem a utilização de inseticidas, pesticidas e herbicidas químicos.

Também existem no local uma cooperativa (Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares – COOPAZ) e uma área localizada na agrovila onde foi construída uma mandala. Foi possível observar formas de uso coletivo de instalações agrícolas que são os açudes e a mandala. O assentamento não tem estrutura de beneficiamento da produção, mas já existe um projeto para a construção de uma casa de farinha, que só precisa da vistoria de um engenheiro para ser aprovado.

A assistência técnica oferecida no Assentamento Zumbi dos Palmares é composta pela mesma equipe que atua no Assentamento Tiradentes e, portanto, mantida pela mesma entidade, a AGEMTE. Além disso, há a comercialização de produtos artesanais, através de dois grupos de mulheres que existem no assentamento. Um grupo de mulheres é responsável pelo preparo e pela comercialização de bolo de macaxeira, que é fornecido para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>40</sup>, para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e para pessoas de dentro e de fora do assentamento que fazem encomendas. O outro grupo de mulheres produz doce de banana e o comercializa para as pessoas em geral para a CONAB durante três ou quatro meses por ano. Esse grupo está se organizando para conseguir um veículo que poderá ser usado para fazer a entrega dos doces tanto para a CONAB quanto para o PNAE. Também estão tentando conseguir um lugar fixo onde possam produzir o doce de banana durante todo o ano.

## **2.2.4. Perfil das famílias assentadas**

### **2.2.4.1. Origem**

---

<sup>39</sup> Planta de origem indiana, trazida para o Brasil em 1992, utilizada como defensivo natural.

<sup>40</sup> De acordo com a Lei nº11. 947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 30% dos recursos destinados ao PNAE devem ser destinados, obrigatoriamente, à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação.

A maioria das famílias que compõem o Assentamento Zumbi dos Palmares são oriundas da mesma região onde ele se localiza. Quase todas (37%) são do próprio município de Mari; as demais são oriundas, em sua maioria, de municípios localizados na Mesorregião da Mata Paraibana e, embora em menor proporção, do Agreste Paraibano (os municípios de Belém e Aroeiras), como podemos ver na tabela 10:

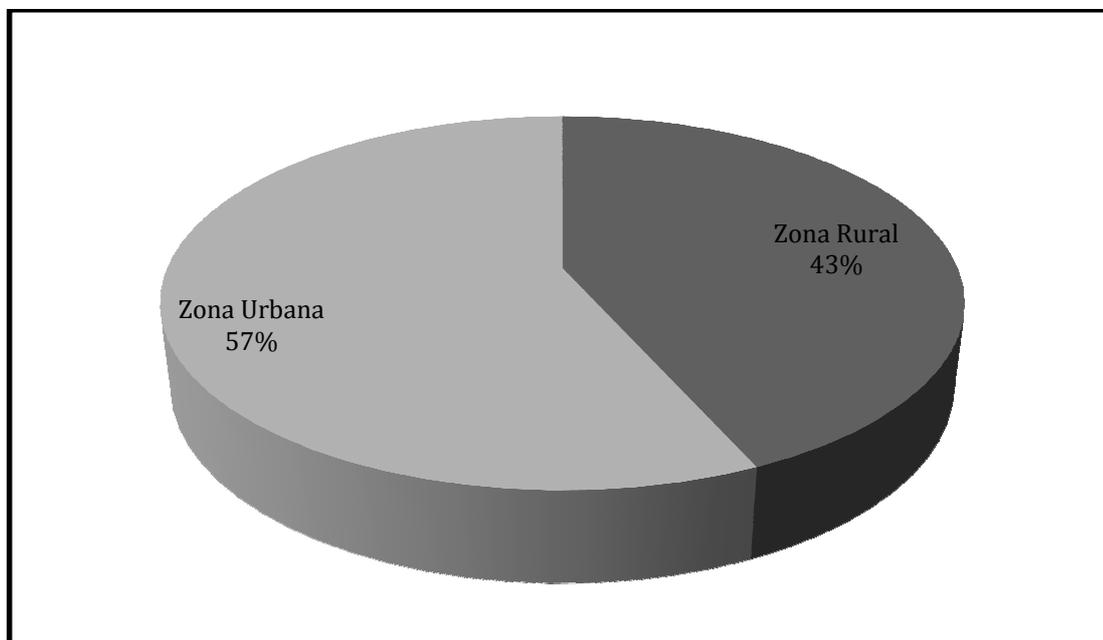
**Tabela 10 - Origem das famílias segundo o município**

MUNICÍPIO DE ORIGEM	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Mari	11
Sapé	6
João Pessoa	4
Belém	2
Santa Rita	1
Itabaiana	1
Aroeiras	1
Livramento	1
Mamanguape	1
Araçagi	1
Jacaraú	1

Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

Quando se trata da origem das famílias por local de domicílio, mais da metade delas origina-se de áreas urbanas (57%), como mostra o gráfico 14. No entanto, a maioria das famílias consultadas declarou que tinha algum tipo de ligação com atividades agropecuárias antes de residir no assentamento. Assim, mesmo que muitas famílias não residissem no campo antes da criação do assentamento, elas eram, de alguma forma, ligadas a atividades rurais, como referiram alguns assentados, entre eles, Luciano (ex-técnico agrícola do Assentamento Zumbi dos Palmares).

**Gráfico 14 - Origem das famílias segundo o local de domicílio: PA Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

#### **2.2.4.2. Tamanho das famílias e composição por sexo e idade**

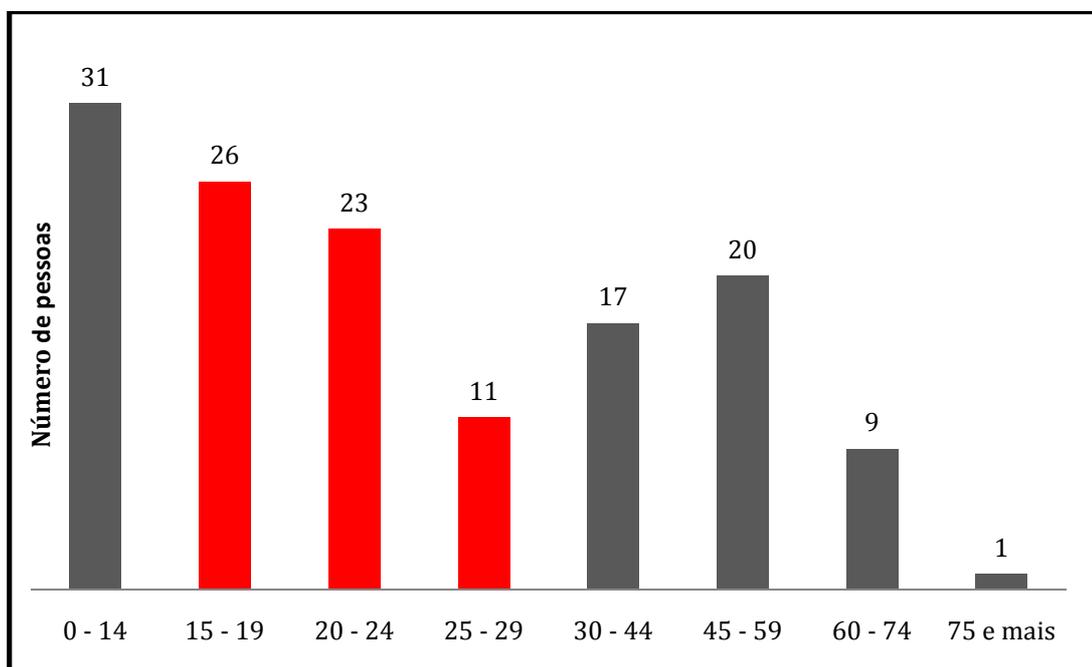
O Assentamento Zumbi dos Palmares tem uma população de 464 pessoas (de acordo com levantamento do INCRA no ano de 2010). Tendo em vista que nele há 85 famílias assentadas, podemos dizer que o tamanho médio de suas famílias é de 5,4 pessoas<sup>41</sup>. Analisando os dados da nossa amostra de 30 famílias, que abrange um total de 138 pessoas, obtivemos uma média de 4,6 pessoas por família.

Em relação à faixa etária da população residente nesse assentamento, trata-se de uma população relativamente jovem. Esse número vai diminuindo nas faixas etárias mais maduras. Como podemos ver no gráfico a seguir, esse assentamento conta com uma grande quantidade de jovens com idades entre 15 e 29 anos. Esse grupo etário equivale a, aproximadamente, 43,5% do total das 138 pessoas inseridas em nossa amostra.

---

<sup>41</sup> Dividindo-se o número total de pessoas (464) pelo número de famílias (85), obtém-se uma média de 5,4 pessoas por família.

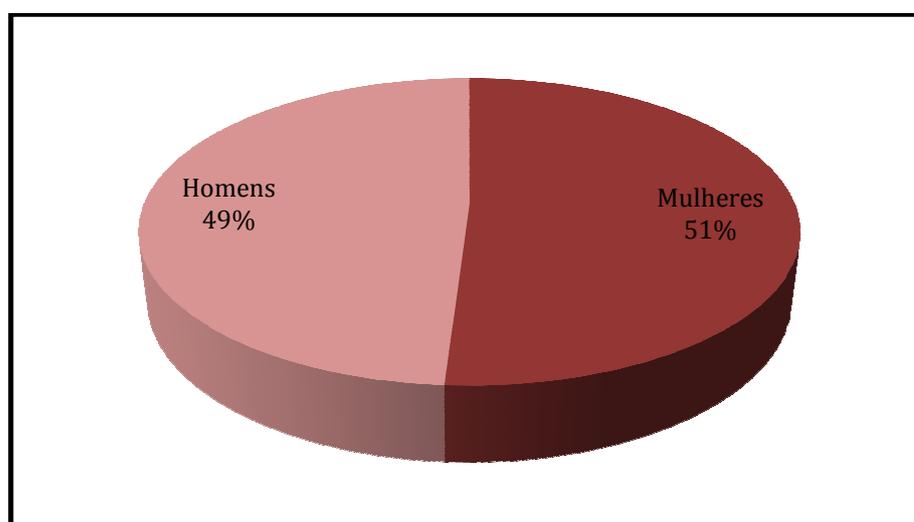
**Gráfico 15 – Número de pessoas da amostra por faixa etária: PA Zumbi dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012. Organização da autora.

Também podemos observar um relativo equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres residentes no assentamento (como mostra o gráfico 16), porém o número de mulheres aumenta à medida que a população envelhece.

**Gráfico 16 – PA Zumbi dos Palmares: distribuição da população por sexo segundo as famílias consultadas**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012. Organização da autora.

### 2.2.4.3. Tipo de atividades (ocupação) dos componentes das famílias

Das 104 pessoas da nossa amostra que se encontravam desempenhando algum tipo de atividade, 88 são ocupadas na agricultura, das quais 82 têm essa atividade como única ocupação (ver tabela 11). As outras atividades mais encontradas no assentamento, depois da agricultura, são as de comerciante/feirante (a maioria vende os gêneros que produzem na feira de Mari) e de trabalhadores da construção civil (pedreiro e servente de pedreiro), que trabalham, principalmente, na cidade de João Pessoa.

**Tabela 11 – Assentamento Zumbi dos Palmares: Ocupação do total de pessoas da amostra**

<b>Tipo de ocupação</b>	<b>Número de pessoas</b>
Agricultura apenas	82
Construção civil apenas	3
Construção civil e agricultura	4
Feirante/ comerciante	9
Técnico agrícola apenas	1
Técnico agrícola e agricultura	1
Auxiliar de serviços	1
Guincheiro e agricultura	1
Professor apenas	1
Cargo do MST	1

Aposentados que não trabalham mais	3
------------------------------------	---

NSA <sup>42</sup>	31
-------------------	----

Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012. Organização da autora

Um fato interessante é que, na maioria dos casos em que os assentados desempenham atividades profissionais diferentes da agricultura, eles as executam paralelamente a essa última atividade (como atividade secundária). Ou seja, as outras ocupações servem, muitas vezes, para complementar a renda familiar e permitir a continuação do trabalho agrícola. É com o dinheiro proveniente de outras atividades que os assentados, muitas vezes, investem em sua produção ou compram aquilo que não podem produzir. Observamos, durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, que, em todas as famílias da amostra, há, pelo menos, um membro trabalhando na agricultura no lote da família. Vale salientar que os “aposentados que não trabalham mais” (Tabela 11) disseram trabalhar na agricultura quando se encontravam em idade economicamente ativa.

#### **2.2.4.4. Renda média mensal das famílias**

Das famílias consultadas, 50% percebem uma renda familiar mensal em torno de um salário mínimo, enquanto 30% (nove, das 30 famílias da amostra) vivem com menos de um salário mínimo por mês. Dez por cento das famílias declararam viver com uma renda mensal entre dois e quatro salários mínimos, e 10% declararam que sua renda mensal varia entre mais de dois a cinco salários mínimos. Esses dados nos revelam que a maioria das famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares recebem até um salário mínimo por mês. Quase todas as famílias disseram que vivem com um salário mínimo. São as que têm, pelo menos, um idoso aposentado. As outras cinco famílias (com exceção de uma) que referiram receber dois salários mínimos ou mais têm dois ou mais

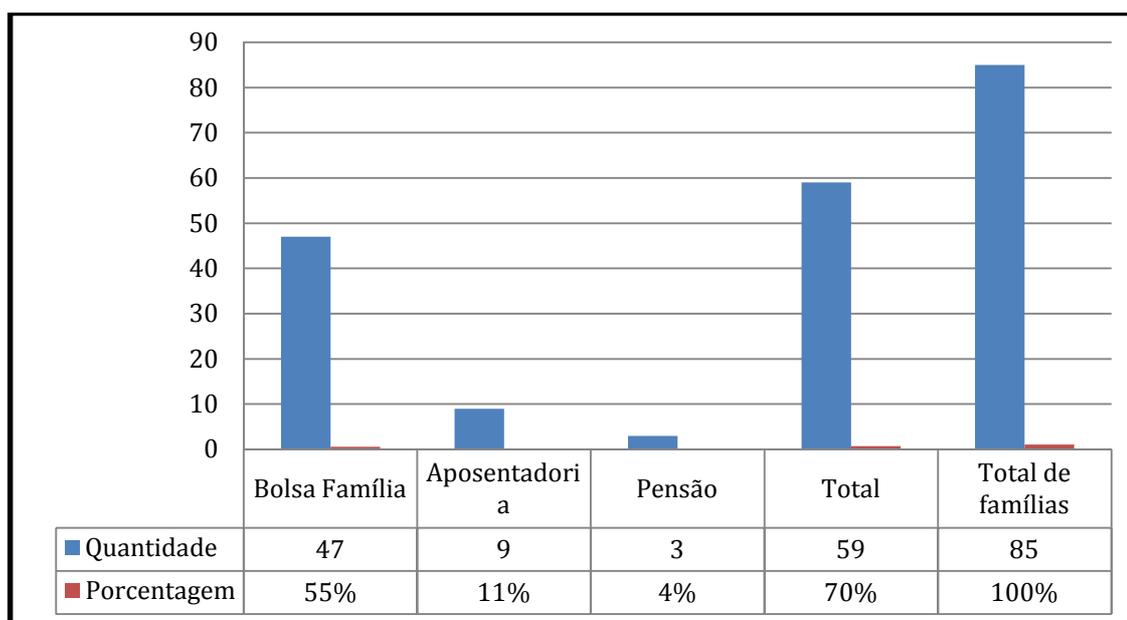
---

<sup>42</sup> A abreviação *NSA (Não se Aplica)* foi utilizada, nesse caso, para as pessoas de até 14 anos de idade que, apesar de executarem, muitas vezes, algumas tarefas na agricultura, fazem-no apenas na condição de aprendizes.

aposentados entre seus membros. Isso denota que os benefícios recebidos pelo INSS são os principais responsáveis pela renda das famílias assentadas.

Quanto às famílias que recebem menos de um salário mínimo, ao serem questionadas sobre como conseguiam se manter com tão pequena renda, os entrevistados responderam que elas conseguem produzir parte considerável dos alimentos que consomem, por isso podem sobreviver mesmo com uma renda monetária extremamente baixa. Além disso, a fonte de renda mais importante da maioria das famílias são outros benefícios do governo, como o Bolsa Família, por exemplo, como exposto no gráfico 17:

**Gráfico 17 – Assentamento Zumbi dos Palmares: transferência de renda governamental para as famílias PA**



Fonte: Diagnóstico realizado no Assentamento Zumbi dos Palmares - INCRA (2010, p.71).

Verificamos que 70% das famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares recebem algum tipo de benefício proveniente de transferência de renda por parte do governo. O principal deles é o Bolsa Família<sup>43</sup> que, no ano de 2010, beneficiava 55% de todas as famílias assentadas. Ao questionarmos as famílias beneficiárias desse programa governamental<sup>44</sup> sobre a importância dele em suas vidas, todos declararam que era

<sup>43</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) faz parte do Plano Brasil Sem Miséria (PSM). Trata-se de um programa de transferência direta direcionado às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Para mais informações, consultar: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

<sup>44</sup> Esse questionamento foi feito entre as famílias de nossa amostra que recebiam esse benefício.

muito importante, pois “ajuda muito em casa”. Segundo algumas das famílias da nossa amostra, essa é a única renda monetária a que têm acesso.

### 2.3. Percepções dos impactos dos assentamentos

Em entrevistas durante nossa pesquisa de campo, os assentados ressaltaram que a vida de suas famílias melhorou significativamente após a criação dos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares. Mesmo com algumas limitações que ainda precisam ser superadas, as famílias garantem que, atualmente, vivem com mais dignidade do que antes de conquistarem um pedaço de terra nos referidos PAs.

Os assentados disseram que, gradativamente, diminui o preconceito que sofreram no início, quando eram vistos pelos moradores da cidade de Mari como “os sem terra”. Eles consideram que, atualmente, são mais respeitados pela sociedade. Hoje, ser “sem terra” é ter crédito na cidade, como foi registrado durante um grupo focal realizado com alguns assentados no Assentamento Tiradentes:

*Antigamente (...) todo mundo chamava os sem terra de ladrão. Hoje todo mundo quer vir praqui atrás de uma terrinha e não tem. Hoje em dia quem tá brigando por terra é eles (Edmilson, morador do Assentamento Tiradentes, em 18 de abril de 2012).*

*Eles brigam querendo uma vaga aqui e não entram. Os comerciantes de Mari tudinho dá valor a gente. Pegue um cheque aqui, um cheque de qualquer assentado aqui e vá em Mari em qualquer mercadinho que ele troca, com trinta dias com 15 dias com 20 dias. Nós tem crédito em Mari. A gente é visto hoje em dia com outros olhos pela sociedade. Agora no começo a gente foi discriminado (Edvaldo, morador do Assentamento Tiradentes, em 18 de abril de 2012).*

Com base nessas afirmações, podemos constatar que os assentamentos promoveram mais movimentação comercial no município, já que o poder de consumo dos assentados aumentou com a melhora de suas condições de vida e de trabalho. Essa melhora não é percebida somente pelos que integram essas comunidades, mas também por aqueles que convivem com elas, como podemos notar nos seguintes trechos: “Hoje em dia quem tá brigando por terra é eles (...). Eles brigam querendo uma vaga aqui e não entram”. Ou seja, a melhora é tanta que até os que antes enxergavam esses trabalhadores engajados na conquista pelo direito de sua terra de trabalho e de uma

vida digna como ladrões hoje querem fazer parte deles, pois foram capazes de ver os benefícios oriundos dessa luta.

Esse aquecimento na economia do município é favorecido não só pelo aumento do poder de compra dos assentados, mas também pela alta produtividade dos assentamentos de Mari, que acabam forçando os assentados a contratarem, temporariamente, outras pessoas para lhes ajudar a dar conta da produção, como mostra a fala de Nêgo:

*(...) nesse tempo agora (...) que o pessoal tá plantando, nós tem pra mais de 300 pessoas da cidade trabalhando dentro do assentamento de segunda a sexta. Então essas pessoas vão passar em torno de quase dois, três meses trabalhando dentro do assentamento, ou até mesmo um ano todo. Então de toda forma o assentamento, ele abriu a porta pro emprego dentro do município. Então são trezentas pessoas que querendo ou não, não tem carteira assinada, mas ele trabalha o ano todo dentro do assentamento, com as famílias que convive dentro do assentamento. Até o mercado antigamente fechava as portas pra nós, hoje ele abre. Então isso foi tudo uma luta. Nós aqui... o pessoal que chamava nós de ladrão, de bandido, nós tamo mostrando a outra cara da moeda, que conseguimos, lutemos pelo um pedaço de terra pra nós produzir e conseguir mudar a forma de sociedade que nós tinha (Nêgo – Assentamento Zumbi dos Palmares, entrevista realizada em junho de 2013).*

Portanto, essa fração do espaço, que hoje faz parte dos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, foi conquistada com a organização dos trabalhadores, sua articulação com o MST e sua capacidade de reivindicar por justiça social, que os conduziu a se unir, mesmo vindo de lugares e de histórias diferentes, para lutar por um pedaço de chão. Essa fração do espaço que eles conquistaram, hoje, constitui um novo território formado por dois assentamentos rurais: o Assentamento Tiradentes e o Assentamento Zumbi dos Palmares. No entanto, esses assentamentos não são um território qualquer, mas um Território de Esperança e, como tal, é marcado pela luta de resistência camponesa por sua permanência na terra, pela luta constante contra a dominação do capital representado na região, principalmente pelo agronegócio canavieiro, por avanços, mas também por recuos no processo emancipatório da população que dele se apropriou.

Nesse contexto, os Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares fazem parte de um Território de Esperança porque são construídos e reconstruídos a cada dia, com a luta dos trabalhadores rurais por autonomia, liberdade e dignidade. Isso se justifica

porque, apesar de certas contradições e conflitos próprios do processo de construção de algo novo, a esperança é alimentada na luta cotidiana dos camponeses para permanecerem como donos de sua força de trabalho:

*Hoje o camarada que vivia aqui, ele não tinha uma casa pra morar na rua, ele morava de aluguel, pra trabalhar ele trabalhava no momento em que arrumava, um dia de serviço, ou dois na rua. Hoje, ele tá aqui. Ele tem uma casa. Ele tem terra para trabalhar e ele ainda traz dois ou três pessoa de fora pagando o dia de serviço pra ele trabalhar com a família. Então o camarada tem a batata, a macaxeira, o feijão, o inhame, e tem a roça o milho, o milho e a fava pra comer o ano todinho com a sua família. E dá pros amigos, alguns vizinhos que vem da rua visitar o camarada (...).Então a vida das pessoas ela mudou muito. Hoje o camarada ele tem uma cabrinha, vaca, um boi pra ajudar no trabalho, ele tem o leite pra tomar de manhã com o filho, e antigamente pra ele tomar um leite ele tinha que comprar, né? Então a vida hoje das famílias por aqui ela mudou muito... com a diferença uma nova sociedade, um novo modelo de sociedade que nós queria. Ela não tá cem por cento, do que nós queria, mas ela tá em torno de noventa por cento da forma do que nós quer. Então hoje nós vai na rua em algumas favelas... nós vê a questão da dificuldade que as famílias ela passa lá pra sobreviver (Nêgo – Assentamento Zumbi dos Palmares, entrevista realizada em junho de 2013).*

Nesse processo de luta e de consolidação de um novo território marcado por mais autonomia camponesa, encontram-se pessoas de todas as fases da vida: infância, velhice e juventude. Os que se encontram nesta última são aqueles em quem se deposita a esperança de continuar a luta por uma vida melhor, o trabalho na terra ou de valorizar a história de luta e de vida dos pais agricultores:

*Que você pode ser um professor e poder trabalhar na roça. É você ser um doutô e poder trabalhar na roça. É você dar o valor à sua raiz e da onde você saiu. Dar valor a toda uma cultura do seu pai, da sua mãe, do seu avô, do seu bisavô que veio da terra, que tem a raiz da terra. Você é o filho de um agricultor e você se forma pra ser um médico, pra ser um professor, pra tá, não vamos dizer que essas profissão não tem de dar valor, mas a profissão de um agricultor ele também é uma profissão que o filho deve... em qualquer profissão que ele seja, que ele vai seguir, ele tem que olhar pra trás e dar valor. A raiz é de onde ele saiu.*

Os desejos e as perspectivas desses jovens herdeiros de uma história de luta pela terra, bem como suas condições de vida, de estudo, de lazer e de trabalho são de fundamental importância para a continuidade desse processo de luta. Esses aspectos serão abordados no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3

## **A JUVENTUDE RURAL ASSENTADA DO MUNICÍPIO DE MARI**

*Talvez se resumam nisso a própria juventude, a espontaneidade, a coragem e a profundidade da vida pessoal, a vontade e a faculdade de experimentar e viver com plena vitalidade a parte natural do ser.*

---

Thomas Mann

Quem escolhe como objeto de estudo a juventude depara-se, inevitavelmente, com o desafio de delimitar e conceituar essa categoria própria da Sociologia. Mesmo nesse campo do conhecimento científico, a juventude constitui uma categoria de pouca precisão conceitual, o que se torna ainda mais delicado quando se trata de um segmento específico, como a juventude rural.

Neste capítulo, tecemos algumas considerações sobre o conceito de juventude. Um dos nossos objetivos, aqui, é de contribuir para a construção de uma tipologia específica, no que tange aos jovens de áreas de assentamentos rurais, consideramos que eles, apesar de fazerem parte da juventude rural, têm características próprias. Partimos da análise dos jovens dos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, ambos no município de Mari (PB).

Para a construção deste capítulo, seguimos três etapas. A primeira traz algumas considerações sobre a definição/delimitação de juventude; a segunda caminha pelas especificidades da juventude rural, tentando diferenciá-la das demais; da terceira parte em diante, discutimos sobre algumas características próprias da juventude rural assentada, a fim de contribuir com a construção dessa tipologia. Tal tarefa se baseou no estudo de caso dos jovens assentados do município de Mari, com o intuito de compreender seus anseios, suas necessidades, sua participação nas dinâmicas territoriais, bem como sua condição atual em suas comunidades.

Considerando que a juventude não é uma categoria própria da ciência geográfica e tendo em vista os poucos estudos sobre esse tema, foi fundamental a busca de uma base teórica em outras áreas do conhecimento, principalmente, da Sociologia, que tem promovido interessantes debates a seu respeito.

### **3.1. Sobre o conceito de juventude**

Definir o termo juventude é uma difícil tarefa para a maioria dos pesquisadores do assunto. Tal dificuldade acaba resultando, muitas vezes, em generalizações, sem que se busque consolidá-la, como salienta Castro (2005, p.18): “Permeada de definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busquem a auto percepção e a formação de identidades daqueles que são definidos como *jovens*”. Nesse contexto, não é raro termos como puberdade, adolescência e juventude serem empregados como sinônimos, na

definição do período de transição entre a infância e a fase adulta. Meira (2009) considera essas definições “epistemologicamente imprecisas”, pois transitam entre dois critérios principais que nunca chegam a uma conciliação efetiva: o critério etário e o sociocultural.

A juventude é uma construção social, razão por que é muito difícil um entendimento único sobre essa categoria sociológica. Castro (2005) identifica três *movimentos* distintos (que podem se cruzar eventualmente) para definir juventude: um que considera elementos físicos/psicológicos (como a faixa etária, por exemplo) e mudanças comportamentais; outro, que concebe a juventude como uma categoria “substancializada/adjetivada<sup>45</sup>” e as definições que tentam ir contra esses recortes, “em busca de novos vieses”.

Muitos ainda consideram a juventude como uma categoria autoexplicativa e autoanalítica, como se houvesse uma concepção aceita por todos com base em critérios “unicamente biológicos, jurídicos ou comportamentais como definições metodológicas” (TAKAHASHI, 2010).

Weisheimer (2009), por sua vez, ressalta quatro abordagens para se compreender essa categoria sociológica: a) juventude como *faixa etária*; b) juventude como transição para a vida adulta; c) juventude como produto e produtora da cultura e d) juventude como representação social.

A noção de juventude associada à idade cronológica é muito comum tanto por órgãos governamentais quanto por movimentos sociais e por pesquisadores. De acordo com o referido autor (2009, p.71), “essa abordagem frequentemente recorre a indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais para definir os limites de quem é ou não é considerado jovem”. Como exemplo disso, podemos citar diversas classificações etárias, na tentativa de se definir quem se enquadra nessa categoria. O IBGE, por exemplo, classifica como jovens os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. Já no Japão, essa classificação considera até os 35 anos de idade<sup>46</sup>. O governo brasileiro<sup>47</sup>, no entanto, tem seguido a

---

<sup>45</sup>A categoria “juventude” aparece associada a determinados substantivos e adjetivos, tais como: “vanguarda”, “transformadora”, “questionadora” (MARGULIS, 1996, pp. 9-11). Essa adjetivação subentende papéis sociais privilegiados para os indivíduos identificados como “jovem” e “juventude”, principalmente como agente de transformação social (CASTRO, 2005, p.26).

<sup>46</sup> De acordo com WEISHEIMER (2009, p.71).

<sup>47</sup> Em 2004, foi aprovado o Plano Nacional da Juventude (com duração de dez anos), que considera como jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos.

classificação da Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ), que delimita como jovens as pessoas com uma faixa etária entre 15 e 29 anos.

Para Bourdieu (1983, p. 113), as relações entre a idade biológica e a idade social variam de acordo com a sociedade, a gênero, a classe e o momento histórico. Ele refere que “(...) a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos”. “É por isso que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objetos de manipulação” (Op.cit., p.113).

Observa-se que existem várias delimitações etárias diferenciadas que correspondem à juventude. Reconhecemos, no entanto, que, embora o critério etário, por si só, não seja suficiente para essa definição, é necessário para que possamos delimitar a juventude estudada com mais precisão. Além disso, devemos levar em conta que nenhuma estratificação etária corresponde, de forma homogênea, a toda a juventude. Isso porque cada faixa etária é também uma construção social<sup>48</sup>. Assim, admitimos que esse tipo de abordagem também apresenta seus problemas e deve ser utilizada com cuidado, para “evitar a naturalização de um fenômeno eminentemente sociológico” (Op.cit., p.47). Contudo, não podemos negar que é necessário delimitar, de forma mais precisa, o universo a ser atingido pela pesquisa aqui apresentada, que leva em consideração os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos (além de outros critérios apresentados mais adiante).

Compreender a juventude como um período de transição da infância para a vida adulta é uma das abordagens mais utilizadas desde a *Conferência Internacional sobre Juventude*, em Grenoble, 1964<sup>49</sup>. Apesar de essa ideia ser a mais aceita entre os estudiosos, pode carregar problemas de imprecisão analítica “se desconsiderar as diversidades históricas, sociais e culturais sob as quais as transições se realizam” (Op.cit., p. 78). Nessa perspectiva de transição, é importante destacar a importância do trabalho na configuração da identidade juvenil, como mostra esta afirmação:

O ingresso no trabalho permanece como elemento central dessa transição, já que, através dele, os jovens começam a adquirir uma relativa autonomia perante a família de origem. Porém, é preciso lembrar que essa inserção profissional é precária entre eles, devido à fragilidade de sua posição social e, principalmente, por causa das

---

<sup>48</sup> A esse respeito, ver Pierre Bourdieu: *A “juventude” é apenas uma palavra* (Entrevista a Anne-Marie Métaillé, publicada em *LesJeunes et le premier emploi*, Paris, Associationdes Ages, 1978).

<sup>49</sup> A partir dessa conferência, a UNESCO adotou para o conceito de juventude essa noção de transitoriedade da infância para a vida adulta.

relações de trabalho típicas do atual regime de acumulação flexível. Fatores que contribuem para agravar a situação ambígua da juventude. Além disto, numa conjuntura de crescente flexibilização das relações de trabalho e precarização do emprego, a entrada dos jovens no mercado de trabalho passa a ser mais dificultada (Op.cit., 2009, p.76).

Essa noção acaba por se enquadrar em um dos *movimentos ou momentos que se desenham* na definição de juventude apontados por Castro (2005) e citados anteriormente, que seria o de juventude como categoria associada a certos substantivos e adjetivos como “em formação” ou “inexperiente”: “Ou seja, um agente que precisa ser formado, direcionado, para assumir seu “papel social” e que nesse percurso pode se desviar” (CASTRO, 2005, p.26).

Já a abordagem pautada na perspectiva cultural compreende os jovens como produtos e produtores de cultura. Essa cultura juvenil (caracterizada pelo uso de vestimentas, linguagem, gostos musicais e hábitos específicos) é um produto de consumo, em que a mídia exerce um papel fundamental. Além disso, os jovens aparecem como um importante mercado consumidor, pois ser jovem passa a ser mais um estilo de vida do que uma faixa etária específica, como reforça Weisheimer (2009 p.79-80):

Os jovens aparecem como um mercado consumidor importante; a indústria cultural estandardiza seus produtos que transcende os limites de idade através da propagação da moda jovem. Essa se constitui no padrão estético da vida cotidiana. Como resultado, ser jovem torna-se um estilo de vida que não mais se restringe a uma faixa etária, produzindo o que o antropólogo Hermano Vianna (1997) definiu como “promiscuidade intergeracional”. Isto porque os jovens aparecem como mercado consumidor, cujos bens de consumo transcendem ao público-alvo original.

Por fim, a juventude como representação social é uma abordagem que “ênfatiza a determinação sociocultural da juventude, superando-se as abordagens pautadas por uma natureza biológica” (Op.cit., p.85). Essa abordagem transcenderia os limites etários ou os períodos de transição na definição de juventude, porquanto seu significado estaria relacionado, muito mais, a outras categorias.

Castro (2005, p.34) comenta que mais importante do que revelar com exatidão o que seria *juventude* é “contribuir com a busca de meios para se analisar a categoria e suas múltiplas construções” e “tratar de seres humanos com face, anseios, desejos, medos, felicidade e infortúnios, que vivem a experiência da vida como ‘jovens’, seja como

identidade atribuída, seja, ainda, ao serem excluídos da própria categoria em determinados momentos”.

Assim, é impossível definir juventude considerando um único aspecto. Abramo (2008) ressalta, inclusive, que as diferentes abordagens não são contraditórias, mas complementares, para que se possa compreender bem mais o tema e configurar políticas. Nesse sentido, concordamos com Bourdieu (1983), ao considerar a juventude como uma construção social, cultural e histórica ou, como Weisheimer (2009, p.86), que a concebe como

uma categoria relacional fundada em representações sociais, tais como as que conferem sentidos ao pertencimento a uma faixa etária, que posiciona os sujeitos na hierarquia social a fim de promover a incorporação de papéis sociais através dos diferentes processos de socialização que configuram as transições da infância à vida adulta.

Tendo isso em vista, passamos a discutir sobre um processo de socialização específico no qual se insere a juventude rural.

### **3.2. Juventude rural: algumas considerações**

Com base no que foi exposto até o momento, podemos afirmar que a juventude é uma categoria social mais ampla, que pode assumir determinadas especificidades de acordo com o espaço do qual faz parte, como podemos observar na passagem a seguir:

Nas comunidades de agricultores familiares, o amadurecimento dos jovens é mais precoce do que outros contextos sociais, diversamente do que ocorre nos espaços urbanos, no meio rural os filhos desde a infância são responsáveis pelo cumprimento de tarefas econômicas ligadas à unidade doméstica (GAVIRIA; MENASCHE, 2006, p. 72)

Nesse trecho, a juventude é diferenciada por meio da produção do espaço. No caso de uma comunidade de agricultores familiares, a juventude terá de assumir funções específicas, que se diferenciam das assumidas pelos jovens inseridos em outro contexto, como os espaços dos grandes centros urbanos. Assim, a juventude rural pode ser considerada uma categoria dentro desse universo extremamente diversificado que é a juventude. No entanto, isso não a torna menos complexa no que tange à sua definição,

tendo em vista que não se trata de um conjunto homogêneo, mas de uma categoria extremamente diversificada, composta pelas mais variadas situações juvenis<sup>50</sup>.

Neste estudo, ao considerar a juventude rural, levamos em consideração a dimensão espacial em que ela se insere, nesse caso, o espaço rural. Weisheimer (2005) lembra que existem dois princípios de identificação da juventude como uma representação social: um baseado em uma dimensão geográfica/espacial (jovem rural, jovem do campo, jovem da roça, entre outras denominações); e outra, no processo de socialização em determinadas ocupações (jovens agricultores, jovens sem-terra, jovens assentados etc.). Entendemos que o jovem rural, como sujeito, é produzido na medida em que ele produz e reproduz o espaço.

Recentemente, os pesquisadores brasileiros vêm se debruçando sobre a juventude rural, mas ainda poucos os estudos que tratam desse tema, diferentemente do que acontece quando se trata dos estudos sobre a juventude dos grandes centros urbanos (CARNEIRO, 2008).

Abramo (2008) assinala que, no Brasil, durante muitos anos, houve uma polarização do debate acerca da juventude. De um lado, estavam as discussões sobre jovens de classe média que participavam de movimentos estudantis ou partidos esquerdistas; de outro, adolescentes em situações de risco. Somente nos últimos dez anos (ou pouco mais que isso) foi que a percepção de juventude tem se direcionado para além desses dois setores.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido palco de um significativo aumento do número de estudos e de ações<sup>51</sup> (tanto do Estado quanto de movimentos sociais) relacionadas à juventude. Apesar da ampliação do interesse sobre essa temática, os estudos nesse campo de investigação ainda não compõem um conjunto expressivo de produção científica, ainda mais quando se trata dos estudos sobre a juventude rural brasileira, como aponta um levantamento realizado em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>52</sup>, em que foram identificados apenas 50 trabalhos realizados por cerca de 36 pesquisadores brasileiros:

---

<sup>50</sup> A esse respeito ver Weisheimer (2009).

<sup>51</sup> Pronaf Jovem, Programa Nossa Primeira Terra, Consórcio Social da Juventude Rural são alguns exemplos de políticas de desenvolvimento rural e de geração de empregos (voltadas para a juventude) que estão sendo implementadas por vários ministérios.

<sup>52</sup> Levantamento dos trabalhos realizados sobre juventude rural em todas as universidades brasileiras de 1991 a 2004: WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

[...] as pesquisas sobre juventude do meio rural não constituem uma produção expressiva em termos de volume, uma vez que não chegam a compor quatro trabalhos por ano no período de 1990 a 2004. Logo, confirma-se que os jovens rurais têm estado invisíveis para a maioria dos pesquisadores brasileiros, constituindo-se em um objeto ainda pouco estudado (2005, p.9).

Podemos afirmar que os jovens rurais brasileiros permanecem “desfocadamente visíveis<sup>53</sup>”, isto é, praticamente invisíveis. Tal invisibilidade pode resultar “de um estereótipo baseado em uma visão urbana da noção de juventude sustentada na percepção da existência de um espaço cultural propriamente juvenil e do adiamento das responsabilidades e dos papéis dos adultos” (CARNEIRO, 2008, p. 244).

Ressalte-se, no entanto, que os jovens rurais precisam trabalhar desde muito cedo para ajudar no sustento da família, já que, no campo, a inserção no mundo do trabalho começa, geralmente, desde a infância. Desde o início da adolescência, o jovem do campo já se encontra, em muitos casos, desempenhando “trabalho de adulto”, até assume o papel de chefe de família, em detrimento de sua formação escolar, o que pode, aparentemente, “descaracterizá-lo” de sua condição juvenil.

Como ressalta Weisheimer (2009), é possível superar a invisibilidade social a que diversas categorias juvenis se encontram submetidas se considerarmos que existem diferentes situações juvenis. Portanto, devemos compreender que a juventude rural é um universo mais amplo, onde se encontram inseridas diversas situações específicas, como a juventude assentada, a juventude camponesa não assentada, a juventude assalariada, entre outras.

No caso da juventude rural, essa invisibilidade resulta, principalmente, de um modelo criado sob um ponto de vista urbano, com a mitificação do campo encarado, muitas vezes, como um espaço precário, vazio e monótono, sem perspectiva de futuro, enquanto a cidade é concebida como um local de grandes oportunidades de melhoria de vida. Com base nessa interpretação da realidade e no fato de existirem poucas ações que incentivem os jovens a permanecerem no meio rural, uma saída para eles a fim de melhorar suas condições econômicas e de vida seria procurar trabalho na cidade. Disso, resultam inúmeros problemas, como o envelhecimento, a masculinização da população rural e a quebra dos mecanismos de hereditariedade (que significa uma não

---

<sup>53</sup> ABRAMO, 1997, p.27.

continuidade ao trabalho dos pais nos assentamentos rurais, por exemplo), o que contribui para o processo de concentração de terras.

É importante chamar a atenção para o fato de os jovens serem pouco reconhecidos no meio rural, já que eles, comumente, não têm o direito de participar das decisões que os afetam nem direitos legalmente estabelecidos para atuarem na política. Martins (2008, p.2) refere que as desigualdades entre os sexos e a pequena visibilidade da juventude são reproduzidas pelo tipo de unidade familiar que é adotado pelos projetos governamentais e pela intervenção dos movimentos e das organizações de trabalhadores rurais.

Não raras vezes, apesar de se perceberem como agentes de mudanças, os jovens não se sentem valorizados pelos adultos, como podemos observar na seguinte fala de um jovem do MST:

*Futuro? Só mudando tudo. A juventude tem condições de mudar, mas quem leva nos comandos são adultos. Os jovens podem fazer mais força, mais quantia, mais número de pessoas, mas quem manda é meia dúzia que tem dinheiro, o que o jovem não tem (RENK, 2000, p.65).*

Grande parte dos jovens que permanecem no campo só consegue mais independência financeira com a aposentadoria dos pais, quando diminui o trabalho e, sobretudo, o poder de mando da atual geração na gestão da propriedade.

Oliveira (2007) analisa um estudo realizado por Sartre (2002), a respeito dos quais o autor conclui que os jovens são fontes de esperança, já que podem reproduzir os valores de suas famílias, que exercem uma grande influência sobre os filhos. Os jovens rurais, frequentemente, são incentivados a continuar perto da família, já que sua ausência significa a redução de mão de obra e transformações na propriedade, que tenderia a desaparecer depois da morte dos pais.

De acordo com uma pesquisa<sup>54</sup> realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 89,9% dos jovens entrevistados declararam morar com os familiares. Isso demonstra que a família é sobremaneira importante na vida dos jovens

---

<sup>54</sup> A pesquisa, *A Voz do/a Adolescente e Jovem Rural*, diz respeito à realidade dos jovens trabalhadores rurais, visando orientar as diretrizes e as propostas de ação para a juventude rural no âmbito do Movimento Sindical. Foi realizada pelo UNICEF, em 2001, e trabalhou com uma amostra de 5.280 meninos e meninas entre 12 e 17 anos, em todo o Brasil. Do total de entrevistados, 51% são do sexo masculino, e 49%, do sexo feminino.

rurais, para quem a família é, além do lugar de residência, unidade de produção e de consumo e que, geralmente, incorpora toda uma rede de parentesco.

Assim, os jovens rurais carregam consigo a grande contradição de representarem, de um lado, um *ideal de ruptura* (quando traçam novas expectativas para suas vidas) e, de outro, o de serem incumbidos de dar continuidade às tradições rurais de suas famílias (WANDERLEY, 2007).

Conforme mostra Oliveira (2007), as expectativas juvenis vão depender das influências externas do meio em que vivem esses jovens, cujas expectativas serão diferenciadas, “uma vez que os jovens passam por distintos processos (culturais, sociais, etc.) em sua história de vida” (OLIVEIRA, 2007, p.110).

### **3.3. A juventude assentada do município de Mari**

Como já referimos, consideramos a juventude rural como um amplo universo que se diferencia internamente, de acordo com o espaço onde os jovens estão inseridos e do qual fazem parte, e com a classe social a que pertencem. Weisheimer (2009, p.110) entende que

(...) a homogeneização das diferenças no interior de uma categoria mais ampla, como a “juventude rural”, acaba contribuindo para perpetuar a invisibilidade dos jovens agricultores familiares e de outras juventudes, na medida em que não reconhece as especificidades das diversas situações juvenis.

Diante disso, julgamos necessário diferenciar a juventude rural assentada, a fim de compreendê-la como uma categoria dotada de características próprias, adquiridas a partir de uma dimensão espacial e de processos de sociabilização específicos. Quando nos referimos a uma juventude assentada, queremos ressaltar a especificidade dessa parcela da juventude rural, que é a de pertencer a um assentamento, a uma família assentada, que, regra geral, participou da luta pela terra e que detém (mesmo que provisoriamente) uma propriedade rural, de onde retira (ainda que parcialmente) o sustento e que lhe oferece benefícios específicos para a consolidação do seu trabalho na terra.

Assim, os jovens membros de famílias assentadas carregam a responsabilidade de representar o futuro de sua comunidade, pois constituem uma geração herdeira de

uma história de luta pela terra, como podemos constatar no seguinte depoimento de um assentado sobre suas expectativas para os filhos:

*Meu filho aqui, eu vou passar pra ele né... Ele que vai tomar conta [do trabalho no lote]. (...) o mais velho vai fazer uma casinha do lado, porque é aquela coisa, tem muitos filhos de assentado que num dá valor, mas tem outros, né. Eu disse a ele "dê valor ao que eu corri atrás, porque nós sofremos, agora é pra vocês tomar conta". Ele pode ter as coisas dele, mas tem que dar valor ao que a gente passou, não só eu como ele, né? Não é fácil não (Seu Liu – Assentamento Zumbi dos Palmares, em entrevista realizada em junho de 2013).*

Nessa perspectiva, é necessário compreender quais são as expectativas juvenis no que diz respeito a sua vida e ao trabalho e analisar se a comunidade assentada e a sociedade conferem maneiras de tornar viáveis essas expectativas dos jovens assentados com o que se espera deles.

Em relação ao futuro dos assentamentos, Abramovay et al. (1998) alertam para os problemas sucessórios das pequenas propriedades, que não permitem uma divisão entre os herdeiros de forma economicamente viável. Nesse caso, uma alternativa seria estimular os jovens *herdeiros* a se qualificarem nas mais diversas profissões, estimulá-los a seguir uma profissão com estudo e deixar aquele que mais se identificasse com o trabalho agrícola na sucessão da propriedade.

Uma vez que todos os filhos não podem permanecer na propriedade familiar, o processo de sucessão costuma beneficiar apenas um dos herdeiros, geralmente o filho homem mais novo ou mais velho. Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, pela redução do número de filhos e também pelo processo de individualização dos jovens em relação à lógica coletiva (CORDEIRO, 2009, p. 549).

Sobre isso, Abramovay et al. (1998, p.17) alertam: "O que está em jogo nesse processo, mais que o futuro de certas empresas e famílias, é o próprio destino de boa parte das regiões que hoje passam por processos severos de êxodo rural".

Esse problema de sucessão da propriedade pode ser observado nos assentamentos rurais que, quase sempre, não dispõem de espaço para a criação de novos lotes (cujo tamanho já é reduzido). No caso do Assentamento Tiradentes, por exemplo, reflexo disso é o inchaço pelo qual passa a comunidade, que conta com 60 famílias a mais do que as 160 famílias já assentadas. Quase todas essas 60 famílias são

compostas pelos filhos dos assentados que casaram, formaram novas famílias e não têm condições de adquirir um novo pedaço de terra. Portanto, só lhes resta dividir o lote de suas famílias de origem para sustentar as novas famílias de reprodução.

Para Cordeiro (2009, p. 545), “a sucessão é um dos momentos cruciais para a manutenção do patrimônio familiar e continuidade da atividade agrícola, em que são negociadas as orientações coletivas da família e os interesses individuais”. Contudo, os jovens dos assentamentos rurais se deparam, muitas vezes, com restrições à continuidade do trabalho familiar tanto por imposição da família (através dos valores patriarcais camponeses) quanto do próprio Estado (que não dá a esses jovens oportunidades de terem acesso a terra), como aponta a referida autora.

Destaque-se, porém, que já é possível encontrar algumas ações (mesmo que de forma ainda tímida) do governo federal com o objetivo de diminuir o êxodo rural juvenil, para que os jovens permaneçam no campo. Como exemplo, podemos citar a criação de uma linha de financiamento especial dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário<sup>55</sup> (PNCF), cujo alvo são os jovens sem-terra, filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas, com idades entre 18 e 28 anos, e que tenham vontade de adquirir uma propriedade rural. Também existe outra linha de crédito rural voltada para a juventude – o PRONAF JOVEM – que visa atender a jovens agricultores e agricultoras familiares com faixa etária entre 16 e 29 anos, que precisam atender a alguns requisitos básicos<sup>56</sup>.

Apesar dessas iniciativas, ainda podemos constatar um número considerável de jovens que deixam os assentamentos para buscar melhores condições de trabalho e de renda, continuar os estudos (já que a maioria dos assentamentos só dispõe de escolas de nível fundamental) e procurar mais opções de lazer. Pensando nesse problema, realizamos um levantamento em todas as 65 famílias investigadas nos dois assentamentos para saber quantos jovens de cada uma delas, entre 15 e 29 anos, deixaram suas comunidades e o motivo de sua saída. A partir desse questionamento, foi identificado, em nossa amostra, um total de 28 jovens dos dois assentamentos

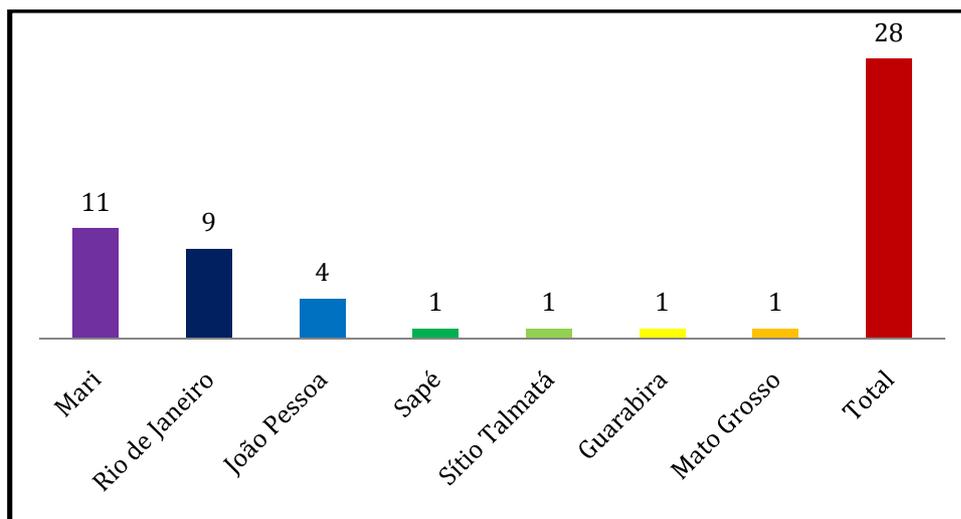
---

<sup>55</sup>Voltado para os jovens rurais com idades entre 18 e 28 anos, esse adicional prevê recursos para aplicação em SIC de até R\$ 1.000,00 por participante de grupo organizado em associação de jovens (Fonte: <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito/2444654>. Acesso em abril de 2012)

<sup>56</sup> Os pré-requisitos para a obtenção do recurso são: ter concluído ou estar cursando o último ano em Centros Familiares de Formação por Alternância ou Escola Técnica Agrícola de nível médio. Também podem participar aqueles que tenham feito curso ou estágio de formação profissional com carga horária superior a 100 horas (Fonte: <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/guia-de-politicas-publicas-de-juventude/principais-programas-de-juventude/pronaf-jovem>. Acesso em abril de 2012).

estudados, que migraram para outras localidades, com destino, principalmente, a Mari, Rio de Janeiro e João Pessoa, respectivamente. Também foram identificadas outras cidades e estados em menor proporção, como as cidades paraibanas de Sapé e Guarabira e o estado do Mato Grosso (ver gráfico 18).

**Gráfico 18 – Principais destinos de migração dos jovens assentados de Mari**



Fonte: Pesquisa de campo/ março - abril, 2012. Elaboração da autora.

Os principais motivos que levam os jovens a saírem dos assentamentos são, primeiro, o casamento – o que comprova a ideia de que muitos jovens deixam suas comunidades ao formarem uma nova família – e, segundo, o trabalho, que reforça a ideia de que, ao chegar à fase em que a sociedade espera que os jovens se tornem trabalhadores, muitos acabam migrando por falta de opções de trabalho nos assentamentos.

Das 65 famílias investigadas durante a pesquisa, 17 apresentaram casos de migração juvenil – 12, no Assentamento Tiradentes, e cinco, no Zumbi dos Palmares. Isso nos mostra que 26,1% do total de famílias da amostra tiveram, pelo menos, um jovem entre 15 e 29 anos que saiu do assentamento por algum motivo. A seguir, apresentamos duas tabelas com os índices de migração juvenil dos dois assentamentos.

**Tabela 12 – Migração de jovens no Assentamento Tiradentes: situação por sexo**

Causas da migração	Trabalhar	Estudar	Casamento	Total
Homens	4	0	3	7

<b>Mulheres</b>	1	1	11	13
<b>Total</b>	5	1	14	20

Fonte: Pesquisa de campo/ março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.14: Quantos irmãos ou parentes, com idades entre 15 e 29 anos, já saíram do assentamento para morar fora?; P.15: Por que saíram e para onde foram?

**Tabela 13 – Migração de jovens no Assentamento Zumbi dos Palmares: situação por sexo**

<b>Causas da migração</b>	<b>Trabalhar</b>	<b>Estudar</b>	<b>Casamento</b>	<b>Total</b>
<b>Homens</b>	5	0	0	5
<b>Mulheres</b>	2	0	1	3
<b>Total</b>	7	0	1	8

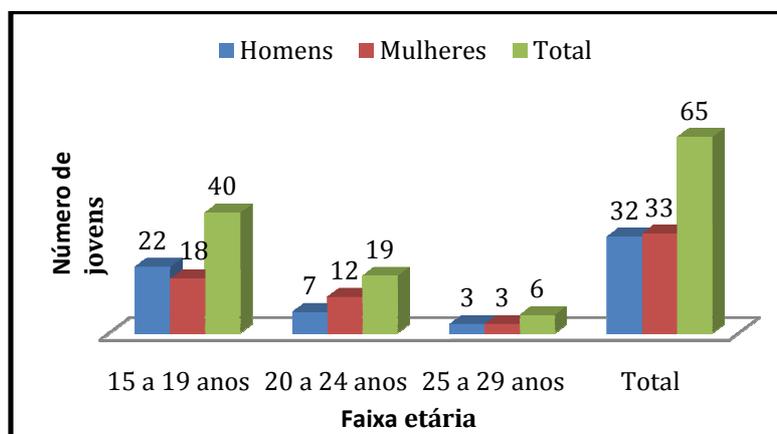
Fonte: Pesquisa de campo/ março - abril, 2012. Elaboração da autora.

Chama-nos a atenção o fato de apenas um jovem, entre dos dois assentamentos, ter migrado por causa dos estudos. Isso pode indicar que poucos são os que continuam a estudar longe de suas comunidades (tendo em vista que a pessoa que migrou por esse motivo foi uma moça do Assentamento Tiradentes, que foi fazer um curso técnico em João Pessoa). Todavia, constatamos que grande parte dos jovens assentados de Mari expressa o desejo de permanecer em suas comunidades. Mas, antes de nos aprofundarmos nessa questão, achamos necessário fazer uma breve caracterização dos jovens entrevistados dos assentamentos rurais do município de Mari.

### 3.3.1 Caracterização geral dos jovens entrevistados

Os dados apresentados nos levam a inferir que a realidade dos 65 jovens entrevistados (35 do Assentamento Tiradentes e 30 do Assentamento Zumbi dos Palmares) segue a mesma tendência do universo maior de jovens que compõem as famílias dessas comunidades – a de sofrer uma queda no número de *jovens adolescentes* para o de *jovens adultos*, como expresso no gráfico 19.

**Gráfico 19 – Número total de jovens entrevistados nos assentamentos de Mari (PB) por idade e sexo**



Fonte: Pesquisa de campo/ março - abril, 2012. Elaboração da autora.

Percebemos, também, que há um relativo equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres em quase todas as faixas etárias, o que nos leva a pensar que a migração juvenil dos assentamentos ocorre de forma semelhante para ambos os sexos, a partir dos 20 anos de idade. Sabendo disso, podemos nos apoiar na afirmação: “O grande gargalo parece se localizar na idade em que o jovem começa a ser definido como ‘trabalhador’, em potencial, esperando-se que ele contribua para aumentar a renda da família (...) (CARNEIRO, 2008, p.249)”. Parece ser justamente nessa fase em que o número de jovens começa a diminuir, como já mencionado.

No que diz respeito ao estado civil dos jovens entrevistados, a pesquisa mostrou que 80% são solteiros, contra 8% de jovens casados e 12% de “jovens amigos”/em relação estável. No Assentamento Zumbi dos Palmares, o número de jovens em situação conjugal (oito) é maior do que no Assentamento Tiradentes (quatro) e se concentra também entre jovens do sexo feminino, responsável por 83% dos jovens entrevistados casados ou que vivem “amigos”. Os únicos dois homens que estavam casados encontravam-se na faixa etária dos jovens adultos, enquanto três mulheres de 15 a 19 anos, e cinco, de 20 a 24 anos, estavam casadas ou “amigadas”, o que nos permite concluir que as jovens assentadas se casam mais cedo do que os homens.

De acordo com nossa amostra, a maioria dos jovens dos assentamentos do município de Mari é composta de solteiros e sem filhos. Mesmo assim, quase um quarto dos entrevistados (24,6%) têm filhos. Apesar de o casamento ter uma forte relação com a posse de filhos (pois a maioria dos jovens com filhos são casados ou vivem com seus

companheiros), isso não é, necessariamente, uma regra, pois quatro dos jovens entrevistados que têm filhos são solteiros e do sexo feminino (todas no Assentamento Tiradentes). No Assentamento Zumbi dos Palmares, a proporção de jovens com filhos (assim como a proporção de jovens casados) é maior do que no Assentamento Tiradentes – oito com filhos – nos dois PAs.

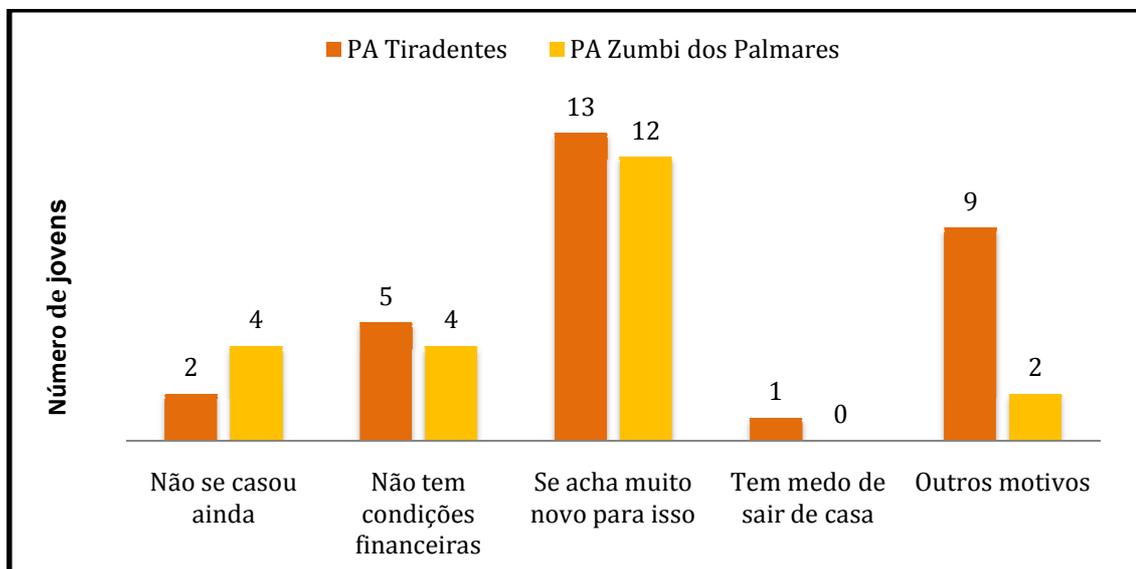
Desses dezesseis jovens que têm filhos, mais da metade (11, o que corresponde a 69% desse universo) teve seu primeiro filho quando tinha entre 15 e 19 anos, enquanto quatro jovens o tiveram entre 20 e 24 anos. Apenas uma jovem teve o primeiro filho antes dos 14 anos de idade. Nenhum desses jovens teve o primeiro filho com idade entre 25 e 29 anos, o que mostra que, nesses dois assentamentos, é relevante o número de jovens adolescentes com filhos. Apesar disso, surpreendemo-nos quando lhes perguntamos se a gravidez dos primeiros filhos foi planejada ou acidental. Ao contrário do que poderíamos supor, 11 dos 16 jovens pais/mães planejaram o seu primeiro filho, e cinco tiveram o primeiro filho decorrente de uma gravidez não planejada. Isso reforça a afirmação de Abramo (2008, p. 48) de que “(...) nem sempre a gravidez e a chegada dos filhos, entre os mais jovens, são um precipitador indesejado de uma interrupção prematura da condição juvenil”.

No que diz respeito à quantidade de filhos, a pesquisa mostrou que a maioria dos jovens pais/mães (88%) dos assentamentos de Mari tem entre um e dois filhos – sete, com um filho, sete, com dois, e apenas dois com três filhos ou mais.

No que tange ao local de residência dos jovens, salientamos que 80% dos entrevistados ainda moram com os pais ou responsáveis – 22, no Assentamento Zumbi dos Palmares, e 30, no Assentamento Tiradentes. Ou seja, apenas 13 dos jovens entrevistados (dos quais, 12 são casados ou vivem com seus companheiros) não moram com os pais ou responsáveis. Esse dado revela que muitos jovens, quando se casam, saem da casa de suas famílias de origem, tanto para o assentamento quanto para outras localidades. Convém enfatizar que quase todos os jovens que migraram do assentamento fizeram-no por conta do casamento (ver tabelas 12 e 13).

Dos 52 entrevistados que ainda moram com os pais, 25 declararam que permanecem nessa condição por se acharem muito novos para sair de casa. Apenas seis que foram entrevistados nos dois assentamentos atribuem a saída da casa dos pais ao casamento, enquanto nove disseram que ainda não saíram de casa por falta de condições financeiras. O gráfico 20 confirma essa assertiva:

**Gráfico 20 – Motivo pelos quais os jovens entrevistados ainda moram com os pais  
(para quem mora com os pais)**

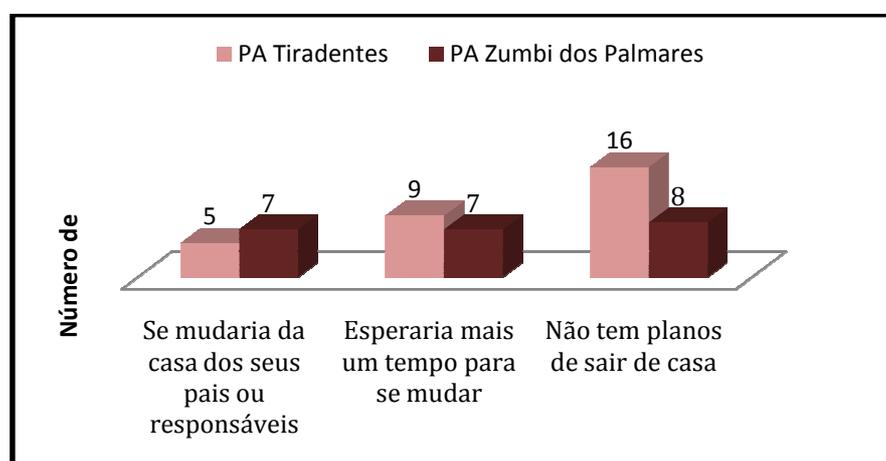


Fonte: Pesquisa de campo/ março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P. 17: (Para quem mora com os pais) Por que motivo você ainda mora com seus pais ou responsáveis?

Além disso, 46% desses jovens apontaram que não têm nenhum plano de sair de casa, enquanto 31% deles disseram que pretendem fazê-lo, mas que preferem esperar mais um tempo. A minoria dos que moram com os pais (23%) afirmou que, se pudesse decidir sem nenhuma preocupação, sairia da casa dos seus responsáveis, como ilustra o gráfico 21:

**Gráfico 21 – O que os jovens entrevistados fariam se pudessem decidir no momento sem se preocupar**



Fonte: Pesquisa de campo/ março - abril, 2012. Elaboração da autora.

No Assentamento Tiradentes, o número de jovens que não planejam sair da casa dos pais é muito maior do que no Zumbi dos Palmares. Quanto ao número de jovens que gostariam de se mudar da casa dos pais imediatamente, no Assentamento Zumbi dos Palmares, é um pouco maior do que no Assentamento Tiradentes. Isso talvez se explique pela diferença de infraestrutura voltada para os jovens entre os dois assentamentos, que analisaremos com detalhes mais adiante.

Entre os jovens adolescentes, o motivo mais apontado para ainda permanecerem morando com os pais foi a idade, enquanto para os que têm idades entre 20 e 24 anos, os principais motivos foram a falta de condições financeiras e o fato de não quererem viver longe dos pais. Isso nos leva a crer na

(...) tendência de prolongamento da relação de dependência da estrutura dos pais, bastante explorado nos estudos recentes sobre a transição para a vida adulta. Uma das razões desse prolongamento, segundo alguns autores (ver por exemplo, SPOSITO e CARRANO, 2003), se relaciona às dificuldades financeiras para montar a nova unidade doméstica; talvez seja essa a razão pela qual o desejo de sair da casa dos pais cresça conforme aumentam a escolaridade e a renda (ABRAMO, 2008, p.60).

Em contrapartida, no caso dos jovens investigados em nossa pesquisa, não pudemos associar a renda e a escolaridade ao desejo de sair de casa, tendo em vista que tanto a maioria dos *jovens adolescentes* quanto dos *jovens jovens* tem um nível de escolaridade bem próximo, assim como o da renda familiar. No entanto, notamos que o número dos que sairiam logo da casa dos pais se pudesse é maior na faixa etária dos 15 aos 19 anos do que na faixa etária seguinte (devemos lembrar que os jovens com mais de 25 anos que foram entrevistados já moram fora da casa dos pais). Como alguns jovens usaram a justificativa da falta de condições financeiras para sair da casa dos pais, podemos supor que muitos deles podem ter tido dificuldade de desassociar o desejo de sair com suas possibilidades reais, fazendo-os responderem que não pretendem sair da casa de sua família de origem.

### **3.3.2. Educação, trabalho e perspectivas dos jovens assentados**

### 3.3.2.1. Educação e importância da escola

Entre os jovens entrevistados dos dois assentamentos do município de Mari, 60% deles estão estudando, e 40% estão fora da escola. No entanto, entre os dos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, essa condição de estudante é predominante na faixa etária entre 15 e 19 anos. Essa proporção vai diminuindo com o avançar da idade. Constatamos que 72,5% dos jovens entrevistados com idades entre 15 e 19 anos, nos dois assentamentos, estão frequentando a escola. Já na faixa etária que vai de 20 a 24 anos, essa proporção cai para 47,2% e, nos que têm entre 25 e 29 anos, apenas 16,6% estão frequentando a escola. Isso indica que o acesso ao ensino fundamental que o Brasil vem promovendo,<sup>57</sup> nos últimos anos, beneficia, principalmente, os mais jovens. Em contrapartida, os jovens das faixas etárias mais velhas, muitas vezes, têm que passar por um funil para ingressar no ensino médio e no superior (ABRAMO, 2008), o qual se estreita ainda mais quando se trata de jovens de assentamentos rurais que têm mais dificuldade de acesso aos outros níveis de ensino.

Existem diferenças no número de jovens que frequentam a escola entre os dois assentamentos: na faixa etária dos 15 aos 19 anos, 81% dos entrevistados do Assentamento Tiradentes estão na condição de estudantes, contra 61% no Assentamento Zumbi dos Palmares; dos 20 aos 24 anos, 41% dos entrevistados no Assentamento Tiradentes frequentam a escola, contra 57% do Zumbi dos Palmares; já na faixa etária dos 25 aos 29 anos, nenhum jovem do Assentamento Tiradentes estava frequentando a escola no momento da pesquisa, enquanto, no Zumbi dos Palmares, 20% dos entrevistados estudavam.

Analisando o nível de escolaridade desses mesmos jovens, veremos que a maioria deles sequer concluiu a segunda fase do ensino fundamental e que a proporção dos que estão frequentando a escola é maior no Assentamento Tiradentes do que no Zumbi dos Palmares, como demonstrado na tabela 14:

---

<sup>57</sup> Através de políticas públicas como Brasil Alfabetizado, Projovem, EJA e Programas como o Bolsa Família.

**Tabela 14 – Condição escolar dos jovens entrevistados**

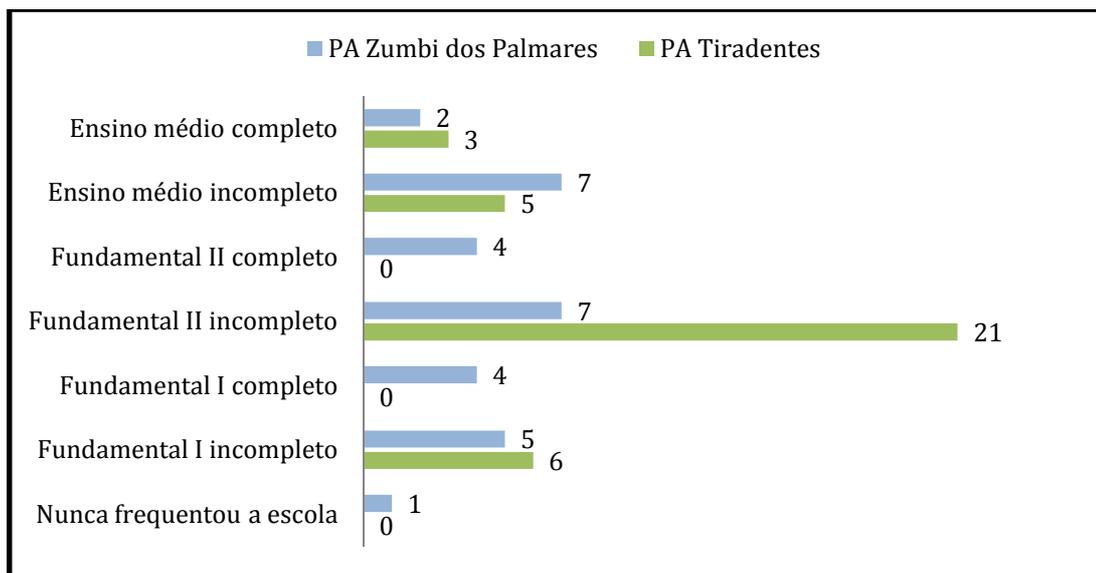
<b>Condição escolar</b>	<b>PA Tiradentes</b>	<b>%</b>	<b>PA Zumbi dos Palmares</b>	<b>%</b>	<b>Total de jovens</b>	<b>%</b>
Está estudando	24	38,4%	15	23%	39	60%
Não está estudando	11	16,9%	15	23%	26	40%

Fonte: Pesquisa de campo/ junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.19: Estuda atualmente?

Isso pode ser explicado, em parte, considerando-se que, no Assentamento Tiradentes, há uma escola com um nível de ensino mais avançado (Ensino Fundamental I e II), o que acentua ainda mais as dificuldades de se concluir a segunda fase do ensino fundamental no Assentamento Zumbi dos Palmares, onde o Programa Projovem Campo ofereceu, há alguns alunos, a chance de concluir todo o Ensino Fundamental no ano de 2012.

Ao analisarmos a quantidade de jovens com o nível de ensino fundamental II incompleto, podemos supor que é maior no Assentamento Tiradentes (e podemos notar que se trata de uma grande diferença) porque há mais estudantes cursando esse nível escolar pelo fato de a escola ficar mais perto da agrovila do PA. Como uma alternativa para os jovens que vivem no campo concluírem os estudos, Carneiro (2008, p. 249) aponta a necessidade da “existência de uma escola que ofereça o curso médio noturno nas proximidades do local de moradia do jovem (...)”. Isso porque os jovens assentados, assim como a maior parte dos jovens rurais, são inseridos no mundo do trabalho desde muito cedo, pois, como afirma Carneiro (2008), a profissionalização desses jovens acontece através de um aprendizado que se adquire com a prática.

**Gráfico 22 – Nível de escolaridade dos jovens entrevistados**

Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

Ao analisar os dados da nossa amostra, percebemos que 53% dos jovens que trabalham (ou que já trabalharam e estão desempregados) disseram ter começado a trabalhar entre 15 e 19 anos e, aproximadamente, e 35% começaram a trabalhar com menos de 15 anos de idade. Para a jovem Jéssica, é natural que os jovens assentados conciliem as atividades escolares ao mesmo tempo em que concedam alguma ajuda com o trabalho familiar, seja na terra, seja nas atividades domésticas: *Assim, a gente tanto podemos estudar como podemos ajudar os pais assim na terra. Porque pra tudo tem o seu momento. Tem o momento de estudar, o momento de trabalhar, o momento de fazer tudo (Jéssica, 16 anos – Assentamento Tiradentes, entrevista realizada em junho de 2013).*

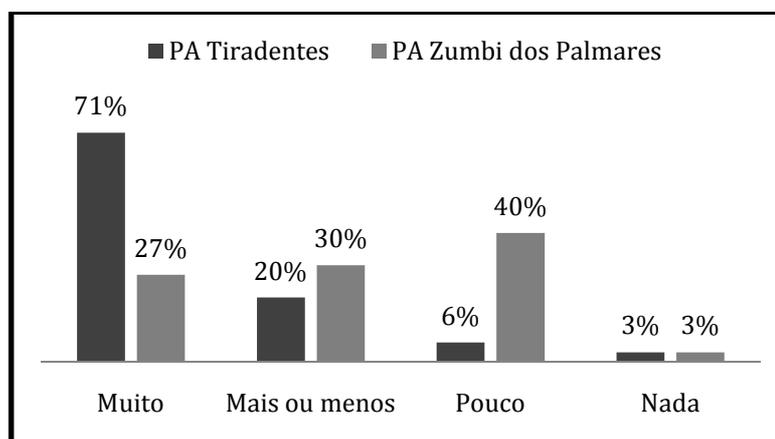
Entre as escolas mais frequentadas pelos estudantes dos dois assentamentos, destacam-se as seguintes: a Escola Tiradentes, com 31% dos entrevistados; a Escola José Paulo de França, que atende a 20% deles; a Escola Luiz Maria de França, responsável por cerca de 10% desses alunos, e a Escola Zumbi dos Palmares, que foi apontada por 8% dos jovens estudantes entrevistados em nossa pesquisa. Os outros 31% dos jovens estudantes apontaram escolas diversas em menor proporção, como a Escola Técnica de Enfermagem da UFPB e a Escola Técnica Agrícola da UEPB, entre outras.

Quando indagados sobre a relação entre a *escola o trabalho*, 89,3% dos entrevistados declararam que consideram a escola muito importante para o futuro profissional, 4,6% a consideram mais ou menos importante, e outros 4,6% acham que a escola não é importante para o futuro profissional. Esse é um indício de que, mesmo com

o nível de escolaridade um pouco aquém do esperado, os jovens assentados do município de Mari compartilham da ideia de que a escola exerce um papel fundamental para que eles possam alcançar um bom futuro profissional. Assim, a escola também foi apontada por esses jovens como muito importante para conseguir um trabalho (77%).

Sobre a preocupação da escola com os jovens rurais, houve uma diferença significativa das respostas dos jovens do Assentamento Tiradentes e do Assentamento Zumbi dos Palmares. No Tiradentes, o número de jovens que afirmaram que a escola se interessa muito por seus problemas é muito maior do que no Assentamento Zumbi dos Palmares (ver gráfico 23). Essa diferença nas respostas entre os jovens dos dois assentamentos também se observa quando questionados sobre o quanto a escola se preocupa com os problemas da comunidade em que vivem: enquanto mais da metade (57%) dos jovens entrevistados no Assentamento Tiradentes disseram que a escola se importa muito com a comunidade, no Assentamento Zumbi dos Palmares, essa resposta foi dada por apenas 27% dos entrevistados, enquanto a maioria deles (40%) disse que a escola se preocupa pouco com o assentamento.

**Gráfico 23 – Em que medida os jovens entrevistados acham que a escola se interessa pelos problemas dos jovens rurais**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.22a: Em que medida você acha que a escola se interessa pelos problemas dos jovens rurais?

Baseados nesses aspectos, podemos ressaltar a importância da presença de escolas de todos os níveis de ensino nos assentamentos rurais, que possam atender à demanda dos alunos de cada comunidade. Normalmente, a educação oferecida pelas escolas dos Assentamentos Rurais é mais inclinada para a realidade do campo e faz

parte do cotidiano desses sujeitos que são os jovens assentados: (...) *só porque lá na rua a gente estudava e não tinha assim... aqui a gente estuda, mas com assunto aqui do assentamento, não é só de lá*(Jéssica, 16 anos – Assentamento Tiradentes, entrevista realizada em junho de 2013). Brumer (2007, p.40) refere que

é importante registrar que a frequência a uma escola de ensino médio requer a ida regular dos jovens às sedes dos municípios, onde têm acesso a outro modo de vida e de relações sociais. Esses jovens também são submetidos ao confronto de valores sobre a vida no meio rural e no meio urbano, pois os cidadãos (alunos e professores) transmitem uma visão relativamente negativa dos rurais.

Essa visão negativa dos rurais por parte de quem vive na cidade acaba levando muitos jovens assentados a sofrerem algum tipo de preconceito, como podemos perceber na seguinte conversa:

- *Porque tem gente que tem vergonha. Diz que é da cidade... Você é da onde? Ah, eu sou da cidade. Mentira! Tem gente que não se caracteriza com sua origem.*

***E por que tu acha que tem gente que tem vergonha em dizer que é aqui do assentamento?***

- *Por causa que... mode que... mode ser motivo de chacota.*

***Você já sofreu algum tipo de chacota?***

- *Já.*

***Onde?***

- *Quando eu estudava na cidade.*

***Que tipo?***

- *Ah, o matuto do sítio. Essas coisas assim.*

***E você se chateava?***

- *Nem ligava!*

***E você prefere a escola da cidade ou a escola aqui do assentamento?***

- *A escola daqui.*

(José Paulo, 15 anos – Assentamento Tiradentes, entrevista realizada em junho de 2013).

Além disso, a proximidade da escola com o lugar onde os jovens moram é um fator importante e valorizado por muitos assentados, não só pela facilidade do deslocamento casa-escola, como também por proporcionar aos pais dos jovens assentados mais oportunidades de acompanhar o rendimento escolar do filho, como podemos apreender nos depoimentos abaixo:

*Com a escola dentro do próprio assentamento, há participação mais dos pais né. A gente consegue identificar os problemas (...). A gente consegue*

*identificar o problema mais imediato, de aluno com problema em casa. E se tiver faltando, a gente tá lá, próximo, pra saber por que é que tá faltando. A escola em si, ela já dá essa liberdade (...). Na cidade a gente tinha um problema muito sério de transporte, né, de sair daqui pra cidade com estrada ruim, chuva né. Quando chega lá o menino tem uma aula, duas e fica solto na cidade, no videogame. Quando os pais saíam daqui, pegava os filhos na cidade ou no videogame. Quando se dava de conta, no final do ano o menino reprovava e então... e a violência em si, como tá na cidade né. Dentro aqui do assentamento é a sensação mesmo de segurança de ter essa escola dentro do assentamento. Eu acho que as crianças ficam mais à vontade, ficam com mais vontade de chegar lá e dizer o que é que acha, se não tá gostando da merenda, se não tá gostando né, da metodologia que o professor tá aplicando. (Francisca – Assentamento Tiradentes, entrevista realizada em junho de 2013).*

*O pai não vai até a escola então a escola tem que ir até os pais. Como aqui é perto, o que a criança brigar ou fazer algumas besteira aqui na escola, os pais no outro dia vai saber. É diferente da criança que estuda na rua. Se ela vai pra rua “hoje eu não vou entrar na escola não, vou ficar até tarde aqui na rua brincando”, o pai não vai saber. Então além da escola ser dentro da comunidade os pais hoje (eu acho que tem em torno de setenta ou setenta e cinco alunos filhos de assentados que estuda na escola) então praticamente os pais desses alunos noventa por cento ele acompanha o filho na escola. É tanto que vem trazer a criança e a tarde vem pegar. (...) Ela tem um acompanhamento da família, um acompanhamento da escola, e no futuro as criança ter um ensino de qualidade, ter um acompanhamento da forma de aula que os professor tão trabalhando com os nossos filhos. Então a escola tem uma importância muito grande dentro da comunidade, não só pros filhos que estuda mas também pras famílias que moram dentro do assentamento, né? (Nêgo – Assentamento Zumbi dos Palmares, entrevista realizada em junho de 2013).*

A importância de uma escola mais perto dos jovens assentados também se evidencia nesta fala de uma adolescente do Assentamento Tiradentes:

***Então tu acha que os jovens acabam estudando mais quando frequentam a escola aqui do assentamento?***

*- Estuda, porque muitos num estudava, ia pra rua, num ia pra escola pra estudar não. Agora eles tão estudando mais, vêm mais pra escola. Num falta mais igual faltava quando estudava lá não (Jéssica, 16 anos – Assentamento Tiradentes, entrevista realizada em junho de 2013).*

No Assentamento Tiradentes, existe uma quantidade maior de alunos que consideram que a escola se preocupa com os jovens rurais e com os problemas do assentamento do que no Assentamento Zumbi dos Palmares. Em contrapartida, no

Assentamento Tiradentes, é maior o número de jovens entrevistados que estudam na escola do próprio PA, ao contrário do que acontece no Assentamento Zumbi dos Palmares, onde o número de jovens que estudam na cidade de Mari é bem maior do que os que estudam na escola de sua comunidade (que não é contemplada com o nível de ensino Fundamental II). Portanto, não é de surpreender que os alunos que estudam em escolas da cidade considerem que sua escola se preocupe menos com esses tipos de problema do que as escolas rurais. Isso também pode ser um fator que desmotiva os jovens a continuarem estudando, pois, como afirma Oliveira (2010, p.123), referindo-se à realidade do estado da Paraíba,

o número de escolas localizadas em áreas rurais que possuem Ensino Fundamental II e Ensino Médio é muito baixo, o que obriga os alunos e alunas a se deslocar para as cidades. Isso faz com que muitos desses alunos se vejam obrigados a trancar/evadir/desistir dos seus estudos, assim e forçadamente é negada a educação por direito.

Os jovens assentados do município de Mari consideram a formação escolar como o principal meio de melhorar a vida. Dos jovens entrevistados, 60 (92%) disseram que sua vida vai melhorar no futuro, enquanto cinco (8%) têm uma perspectiva mais pessimista. Esse otimismo é proporcionalmente maior no Assentamento Tiradentes do que no Assentamento Zumbi dos Palmares: enquanto no primeiro, 97% dos jovens disseram que acreditam em sua melhora de vida, no segundo, esse número caiu para 87%. Dos 60 jovens que acham que sua vida vai melhorar no futuro, 47% atribuem essa melhora aos estudos, e 22% dizem que a vida vai melhorar por causa do trabalho (ver tabela 15).

**Tabela 15 – Motivos que levam os jovens a acreditar que a vida vai melhorar no futuro**

<b>Motivo:</b>	<b>PA Tiradentes</b>	<b>PA Zumbi dos Palmares</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Estudos	20	8	28	47%
Trabalho	4	9	13	22%
Fé em Deus	2	3	5	8%

Não sabe explicar	7	4	11	18%
Outras respostas	1	2	3	5%

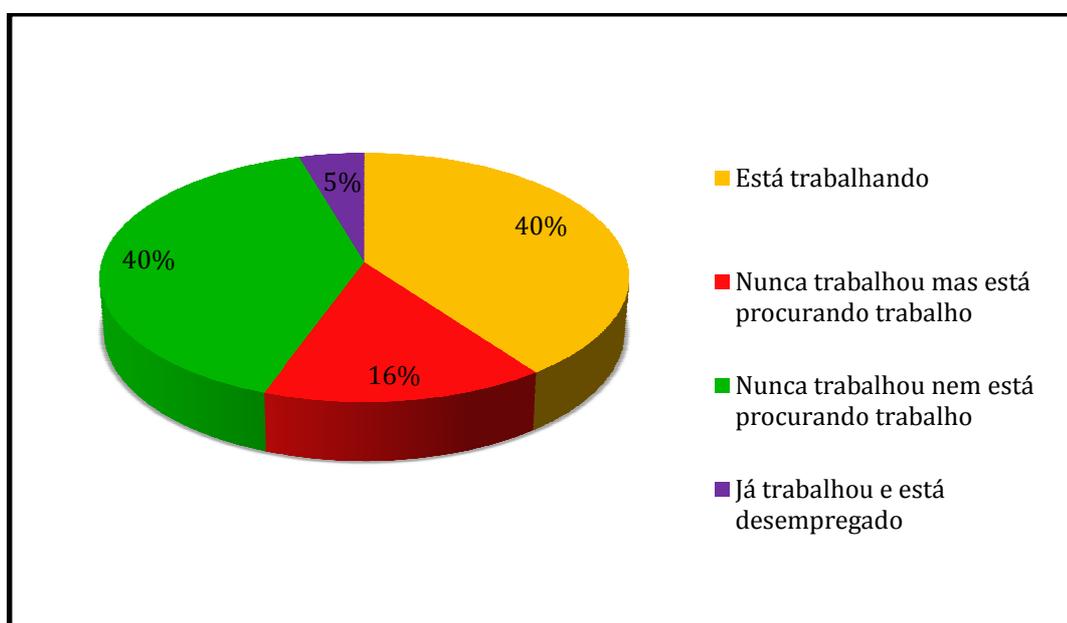
Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.44: Você acha que sua vida vai melhorar no futuro? Por quê?

### 3.3.2.2. Trabalho e renda dos jovens entrevistados

Dos jovens entrevistados nos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, 40% estão trabalhando (a maioria com agricultura no próprio assentamento em que vive), enquanto outros 40% não estão trabalhando nem procurando trabalho. Verificamos, ainda, um total de 13 jovens desempregados<sup>58</sup> (equivalente a 20% dos entrevistados), como podemos observar no gráfico 24:

**Gráfico 24 – Situação de trabalho dos jovens entrevistados**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.26: Qual é sua situação atual de trabalho?

Dos 26 jovens entrevistados que estavam trabalhando, 81%, ou seja, 21 deles trabalham com agricultura no lote de suas famílias. Outros 8% trabalham de forma

<sup>58</sup> Considerando como desempregado tanto aqueles que já trabalharam como os que nunca trabalharam, mas estão procurando emprego.

assalariada no campo, e 4%, como assalariados urbanos ou que fazem bico também na cidade, como exposto na tabela 16:

**Tabela 16 – Condição de trabalho dos jovens entrevistados**

Condição de trabalho	PA Tiradentes	PA Zumbi dos Palmares	Total	%
Assalariado(a) no campo	2	0	2	8%
Assalariado(a) na cidade	0	1	1	4%
Agricultura camponesa no lote da família	5	16	21	81%
Agricultura camponesa em outros lotes	0	0	0	0%
Faz "bico" na cidade	1	0	1	4%

Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

Nos assentamentos do município de Mari, a agricultura camponesa é a atividade que mais emprega os jovens. Porém, não é novidade o fato de a agricultura camponesa ser uma grande empregadora de mão de obra, pois o próprio Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, apontou que a agricultura familiar é responsável por 74,4% do pessoal ocupado no campo. Contudo, apesar do grande emprego da mão de obra juvenil no campo, a remuneração é extremamente baixa: 92% dos jovens entrevistados que trabalham recebem menos de um salário mínimo por mês, 4% recebem um salário mínimo mensal, e 4%, entre um e dois salários mínimos. Apesar da baixa remuneração, 57% deles disseram que contribuem com uma parte do que ganham para ajudar a família, e 28% afirmaram que gastam o que ganham somente consigo mesmos. Carneiro (2008, p. 253) assevera que

(...) essas condições [de baixa remuneração e ausência de contrato formal] são próprias da fase inicial de ingresso no mercado de trabalho, ou seja, quando o rapaz começa a sentir necessidade de uma renda própria para cobrir suas despesas individuais (com roupas, festas e aquisição de bens que consumo que adquirem *status*) ou para ajudar a família.

Tanto no Assentamento Tiradentes quanto no Zumbi dos Palmares, não são apenas os rapazes que trabalham e recebem algum tipo de remuneração (mesmo que baixa), mas também as moças, na agricultura e em atividades domésticas. No geral, as jovens moças realizam as atividades domésticas e os cuidados da horta localizada nos arredores de casa. Quanto às horas de trabalho, a população jovem trabalhadora dos

assentamentos do município de Mari trabalha, geralmente, até 8 horas diárias: 43% dos jovens disseram trabalhar até 6 horas, e outros 43%, até 8 horas por dia. Os outros 14% restantes afirmaram que têm uma carga horária de trabalho diária acima de 8 horas.

É importante salientar que 55% (36 pessoas) dos jovens entrevistados dos dois assentamentos - 17 do Zumbi dos Palmares e 19 do Tiradentes - recebem algum tipo de benefício do governo. O principal tipo de benefício a que esses jovens têm acesso é o Bolsa Família, que abrange 86% dos 36 que recebem benefícios. Além desse programa, identificamos duas jovens (no PA Zumbi dos Palmares) que estavam recebendo (em junho de 2011) uma bolsa do Projovem Campo, e três dos entrevistados (8% dos 36 jovens beneficiados) recebiam algum tipo de pensão ou de benefício do INSS.

### 3.3.2.3. Perspectivas dos jovens assentados

Os jovens dos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares demonstraram uma grande vontade de permanecer vivendo em suas comunidades, a maioria por gostar da vida no assentamento: 89% dos entrevistados afirmaram que gostam de viver no PA, e 75%, que querem continuar vivendo no assentamento (ver tabelas 17 e 18):

**Tabela 17 – Se os jovens gostam de viver no assentamento**

Gosta de viver no assentamento?	PA Tiradentes	%	PA Zumbi dos Palmares	%	Total	%
Sim	34	52%	24	37%	58	89%
Não	1	2%	6	9%	7	11%

Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

**Tabela 18 – Se os jovens querem continuar vivendo no assentamento**

Sente vontade de ir embora do assentamento?	PA Tiradentes	%	PA Zumbi dos Palmares	%	Total	%
Sim	7	11%	9	14%	16	25%
Não	28	43%	21	32%	49	75%

Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

Convém enfatizar que, apesar de muitos jovens gostarem do assentamento em que vivem, alguns revelaram que precisam sair da comunidade para conseguir “uma

vida melhor”, como foi apontado por muitos deles nas entrevistas. Muitos reclamam da falta de oportunidade de trabalho e de infraestrutura dos assentamentos e, embora sejam apegados à família e ao lugar, almejam melhores oportunidades de vida e de trabalho em outras localidades.

Um exemplo disso é o caso da jovem Thamires, que, ainda que goste de viver no Assentamento Zumbi dos Palmares, está planejando ir embora com a avó e a irmã (que moram em Mari) para João Pessoa, onde esta última está fazendo faculdade. Thamires nos acompanhou desde o início da pesquisa, em 2011, até o último trabalho de campo realizado em junho de 2013, e sempre demonstrou gostar bastante do assentamento em que vive. Em algumas conversas (nem sempre com oportunidades de serem registradas), ela expressou diversas vezes o desejo de conciliar seu sucesso profissional com a vida no assentamento, apesar de não saber explicar muito bem como conseguiria isso:

***E o que no futuro, onde você quer morar? O que você quer fazer?***

*- A gente tá pensando assim, em no final do ano a gente vai pra João Pessoa. Vai eu, minha avó e minha irmã. Porque vai ficar até melhor pra ela porque ela tá estudando lá, né. Aí eu vou terminar meus estudos e fazer a faculdade.*

***Mas isso é que você quer mesmo?***

*- É.*

***E esse projeto futuro tem condições de conciliar com...***

*- [interrompe] ...Mas eu quero continuar no assentamento.*

***Mas como é que você acha que vai conseguir isso? Tu quer se formar em quê?***

*- Eu tô pensando ainda. Eu não sei... Alguma coisa relacionada à agricultura ou medicina.*

***E você acha que vai ter como conciliar esse projeto profissional com a vida no assentamento?***

*- Tem.*

***Como?***

*- Eu continuo estudando, é... ajudando nos assentamentos.*

*(Thamires, 16 anos – Assentamento Zumbi dos Palmares/ junho de 2013)*

Carneiro (2008) já havia salientado essa ambiguidade vivida pelos jovens rurais que, de um lado, gostariam de permanecer no campo devido ao forte apego à família e ao lugar de origem, enquanto a falta de opções de trabalho e de lazer e o difícil acesso a serviços básicos impulsionam-nos a quererem migrar para a cidade. Esse fato também

foi constatado por Silva (2010)<sup>59</sup>, em uma pesquisa sobre as perspectivas migratórias dos jovens em áreas de assentamento do estado da Paraíba, onde 74,5% dos jovens (entre 15 e 24 anos) demonstraram interesse de permanecer no assentamento, contra 25,5% que desejam ir embora.

Como afirma o autor (2010, p.9), “alguns jovens alegaram que vêem num novo possível emprego fora do assentamento uma forma de garantir o seu futuro bem como o de sua família”. No entanto, essa possibilidade de procurar trabalho fora do assentamento é vista, muitas vezes, como uma estratégia de manutenção da família camponesa na terra, ao afirmar: “A migração também é vista por eles [jovens] como uma forma de garantir a manutenção da unidade familiar, pois se apenas um membro da família, em geral os filhos mais velhos, migrarem podem ajudar os familiares e garantir que esses permaneçam no local onde moram” (Op. cit., p.9).

Além disso, a migração dos jovens de áreas de assentamento também pode ser encarada como uma forma de atenuar a demanda por novas unidades domésticas por parte dos filhos dos camponeses assentados: “Em outras palavras, por paradoxal que pareça, faz parte da estratégia de reprodução da família camponesa enquanto tal, que uma parte de si mesma se transforme em não camponesa” (GARCIA JR., 1975 *apud* CORDEIRO, 2009, p.553).

É certo que muitos assentamentos rurais enfrentam problemas em relação à falta de atrativos para que a juventude permaneça no campo e à insuficiência de terras para a ampliação do número de lotes em decorrência da emancipação do trabalho dos jovens na agropecuária. Mas, ainda assim, esses assentamentos continuam desempenhando um importante papel na vida das famílias camponesas, pois, mesmo que não dê conta do espaço produtivo necessário para que os jovens continuem na agricultura, são, pelo menos, um local de residência garantida para os membros da família, como esclarece Cordeiro (2009). E essa garantia já constitui um grande avanço, se comparada à realidade de vida em que as famílias assentadas se encontravam antes do assentamento.

Há que se ressaltar que o fato de os jovens que continuam no assentamento apenas como local de residência trabalharem em atividades não agrícolas e, muitas vezes, passando quase a semana toda perto do seu local de trabalho, e de só retornarem ao assentamento nos fins de semana, nos dias de folga, não quer dizer que estejam

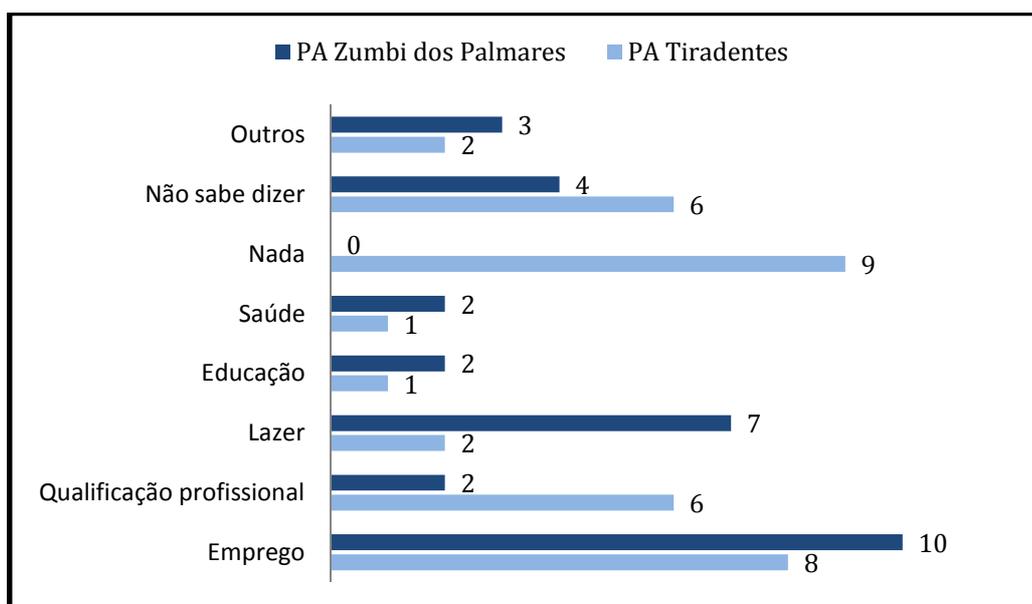
---

<sup>59</sup>Pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado intitulada “Campeinato e mobilidade social: o estudo dos projetos de assentamento Tiradentes e Frei Damião”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB em setembro de 2012.

rejeitando o espaço rural. Como lembra Cordeiro (2009), essa é uma das estratégias de reprodução da família camponesa, uma forma de gerar investimento para o trabalho na terra.

Grande parte dos jovens entrevistados apontou o emprego como a sua principal carência. Essa foi a resposta que mais coincidiu entre os dois assentamentos, como ilustra o gráfico 25. Nas demais respostas, houve diferenças relevantes entre os jovens dos dois PAs, o que denota uma extrema complexidade em relação aos problemas dos jovens assentados, mostrando que não há uma homogeneidade no que tange às suas necessidades.

**Gráfico 25 – Opinião dos jovens entrevistados sobre o que falta no assentamento para a juventude**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.41: O que você acha que falta no assentamento para os jovens?

Conforme expresso no gráfico acima, no Assentamento Zumbi dos Palmares, os jovens se queixam mais de questões relacionadas ao lazer (mencionado por 23% dos entrevistados nesse PA), que não foi tão fortemente citado pelos jovens do Assentamento Tiradentes (apenas 6% das respostas), onde verificamos uma boa estrutura relacionada ao lazer da comunidade, como a existência de quadra poliesportiva, campo de futebol e de oficinas de música, dança e audiovisual de que participam muitos jovens assentados. Isso satisfaz mais aos jovens do Assentamento

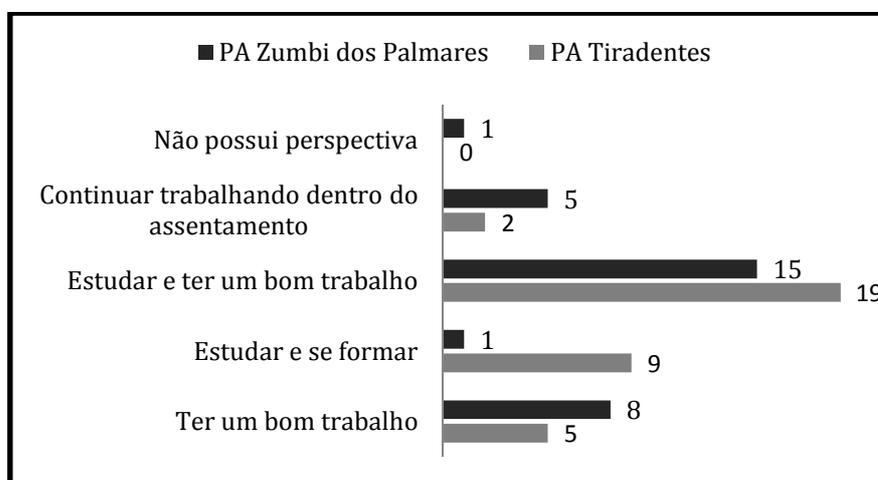
Tiradentes em relação ao lazer do que os do Zumbi dos Palmares que sequer dispõem de um campo de futebol (improvisado em uma área coletiva do PA).

A existência de uma infraestrutura e de atividades que envolvam a juventude interfere fortemente no grau de satisfação dos jovens. Outro aspecto que chama a atenção foi o fato de (gráfico 25), no Assentamento Tiradentes, nove (26%) dos 35 jovens entrevistados afirmarem que ali não falta nada para a juventude no PA, enquanto no Assentamento Zumbi dos Palmares, nenhum jovem deu esse tipo de resposta.

Além disso, no Assentamento Tiradentes, o número de jovens com expectativa de estudar e de se formar é 23% maior do que no Assentamento Zumbi dos Palmares. Enquanto, no primeiro PA, nove jovens (26%) disseram que esperam isso para o futuro, no segundo, apenas um jovem (3%) tem essa expectativa, como ilustra o gráfico 26. No entanto, a pretensão futura da maioria dos jovens dos dois assentamentos (52% do total de entrevistados) é de estudar e conseguir um bom trabalho. Isso aponta, mais uma vez, como a escola é associada à possibilidade de sucesso profissional pelos jovens assentados que consideram poder conseguir um bom trabalho por meio dos estudos.

Apenas 11% dos jovens pretendem continuar trabalhando no assentamento em que vive. Esse número é maior no Assentamento Zumbi dos Palmares do que no Tiradentes. Talvez isso se explique pelo fato de, no primeiro, haver um número maior de estudantes (com uma diferença de quase 20% do assentamento de Mari), que se sentem mais estimulados a prosseguir com os estudos e tentar outro tipo de profissão que eles, talvez, não possam exercer na comunidade.

**Gráfico 26 – O que os jovens entrevistados esperam para o futuro**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.42: O que você espera para o futuro?

### 3.4. Percepções dos jovens assentados

Neste estudo, consideramos importante compreender como os jovens assentados percebem a comunidade em que vivem e a si mesmos, para que possamos entender as necessidades e os problemas enfrentados por essa juventude. Quanto ao fato de ser ou não ser jovem, para os sujeitos alvos desta pesquisa, observamos que eles também sentem dificuldade de expressar seu ponto de vista.

Ao chegarmos aos assentamentos para proceder à pesquisa de campo, em busca de saber onde seria mais fácil encontrar jovens para participarem das entrevistas, quase sempre éramos indicados para as casas onde havia adolescentes, solteiros e, principalmente, sem filhos. O fato de ser casado pareceu, em muitos casos, não interferir na condição de jovem das pessoas. O que mais pesou na descaracterização da juventude, pelo que pudemos perceber, foi o fato de algumas pessoas terem filhos ou de serem mais independentes, financeira e emocionalmente, de suas famílias de origem, mesmo se tivessem pouca idade.

Também nos deparamos com casos em que pessoas com mais de 25 anos, casados e com filhos não se consideravam mais jovens. Quando lhes dizíamos que, para nossa pesquisa, elas eram jovens, recebíamos, muitas vezes, um sorriso e uma reação de satisfação, como se se redescobrissem como tal. Encontramos, ainda, pessoas com mais de 29 anos que se consideravam bastante jovens, meio decepcionadas por não serem o alvo principal de nossa pesquisa. Isso ilustra um pouco a dificuldade de se definir o que é ser jovem, tanto cientificamente quanto cotidianamente.

Quando questionados sobre qual seria o principal problema do assentamento em que vivem, houve uma igualdade entre *segurança/violência* (28%) e *desemprego* (28%). A maioria dos jovens que responderam segurança mora no Assentamento Zumbi dos Palmares, enquanto que a maioria que respondeu desemprego mora no Assentamento Tiradentes.

Durante nossas visitas ao Assentamento Zumbi dos Palmares, ouvimos alguns de seus moradores relatarem episódios de furtos de animais no PA realizados por pessoas de fora da comunidade que têm fácil acesso ao assentamento devido ao fato de ficar muito perto da rodovia PB 0-55. Esses casos parecem ter deixado a pacata comunidade mais apreensiva quanto à segurança do PA, o que pode ter influenciado muitos jovens a temerem pela falta de segurança.

Outros fatores mencionados como os principais problemas dos assentamentos foram assistência médica/saúde (com 17% das respostas) e infraestrutura. Outros problemas também foram citados, porém em menos proporção, como educação (5%), vizinhos (1%) e drogas (1%). Este último foi citado no Assentamento Tiradentes, onde alguns assentados (tanto jovens quanto mais velhos) disseram que, por um período houve o uso de drogas, o que se configurou como um problema no assentamento para parte dos jovens que retornavam da cidade. De acordo com o que nos foi dito, eram os jovens que haviam migrado para a cidade (ou que moravam lá antes) e que, por algum motivo, tiveram que voltar para o assentamento e começaram a introduzir esse hábito no PA. No entanto, não há como comprovar se esses supostos casos de uso de drogas eram relacionados a pessoas do PA ou que vinham de fora dele.

A tentativa de ocupar a juventude em atividades mais saudáveis foi um dos motivos que levaram à criação do Projeto Ponto de Cultura (ver página 153). No entanto, os assentados disseram que hoje (principalmente depois da criação do projeto mencionado) a comunidade está mais tranquila em relação às drogas que, praticamente, não existe mais no PA. Mesmo assim, em uma das visitas presenciamos um trabalho de prevenção ao uso de drogas na Escola do Assentamento Tiradentes, com palestras e atividades diversas. Isso mostra o engajamento da escola na vida da comunidade.

Mesmo com todos os problemas apontados pela juventude assentada, 77% dos jovens entrevistados disseram que há muitas vantagens em ser um (a) jovem do campo, enquanto 6% disseram o contrário, 14% afirmaram que tanto há vantagens quanto desvantagens, e apenas 3% não souberam responder. Além disso, a tranquilidade foi apontada como o principal ponto positivo em ser um (a) jovem do campo, o que revela certa mudança dos valores juvenis, no que diz respeito à relação campo-cidade, em que se passa a valorizar mais o campo devido à sua tranquilidade (mesmo por aqueles da cidade) e por ser um lugar mais saudável para se viver (CARNEIRO, 2008).

Outros pontos positivos em ser jovem do campo apontados pelos jovens foram o trabalho na agricultura, educação, menos contato com drogas, segurança e alimentação saudável. Alguns ainda responderam que não existe nada positivo em ser do campo, enquanto, para outros, só há vantagens em ser jovem no campo. Contudo, devemos lembrar que 20% dos jovens entrevistados não souberam responder a essa pergunta, como mostra a tabela 19:

**Tabela 19 – Lado positivo de ser um jovem do campo segundo os jovens entrevistados**

O que há de bom em ser um(a) jovem do campo?	PA Tiradentes	PA Zumbi dos Palmares	Total	%
Tranquilidade	3	12	15	23%
Agricultura	9	5	14	22%
Não sabe	6	7	13	20%
Educação	5	1	6	9%
Menor contato com drogas	6	0	6	9%
Nada	0	5	5	8%
Segurança	4	0	4	6%
Tudo	1	0	1	1,5%
Alimentação saudável	1	0	1	1,5%

Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

Chama-nos a atenção a contradição em relação aos jovens do Assentamento Zumbi dos Palmares: ao mesmo tempo em que afirmam que a tranquilidade é o maior benefício de se morar no campo (40%), como mostram os dados acima, a questão da violência/ segurança é apontada (por quase 37% dos jovens entrevistados) como o principal problema do PA, como mencionado. Também podemos notar uma disparidade relevante entre as respostas dos dois assentamentos. A *tranquilidade*, por exemplo, não foi tão relevante no Assentamento Tiradentes como no Zumbi dos Palmares. No entanto, o *menor contato com drogas* foi mencionado somente por jovens desse primeiro PA como um fator positivo em ser um jovem do campo. Talvez isso ocorra devido ao fato de esse assentamento já ter passado pela experiência de conviver com jovens usuários de drogas (apesar de não sabermos se seriam mesmo do assentamento ou apenas visitantes), o que resultou em mais valorização da vida no campo.

A *educação* também foi apontada como algo positivo pela maioria dos jovens do Assentamento Tiradentes (com uma diferença de 11% em relação ao Zumbi dos Palmares), o que também pode se explicar pelo fato de esse PA ter uma escola com os dois níveis do Ensino Fundamental, enquanto no Assentamento Tiradentes, a escola só tem o primeiro nível, conseqüentemente, seus jovens têm menos acesso a uma educação voltada para a realidade do campo.

No Assentamento Zumbi dos Palmares, os jovens também demonstraram estar muito insatisfeitos com a vida no campo, já que todos os entrevistados que disseram não ter nada de bom em ser um (a) jovem do campo pertencem a esse PA, que carece de mais ações voltadas para a juventude, o que pode ser encontrado em maior quantidade no Assentamento Tiradentes, principalmente por causa do Projeto Ponto de Cultura.

Quanto ao lado ruim de ser um (a) jovem do campo, 25% (a maioria) dos entrevistados disseram não ter nada ruim. Essa predominância de jovens que consideram não existir nenhum lado negativo em viver no campo reforça a ideia de que é preciso mudar o estereótipo do espaço rural, antes visto como atrasado e degradante e que passa a ser considerado atualmente como um lugar onde é possível ter uma melhor qualidade de vida, longe da violência, das drogas, da poluição e da “desordem” da cidade. Em segundo lugar, ficou a distância dos serviços básicos como o lado negativo, com 23% das repostas. Em terceiro, foi apontado o trabalho pesado (com 9% das respostas), seguido da falta de trabalho (7,5%), preconceito (7,5%), falta de opções de lazer (6%) e falta de informação (5%). Os demais entrevistados não souberam responder a essa questão (17%).

Em relação aos jovens que mencionaram que sofrem preconceito das pessoas de fora das suas comunidades, todos afirmaram que passam por isso, principalmente, na escola da cidade<sup>60</sup>:

(...) quando situados em outros contextos, como a escola, ser *sem terra* pode ser motivo de vergonha e de situações embaraçosas para os jovens. Embora seja um importante espaço de sociabilidade juvenil, a escola pode ser um espaço de tensão e a identificação com os *sem terra*, um motivo de humilhação (MARTINS, 2008, p. 10).

Isso ressalta, mais uma vez, a importância de existirem escolas que contemplem tanto o ensino fundamental quando o ensino médio nos assentamentos rurais, visto que o preconceito contra os jovens assentados pode ser mais um fator de desestímulo para a continuidade dos seus estudos.

Se, de um lado, os jovens assentados do município de Mari consideram que a vida no campo pode ser boa, de outro, eles também parecem pensar que ela é inviabilizada pela distância dos serviços básicos (saúde, educação e entretenimento) e pelo trabalho pesado na lida com a terra, que poderia ser menos penoso se os camponeses tivessem

---

<sup>60</sup> Como retrata o depoimento de José Paulo, na página 129.

mais acesso à tecnologia que reduzisse o esforço e o tempo na sua produção. Podemos, então, afirmar que muitos jovens gostariam de continuar vivendo nos assentamentos se esses puderem lhes oferecer condições de acesso aos serviços necessários a uma boa qualidade de vida, sem, necessariamente, trabalhar unicamente com agricultura. A esse respeito (porém tratando dos jovens rurais de maneira geral), Carneiro (2008, p.253) enuncia:

Observaram-se em áreas rurais que apresentam melhores condições de infra-estrutura (qualidade das estradas e dos meios de transporte que facilitem a comunicação com a cidade, saneamento básico, telefonia etc.) indícios de mudança nos valores dos jovens no que se refere à relação campo-cidade como “lugar saudável”, “tranquilo”, “sem violência”, os jovens começaram a manifestar o desejo de permanecer na localidade de origem desde que ocupados em outras atividades que não a agrícola.

Podemos supor que, se os assentamentos rurais forem capazes de oferecer boas condições de vida, que permitam aos jovens terem um melhor acesso a uma educação de qualidade e a serviços básicos (como saúde e lazer) e oportunidades de trabalho decente para que possam continuar vivendo em suas comunidades, os índices de migração tenderiam a diminuir consideravelmente.

### **3.5. Participação dos jovens na luta pela terra**

A participação dos jovens que vivem em assentamentos no processo de luta pela terra não aconteceu, necessariamente, de forma efetiva nos conflitos que deram origem aos assentamentos rurais, mas pelo simples fato de que fazem parte de assentamentos rurais. De acordo com depoimentos de alguns dos jovens entrevistados em nossa pesquisa, ser *sem-terra* significa fazer parte do assentamento rural:

*Ser sem-terra é assim, é quando a gente deve, é... trabalha com a terra né, plantando, vende. Vai pra cidade vender. Como meus pais mesmo invadiram aqui o assentamento, né, que não era assentamento, era acampamento. Aí, ser sem-terra é isso, plantar, cultivar (Jéssica, 16 anos – Assentamento Tiradentes/ entrevista realizada em junho de 2013).*

*Ser um jovem sem-terra? É ter orgulho de ser sem-terra, morar no sítio, é lutar pelos seus objetivos, no caso, o meu objetivo. É isso (José Paulo, 15 anos – Assentamento Tiradentes/ entrevista realizada em junho de 2013).*

Assim, ao se identificarem como *sem-terra*, os jovens dos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares se inserem no processo de luta pela reforma agrária.

Muitos estudos têm salientado a importância da juventude não só para a continuidade dos assentamentos rurais como também para a continuidade da luta pela reforma agrária, visando garantir a reprodução dos movimentos sociais do campo:

Assim, o envolvimento dos mesmos [os jovens] nas esferas organizativas dos acampamentos e assentamentos rurais, bem como o engajamento na militância de movimentos sociais, como o MST, são questões presentes nos estudos sobre o lugar e o papel da juventude, baseadas muitas vezes, na expectativa de que o processo de reforma agrária cria e desenvolve identidades políticas e de engajamento (MARTINS, 2008, p.1).

Em um estudo de caso que desenvolveu com jovens de um assentamento rural fluminense, a pesquisadora Maíra Martins (2008) buscou desconstruir essa ideia de que os jovens *sem-terra* são politizados e engajados política e coletivamente. A autora mostra que, apesar de muitos deles se engajarem no movimento de luta pela terra, outros esbarram nos limites de sua inserção “nos assentamentos rurais”, representados, principalmente, pela pouca credibilidade que os jovens possuem perante os *mais velhos* e pelas “relações de hierarquia familiar e autoridade paterna” que “se estendem às diferentes esferas da vida social” (Op. cit., p. 6). Conseqüentemente, muitos acabam não participando de todo o processo de luta que resulta na criação dos assentamentos rurais devido a uma “série de deslocamentos vividos e às diferentes estratégias individuais e familiares” (Op. cit., p. 6). Exemplo disso foi o depoimento de Ronaldo<sup>61</sup>, que falou sobre suas dificuldades de conciliar as atividades escolares com sua atuação no processo de luta pela reforma agrária:

*A professora não entendia bicho, a lógica de ser sem-terra e estudar ao mesmo tempo. Nós sofreu bicho, pra estudar. Painho pegava, o que é que fazia... dentro de acampamento (...) quando de repente dizia “eu vou me embora, não vai dar certo aqui não”, aí voltava (...). Nós passou quase um ano no acampamento. Aí nós perdia escola bicho, ficava num canto, noutro, num canto, noutro. Questão de despejo, a gente tava na escola dois três meses aí tinha um despejo e nós tinha que voltar pro lugar da gente (Ronaldo, 17 de março de 2012).*

---

<sup>61</sup> Jovem militante do MST que, apesar de não ser assentado nem filho de assentado do PA Tiradentes, estava no local durante algumas de nossas visitas, pois é o responsável pelo setor de Juventude que atua no referido assentamento.

Em sua fala, Ronaldo expressa que sentiu uma grande dificuldade de aliar seus estudos à vontade de participar da luta pela terra. Por esse motivo, como ele mesmo nos explicou, alguns jovens “desistem de participar da luta, do MST”, outros “dão um tempo”, enquanto concluem os estudos.

Nos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, constatamos que houve uma grande participação dos jovens no processo de luta que deu origem às suas comunidades: 43% dos jovens entrevistados (28 jovens) dos dois assentamentos participaram da luta pela terra, e 57% (37 jovens) disseram não ter participado desse momento. Além disso, notamos que essa participação foi um pouco maior entre os jovens do Assentamento Zumbi dos Palmares (15 jovens) do que entre os jovens do Assentamento Tiradentes (13 jovens).

As formas como essa participação aconteceu foram bem diversificadas. Alguns jovens relataram ter participado do acampamento, junto com os pais (alguns, inclusive, ajudando na armação dos barracos), de manifestações dirigidas ao INCRA, do encontro dos sem-terra ou exercendo alguma função no MST. No entanto, ao conversar com os assentados mais antigos (e mais velhos) sobre a luta pela criação do seu assentamento, quase nunca ouvíamos essas pessoas mencionarem a participação juvenil espontânea nesse processo.

Dos jovens que participaram do processo de luta pela terra que deu origem aos dois assentamentos do município de Mari, a maioria disse ter gostado da experiência (apesar das dificuldades e até de algumas ameaças), exceto um do Assentamento Zumbi dos Palmares (o que nos chamou a atenção), que disse não ter se sentido bem em “tomar a terra dos outros”. Investigando um pouco mais sobre o posicionamento desse jovem, descobrimos que algumas famílias que moravam na antiga fazenda que deu origem ao assentamento trabalhavam para o antigo proprietário e eram “contra” a desapropriação (apesar de terem sido contempladas com a divisão dos lotes), o que explica tal afirmação. No entanto, a maioria dos jovens considerou importante essa experiência que resultou na conquista da terra de sua família.

### **3.6. Participação juvenil no trabalho familiar**

De acordo com Chayanov (1981, p.137), “na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da

terra e recebe como resultado de um ano certa quantidade de bens”. Assim, é a família que realiza o trabalho na unidade produtiva camponesa, utilizando seus próprios meios de produção, com o objetivo de produzir o necessário para a reprodução. Então, o trabalho familiar é o que diferencia o campesinato, pois “o cerne de suas características dominantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social” (SHANIN, 2005, p.5).

Diferentemente dos outros jovens, a identidade da juventude camponesa se constrói com a sua inserção no trabalho de base familiar, ou seja, com os jovens camponeses se reconhecendo no produto de seu trabalho. Wanderley (2007, p.24) enuncia que “o compromisso dos jovens com a família é indispensável ao funcionamento e à reprodução da unidade produtiva e se expressa, especialmente, na sua participação no sistema de atividades familiar”.

Apesar de muitos não considerarem isso como um trabalho, 50 (77%) dos 65 jovens entrevistados disseram que ajudam a família nas atividades produtivas (13 deles não moram mais com a família de origem). Desses 50 jovens, 43 (86%) gostam do que fazem. Quando questionados sobre o motivo que os faz gostarem dessa atividade, na maioria das vezes, ouvimos a resposta de que ajudar a família os faz se sentir bem. Além disso, a maioria dos jovens que trabalha na terra ajudando a família recebe algum tipo de “recompensa” na forma de pequenos pagamentos. Sobre isso, Carneiro (2008, p.252) afirma:

Ainda que, tradicionalmente, a forma de organização familiar do trabalho coletivo na agricultura suponha a não-individualização da renda resultante do trabalho coletivo na lavoura, tem-se observado a tendência a alguma forma de remuneração do filho do agricultor, seja como mecanismo de mantê-lo por mais tempo engajado no trabalho familiar, seja como resultado da própria pressão exercida pelos jovens, cada vez mais referenciados às formas individualizadas (assalariadas ou não) de remuneração.

No caso dos jovens dos Assentamentos Zumbi dos Palmares e Tiradentes, 66% dos que trabalham na terra ajudando à família recebem algum pagamento por isso, enquanto outros 34% nada recebem. Os que disseram que não gostam de trabalhar com agropecuária ajudando aos pais justificaram que é por ser um trabalho muito pesado e pouco valorizado. Essa resposta reflete um pouco essa pressão por formas

individualizadas de remuneração que Carneiro cita acima, já que, para alguns dos jovens assentados, o trabalho na terra significa a realização de um grande esforço físico para pouco reconhecimento social<sup>62</sup> e retorno financeiro.

***Você acha que o assentamento oferece oportunidades de trabalho para os jovens?***

- Não.

***Não oferece nenhuma oportunidade de trabalho?***

- Tem trabalho pra quem trabalha pros outros na roça.

***Então você não vê perspectiva nenhuma? Nem de trabalho, nem de lazer.***

- Não... tem também o pessoal que trabalha com e PNAE, o PAA.

***Mas você acha isso suficiente pra ter uma vida que considera de boa qualidade?***

- Pra poucos.

***E você acha que a vida no assentamento é atraente para os jovens?***

- Não.

***Por quê?***

- Porque os jovens de hoje em dia não se interessam pelo campo, por essas coisas assim.

*(Thamires, 16 anos, Assentamento Zumbi dos Palmares/ junho de 2013).*

Sobre a dificuldade de obter uma renda própria, individualizada, Anita Brumer (2007, p. 39) explica que a renda é “difícilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos geralmente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai”.

Já no que se refere à divisão do trabalho dentro da unidade familiar, vimos que, nos assentamentos estudados, tanto os rapazes quanto as moças trabalham nas atividades produtivas. No entanto, as moças, além das atividades ligadas à produção (que, normalmente, são relacionadas a cuidar da horta e da mandioca no terreno ao redor da casa), são incumbidas de tarefas domésticas (como limpeza e organização da casa, preparo dos alimentos e cuidado com as crianças), enquanto os rapazes são responsáveis por ajudar no trato do roçado, no lote da família e nas atividades ligadas à comercialização da produção:

***Você ajuda seus pais na agricultura? Na terra?***

- Assim, não, eu ajudo dentro de casa, mas na terra... assim, de vez em quando, quando que precisa e eu tô sem fazer nada, aí eu vou lá e ajudo,

---

<sup>62</sup> Durante a pesquisa de campo, chamou-nos a atenção a quantidade considerável de jovens que desempenhavam atividades agrícolas e que consideravam que isso não era trabalho. Eram bastante comuns as respostas do tipo “Não trabalho não, só agricultura mesmo”. Isso significa que muitos jovens assentados ou desconsideraram sua função de agricultores como profissão ou a consideraram como provisória, já que esperam “trabalhar” no futuro.

*mas num sendo... (Jéssica, 16 anos, Assentamento Tiradentes/ junho de 2013).*

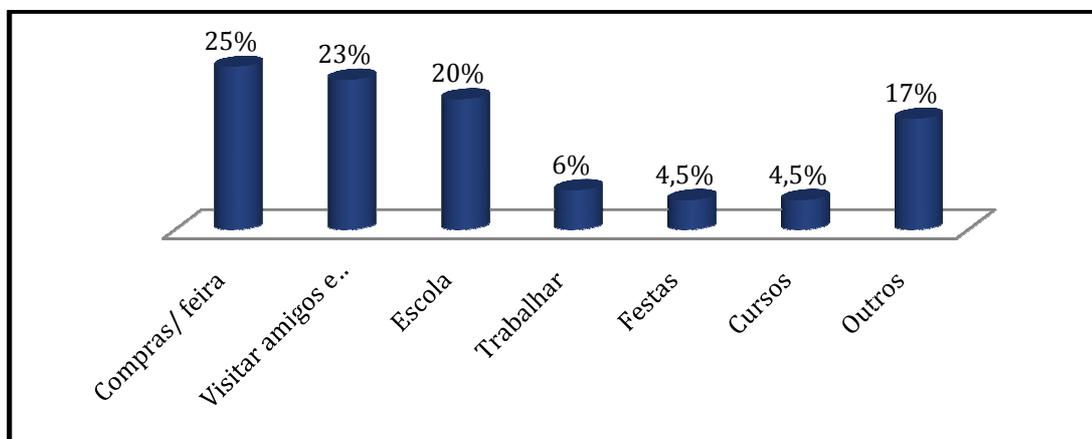
Nos dois assentamentos, em muitos casos, a família respeita mais o fato de as moças se recusarem a trabalhar na agricultura e dos rapazes não quererem participar das atividades domésticas. Nos assentamentos rurais do município de Mari, há uma situação parecida com a observada num estudo sobre jovens rurais de alguns municípios de Pernambuco, realizada pela pesquisadora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que afirma:

Essa participação [dos jovens no trabalho familiar] envolve filhos e filhas, porém, considerando a distinção entre o trabalho na roça e na casa, o que parece prevalecer é uma divisão tradicional do trabalho, segundo a qual os rapazes são ausentes das atividades domésticas, enquanto a maioria das moças realiza a dupla jornada de cuidar da casa e trabalhar no sítio (WANDERLEY, 2007, p. 25).

### 3.7. Participação e integração juvenil na comunidade

Todos os 65 jovens entrevistados durante nossa pesquisa afirmaram que vão com certa frequência à cidade, principalmente Mari (77%), seguida de Sapé, Guarabira e João Pessoa em menor proporção. Entre as coisas que esses jovens mais costumam fazer na cidade, destacam-se: a) fazer compras/feira; b) visitar amigos e familiares; c) ir à escola; d) trabalhar; e) ir a festas; f) frequentar algum curso (ver gráfico 27).

**Gráfico 27 – O que os jovens assentados de Mari (PB) costumam fazer na cidade**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.57: O que costuma fazer na cidade?

Vemos, então, que os jovens dos assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares mantêm uma razoável integração com a cidade, principalmente para atender às suas necessidades de consumo, manter algumas relações interpessoais e continuar os estudos.

Apenas 34% dos jovens entrevistados acham que exercem alguma influência na comunidade. Os outros 66% (43 jovens) consideram que não podem interferir em nenhum aspecto em sua comunidade. Alguns deles até brincavam com a pergunta – *Você acha que exerce alguma influência no assentamento?* – considerando que isso era quase uma piada, o que parece ser reflexo de sua posição subalterna na hierarquia familiar camponesa, em que o processo de trabalho é “(...) coordenado pelo homem adulto (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser detentor de um saber agrícola específico” (WEISHEIMER, 2009, P. 107). Essa posição subalterna assumida pelos jovens, nos assentamentos rurais, pode se estender para além da unidade de produção: como é o pai quem gerencia as atividades produtivas da família, normalmente é ele quem a representa nos espaços de participação comunitários, como nas reuniões das Associações dos Assentamentos, por exemplo.

Quanto à participação dos jovens assentados em movimentos sociais, ONGs, sindicatos ou em outra entidade de cunho social, verificamos que a maioria dos jovens assentados não participa efetivamente (86% dos entrevistados). Assim, apenas 14% (nove jovens) disseram ter alguma participação em entidades como as citadas acima<sup>63</sup>. Desses nove jovens, oito participam do MST de alguma forma, enquanto uma jovem participa de um grupo de mulheres existente em seu assentamento. Notamos também que essa participação juvenil é maior no Assentamento Tiradentes do que no Assentamento Zumbi dos Palmares, porquanto apenas duas pessoas jovens participam do movimento.

Portanto, apesar desses muitos jovens assentados terem participado do conflito que deu origem às suas comunidades, a maioria não dá continuidade a nenhum tipo de engajamento político em movimentos sociais, sindicatos, ONGs ou projetos sociais. Muitos alegam a falta de tempo e a falta de conhecimento sobre entidades desse tipo. Isso reforça a ideia de Martins (2008) de que nem todo jovem assentado ou *sem-terra* e bem engajado politicamente, ao contrário do que muitos esperam. Some-se a isso o fato

---

<sup>63</sup> A questão feita aos jovens entrevistados foi: *Participa de alguma ONG, Projeto, Sindicato, Partido Político ou Movimento Social?*

de que esse tipo de participação nos assentamentos é maior entre os rapazes do que entre as moças. Apesar disso, constatamos a existência de jovens do sexo feminino que participam do MST, por exemplo. No entanto, também foi possível perceber que as moças enfrentam mais dificuldades para exercer esse tipo de atividade do que os rapazes. Como afirma García (2004), as mulheres assentadas são alvos do cativo da terra, da casa, do lote e do espaço pelo peso das representações pelas quais são responsáveis: mulher-mãe e mulher-esposa. Além disso, as moças tem mobilidade muito mais restrita nos assentamentos rurais do que os homens:

O isolamento e a ausência de mobilidade são percebidos pelas assentadas, que vêm nas companheiras de militância ativa *mulheres que podem ir e vir*. Mas também são cientes do preço que as mulheres têm que pagar por essa “liberdade”: a censura moral e social da comunidade e dos próprios companheiros de luta (GARCÍA, 2004, p.171).

Durante a pesquisa de campo, identificamos casos de moças que participavam ativamente do MST e das atividades dos assentamentos que eram alvos de críticas e até mesmo de difamações que não correspondem ao ideal de “moça de respeito” das comunidades. O motivo para isso, muitas vezes, era o fato de viajarem constantemente junto com o movimento (moças solteiras “ao alcance” dos rapazes), o que configurava mais “liberdade” e mobilidade, como afirma García na citação anterior. Além disso, as moças mais engajadas política e socialmente representam uma ruptura com o padrão estabelecido para as relações de gênero, o que resulta em uma “ruptura com a sua invisibilidade pública”. A autora acrescenta que

a ruptura que isto supõe é feita sob tensões no seio familiar. A decisão de participar, quando se realiza de forma autônoma, é usualmente acompanhada da resistência de pais, mães, familiares, mas principalmente dos companheiros. Essa resistência é muito maior no assentamento, onde as funções sociais de gênero sob a ideologia hegemônica são mais nítidas (GARCÍA, 2004, p.172).

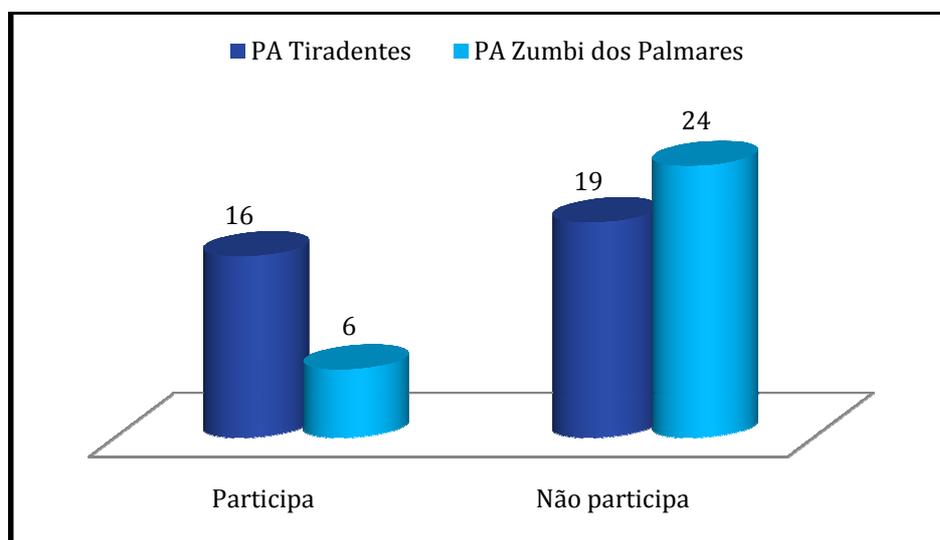
No que se refere à participação da juventude dentro das associações ou das cooperativas dos assentamentos, também constatamos uma integração relativamente pequena: apenas 20% (13) dos jovens entrevistados disseram participar, de alguma forma, da associação ou cooperativa do seu PA. As formas como ocorre essa participação são variadas. Alguns declararam que pagam mensalmente a associação, outros

participam das reuniões com os pais ou sozinhos. Notamos que muitos jovens não se interessam em participar desses espaços por não se considerarem “importantes” nas suas atividades, já que, apesar de, algumas vezes, presenciarem as reuniões, quase não têm poder de decisão (com exceção dos jovens mais velhos, que não moram mais com os pais e são titulares dos próprios lotes).

Prova disso é de que, no Assentamento Tiradentes, a participação de jovens na associação do PA é maior do que no Assentamento Zumbi dos Palmares (enquanto, no primeiro, dez jovens afirmaram que participam da Associação do PA, no segundo, somente três jovens disseram o mesmo). Pudemos perceber que muitos jovens que participam do Projeto Ligas da Cultura se sentem parte da Associação (já que as atividades desse projeto são realizadas nesse espaço) e, portanto, mais estimulados a participar de suas reuniões e das demais atividades.

Em contrapartida, podemos perceber uma participação dessa juventude um pouco maior em grupos voltados para os jovens (34% dos entrevistados). Porém, no Assentamento Tiradentes, essa participação ainda é bem maior, como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 28 – Participação da juventude entrevistada em grupos de jovens**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.51: Você participa de algum grupo de jovens dentro ou fora do assentamento?

Dos jovens que participam de algum grupo juvenil, dois do Assentamento Tiradentes integram grupos religiosos (um participa do grupo de louvor da Assembleia de Deus, e outro, do grupo de liturgia da Igreja Católica do PA); 14 fazem parte do Grupo

Ligas da Cultura, também no Assentamento Tiradentes, e seis do Assentamento Zumbi dos Palmares atuam em um grupo de jovens voltado para a produção agrícola, chamado de *Grupo Jovem Encanto dos Palmares*.

### **3.7.1. Grupo Jovem Encanto dos Palmares**

A existência do Projovem Campo, no Assentamento Zumbi dos Palmares, foi positiva para a organização de sua juventude. A participação de alguns jovens nesse programa educacional os impulsionou a criarem, em abril de 2011, um grupo de jovens – O Grupo Jovem Encanto dos Palmares – que contava, inicialmente, com a participação de 22 pessoas.

De acordo com eles, essa ideia surgiu da necessidade de organizar os jovens desse assentamento, principalmente em relação à produção. Assim, o grupo começou a desenvolver atividades ligadas à criação de galinhas e à produção de hortaliças, macaxeira, batata-doce, feijão (que não obteve êxito), consórcio de algodão, amendoim e gergelim (financiado, em parte, pela EMBRAPA), além de um viveiro de mudas de caju, jaca, manga e oliveira. A produção do grupo é voltada para o consumo próprio e dividida em partes iguais para todos os membros do grupo. Para desenvolver essas atividades, os integrantes do Grupo Jovem Encanto dos Palmares utilizam uma mandala (construída com recursos da ONG italiana Mani Tese<sup>64</sup>, que foi contatada através do MST), localizada ao lado da escola, que faz parte da área coletiva do assentamento. De acordo com os jovens do grupo, eles recebem um apoio pedagógico do MST e são muito incentivados pelos professores do Projovem Campo.

Dos 16 integrantes do grupo no momento da pesquisa, apenas dez tinham idades entre 15 e 29 anos, os demais tinham acima de 29 anos de idade. Por causa disso, muitos assentados brincavam, dizendo que o grupo juvenil do assentamento era formado por jovens da terceira idade. As reuniões do grupo acontecem, principalmente, na escola do assentamento, quinzenalmente. Apesar da iniciativa, os jovens que compõem esse grupo não se sentem completamente apoiados pela comunidade, embora considerem a iniciativa importante para incentivar os outros jovens na agricultura. Esse grupo não

---

<sup>64</sup> A sede da ONG Mani Tese fica na Itália e foi fundada em 1964, com a finalidade de combater a fome na África, na Ásia e na América Latina, através da cooperação internacional e da sustentabilidade, visando à criação de um modelo econômico baseado na solidariedade. Para obter mais informações sobre esse assunto, consulte o site: <http://www.manitese.it>

desenvolve atividades culturais, mas os jovens que o compõem são mais engajados nas atividades no PA do que os outros.

**Foto 17 – Jovens descascando amendoim: Grupo Jovem Encanto dos Palmares**



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

### **3.7.2. Projeto Ponto de Cultura**

No Assentamento Tiradentes, os 14 jovens entrevistados que fazem parte de algum grupo de jovens voltados para a cultura compõem o grupo denominado *Ponto de Cultura*, que faz parte do Programa Cultura Viva, e corresponde a entidades reconhecidas e apoiadas, financeira e institucionalmente, pelo Ministério da Cultura. O Ponto de Cultura tem como principal característica a gestão compartilhada entre o poder público e a comunidade da qual faz parte<sup>65</sup>.

Esse projeto surgiu de um grupo de mulheres do assentamento que resolveu criar um grupo de quadrilha, composto apenas por mulheres, chamado “Mulher macho sim sinhô”, que já existe há dez anos no PA. A partir dessa atividade, a comunidade teve a ideia de elaborar um projeto (que foi aprovado) para o Programa Cultura Viva, que tem o Ponto de Cultura como ação prioritária. A intenção inicial do projeto era de desenvolver atividades culturais com base na experiência do grupo de mulheres. A base desse projeto foi a realização de minicursos variados, como dança, capoeira, audiovisual, violão, flauta e percussão. No entanto, quem se mobilizou para participar dos minicursos

---

<sup>65</sup> Para mais informações, consultar o site do Ministério da Cultura: <http://www.cultura.gov.br>.

foi, em grande parte, a juventude do assentamento. E o que, inicialmente, era um grupo de senhoras, passou a ser um grupo predominantemente juvenil.

Durante nossa pesquisa de campo, vimos o quanto é importante a existência das oficinas no cotidiano dos jovens desse assentamento. Muitos mantêm uma parte considerável do seu tempo nas atividades propostas pelo Ponto de Cultura que, além de oferecer os minicursos já citados, promove pequenos eventos em que os jovens apresentam as habilidades desenvolvidas nas oficinas. Para ilustrar isso, podemos citar o momento em que realizávamos as entrevistas com os jovens do Assentamento Tiradentes, quando muitos estavam se organizando para uma gincana que deveria ser realizada em breve no espaço da Associação do PA.

### Foto 18 – Ponto Ligas da Cultura: Assentamento Tiradentes



Fonte: Pesquisa de campo/ março, 2012.

Durante uma visita à escola Luiz Maria de França, na cidade de Mari, onde também acontecia uma gincana com tema relacionado ao dia do índio, vimos que muitos jovens que faziam parte da oficina de dança do Ponto de Cultura e o seu monitor (que também é professor da citada escola) foram levados por estudantes dessa escola que também eram assentados nesse PA para se apresentar nessa atividade. Os jovens que fazem parte do Ponto de Cultura mostraram que são um pouco mais engajados nas questões que envolvem a sua comunidade, porque têm mais contato com a Associação do Assentamento. Além disso, as atividades em grupo lhes conferem mais habilidades para a realização de atividades de entretenimento na comunidade, em geral, e dos jovens, em particular: *Quando não tinha o projeto, a gente ficava só em casa, estudava. Tinha uns*

*eventos de aniversário do assentamento e só (Jéssica, 16 anos – Assentamento Tiradentes/junho de 2013).*

### **3.8. Participação política**

No que concerne às percepções dos jovens assentados do município de Mari sobre a importância da política, foi possível constatar, de acordo com nosso levantamento de campo, que a maior parte deles (45%) considera a política muito importante. Outros 31% (20 jovens) a consideram mais ou menos importante, enquanto apenas 6% acham que não tem importância nenhuma. Vale frisar, no entanto, que 18% dos jovens (12 entrevistados) não souberam se posicionar nesse sentido.

Quanto à participação política, os jovens relacionam como importante para sua formação assistir ou ler noticiários sobre o assunto. De acordo com o gráfico 28, 18% dos entrevistados afirmaram que realizam frequentemente essa atividade, enquanto 54% disseram fazê-lo somente de vez em quando, o que significa que isso é praticado (independentemente da frequência) por 72% deles.

A segunda atividade ligada à política mais praticada pelos jovens assentados marienses é conversar com outras pessoas sobre o tema, realizada por 46% deles, 5% o fazem sempre, enquanto 41%, de vez em quando.

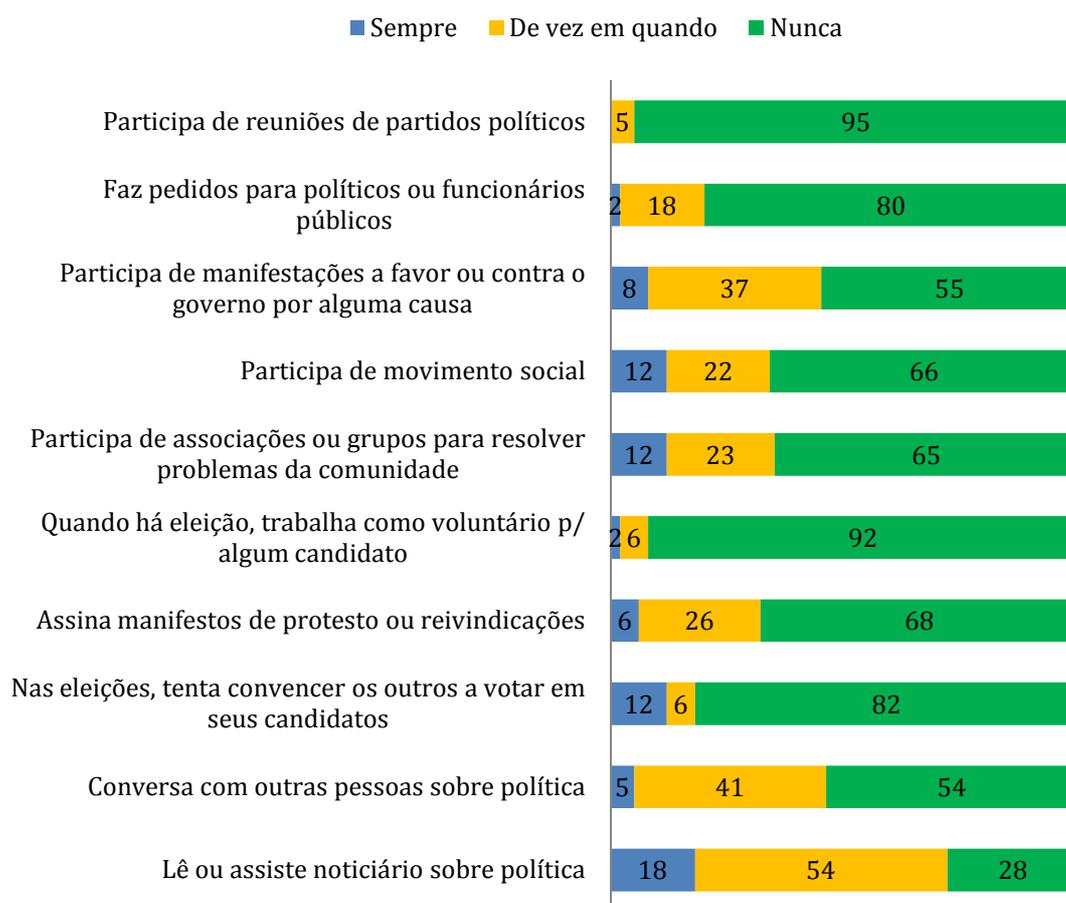
A terceira atividade política mais praticada por esses jovens é a participação em manifestações a favor do governo por alguma causa ou contra ele, apontada por 45% dos jovens. Quando questionamos sobre de que tipo de manifestação eles costumavam participar, 100% dos casos responderam que eram as relacionadas à luta por terra ou a reivindicações por alguma melhoria nos assentamentos, como a construção de escolas e de postos de saúde. Se compararmos esse índice com o apontado pela pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, concluiremos que esse tipo de atividade é realizado em proporções bem maiores pelos jovens assentados do que pela juventude geral brasileira. De acordo com essa pesquisa, apenas 13% dos jovens que compuseram a sua amostra<sup>66</sup> exercitam esse tipo de atividade. Outros 35% disseram que participam de algum tipo de associação para resolver problemas da comunidade em que vivem. Essas associações são as dos próprios assentamentos. Isso nos revela que a juventude que faz parte de um

---

<sup>66</sup> A pesquisa intitulada “Perfil da Juventude Brasileira” contou com uma amostra de 3.501 jovens (669 deles “rurais”) entre 15 e 24 anos, contemplando 25 estados brasileiros.

assentamento rural tem mais oportunidades de participar da política no espaço em que está inserida do que a maioria dos jovens brasileiros: apenas 14% dos jovens da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” apontou participar de algum grupo ou associação visando resolver problemas de sua comunidade.

**Gráfico 29 – Participação dos jovens entrevistados em atividades ligadas à política (%)**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

Entre os jovens entrevistados em nossa pesquisa, 34% participam de movimento social, no caso, o MST. Isso é um índice satisfatório, apesar de muito se esperar da juventude em geral, como afirma Krischke (2008, p. 324): “Muitas vezes, os pesquisadores e as lideranças investem na juventude expectativas de mudança extraídas de outros contextos, que não condizem com a trajetória histórico-cultural do país nem com os incentivos e as condições abertos à sua participação”. Quando se trata da juventude assentada, essas expectativas podem ser ainda maiores. Continuamos a

comprovar que esse índice está muito acima da média brasileira: para a mesma questão, na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, apenas 14% dos jovens disseram participar de algum movimento ou causa social.

Os jovens assentados do município de Mari também se mostraram engajados ao assinar manifestos de protestos ou reivindicações: 32% dos entrevistados. Em relação à juventude brasileira, de modo mais geral, esse percentual é de 20%. Na hora de fazer pedidos para políticos ou funcionários públicos, a participação da juventude assentada de Mari é menor (20% dos entrevistados), apesar de se manter maior do que média nacional (em torno de 12%). No que diz respeito à tentativa de convencer as outras pessoas a votarem em seus candidatos em época eleitoral, 18% dos jovens entrevistados em nosso estudo disseram fazer isso – índice menor do que a média nacional, que é de 31%.

A inserção da juventude na política partidária, no entanto, é pequena tanto no universo dos assentamentos rurais quanto no que se refere à realidade brasileira: entre os jovens dos assentamentos de Mari, 5% disseram que participam de algum partido político, enquanto o índice da pesquisa nacional sobre juventude ficou em torno de 8%. Segundo Krischke (2008), apesar desse percentual baixo, os índices de participação política dos jovens brasileiros são considerados elevados se comparados à participação política dos jovens europeus. O autor compara alguns dados relativos a atitudes e a ações políticas realizadas pelos jovens brasileiros, utilizando-se os dados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, e pelos jovens europeus, os dados organizados pela pesquisadora Pippa Norris, da Universidade de Havard.

**Tabela 20: Atitudes e repertórios de ação política dos jovens (%)**

<b>Atitudes políticas</b>	<b>Europa 2002 (18 a 29 anos)</b>	<b>Brasil 2003 (15 a 24 anos)</b>
Proximidade a partidos	54	47
Satisfação com o governo	51	64
Discute política “sempre”	10	10
Posicionamento esquerda/direita	32	59
Eficácia subjetiva (“influi na política”)	60	43
<b>Repertórios de ação convencional</b>		
Identificação partidária	6	47

Participa de campanhas	5	16
Contacta autoridade ou político	16	12
<b>Repertórios de ação não convencional</b>		
Assina manifestos	22	20
Participa de reuniões de movimentos sociais	4	14
Participa de manifestações públicas de protesto	6	13
Fontes:	Norris, 2003 e 2004.	“Perfil da juventude brasileira”, 2003.

Fonte: Krischke (2008, p.343)

Krischke (2008) observa que, entre as atitudes políticas que considera significativas, os jovens brasileiros ultrapassam os europeus em duas delas - uma das outras três na mesma proporção entre os dois grupos. No que tange à participação política que ele classifica como convencional e não convencional, os jovens brasileiros alcançam índices bem maiores do que os europeus. Contudo, ressalta o autor, “será imprescindível um adequado processamento estatístico desses dados para tornar possível uma interpretação do seu real significado” (KRISCHKE, 2008, p.43).

Tendo em vista as comparações aqui realizadas entre a participação política dos jovens assentados do município de Mari e os jovens brasileiros, de forma generalizada, podemos concluir que, nos assentamentos, a juventude parece ser um pouco mais engajada na política, possivelmente, por fazer parte de um processo político, que é a luta pela reforma agrária.

### 3.9. Espaços de sociabilidade e de lazer

Neste item, apresentamos e analisamos as formas como os jovens assentados do município de Mari ocupam o seu *tempo livre* e as opções de lazer presentes em seu cotidiano. Weisheimer (2009) considera pertinente se realizar esse tipo de análise, porque as interações juvenis, nos espaços de sociabilidade e de lazer, são uma expressão da cultura juvenil e “(...) contribuem para a construção de processos de autoidentificação (Op. cit., p. 205)”. No entanto, devemos entender que tempo livre não significa, necessariamente, momento de lazer. Nesse sentido, Brenner, Dayrell e Carrano (2008)

citam o desemprego e a desocupação juvenil como outras formas de tempo livre e revelam que, no Brasil, há uma grande lacuna no que diz respeito a dados sobre tempo livre, cultura e lazer da população em geral. Eles ressaltam que “o conhecimento sobre a realidade cultural pode não apenas contribuir para políticas mais efetivas, como também impor limites à ação ideológica do Estado na definição dos conteúdos de determinada diretriz de política cultural” (Op. Cit., p.173).

A importância do tempo livre, como ressalta Lefebvre (1978, p.102), é que “(...) el ocio libera e <<desaliena>>enrelación al trabajoparcelario y abrumador (...)”, enquanto a importância dos espaços de lazer reside no fato de que, muitas vezes, eles se constituem também em importantes espaços de formação, pois representam espaços de sociabilidade que permitem a troca de conhecimentos que podem estimular mudanças no modo de pensar e de agir. Weisheimer (2009, p. 205) assevera que,

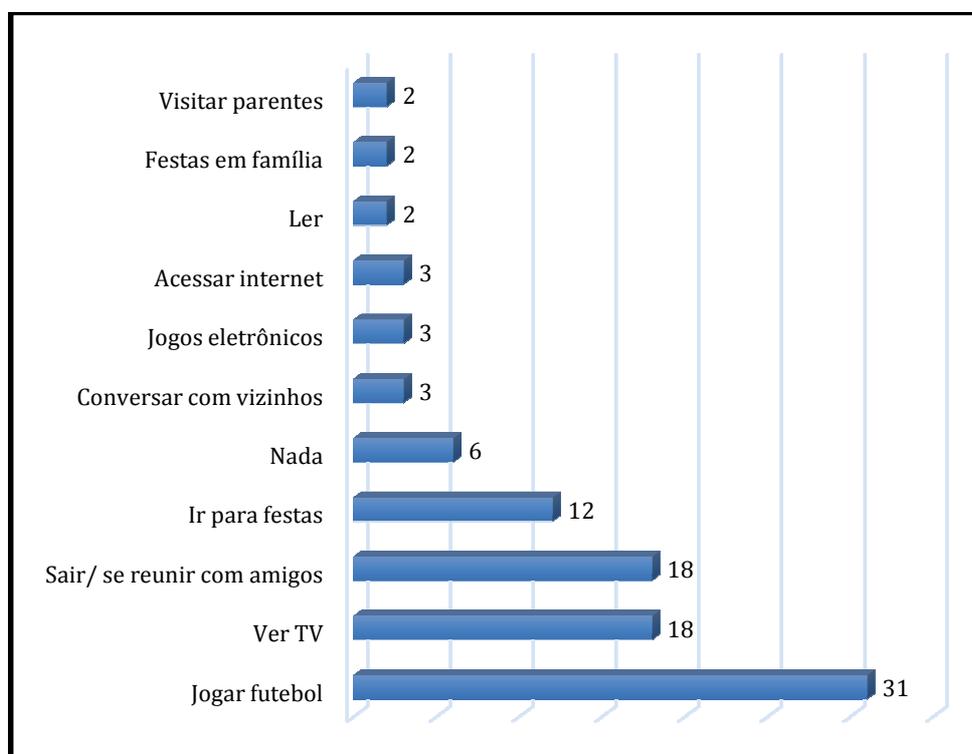
como *formalúdica*, a sociabilidade traduz as forças e conteúdos da sociedade concreta, dos quais nosso autor de referência [SIMMEL, 2006] destaca o fato de que os indivíduos tenham que se adequar a um contexto comum de modo que possam viver em conformidade com o interesse coletivo, assim como os valores e aspectos relevantes devem refluir para o indivíduo a partir desse contexto.

Sabemos, no entanto, que, quando se trata do espaço rural, a realidade em relação ao lazer é um pouco mais restrita. Entre os jovens dos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, verificamos que a diversão consiste, basicamente, em jogar futebol (essa atividade foi apontada, com exceção de duas moças, predominantemente por rapazes), assistir à televisão e se reunir com os amigos, o que nos mostra que, nesses assentamentos, as atividades de lazer são muito limitadas. Todavia, encontramos, embora em proporções muito menores, outras formas de entretenimento, como ir a festas, acessar a internet (mencionado por apenas dois jovens) e jogar videogame, como podemos ver no gráfico 29.

A leitura como forma de lazer foi apontada somente por um dos jovens entrevistados (cerca de 2% do total), o que significa que esse hábito não está muito presente entre os jovens assentados. Porém, essa realidade não foge à regra da maioria dos jovens brasileiros. Como apontou a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, nenhum jovem entrevistado, seja rural ou urbano, mencionou a leitura de livros (CARNEIRO, 2008).

Esses limites das opções de lazer, nos assentamentos rurais do município de Mari (que acreditamos corresponder à realidade de muitos dos assentamentos brasileiros), têm sido alvo de duras críticas por parte dos jovens. Durante nossas idas a campo, ouvimos muitas queixas de jovens que gostariam de permanecer no assentamento, mas que estavam entediados com a falta de opções de lazer. De acordo com Carneiro (2008, p.257), “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração”.

**Gráfico 30 – Atividades que os jovens entrevistados realizam para se divertir**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

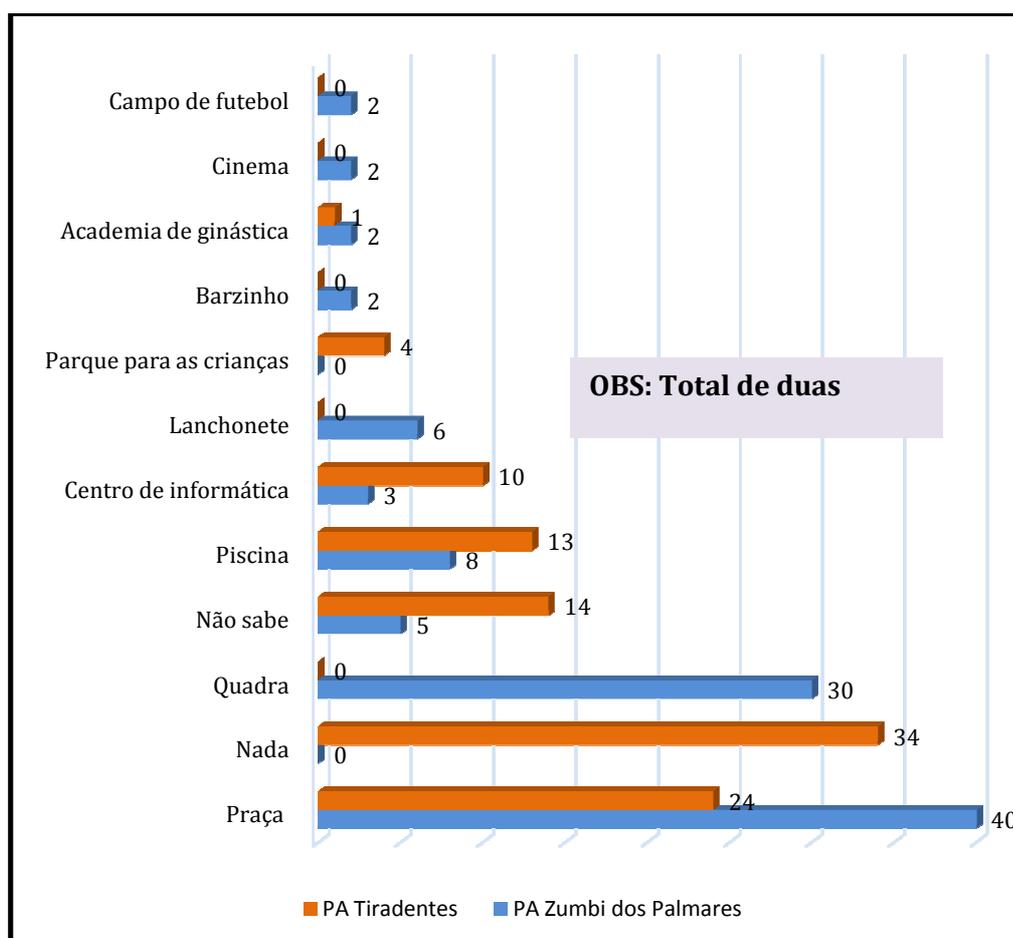
P.61: O que você faz nas horas de folga? Quais são suas formas de se divertir?

Pensando nisso, realizamos um levantamento das opções de lazer que os jovens consideram que poderiam existir dentro dos assentamentos, que pode servir de base para se pensar em estruturas mais adequadas para que os jovens dessas comunidades ocupem seu tempo livre de forma satisfatória. De acordo com o levantamento realizado, os jovens afirmaram que os assentamentos são sobremaneira carentes de uma área de sociabilidade comum, como uma praça, por exemplo, citada por 60% dos 65 jovens entrevistados (Gráfico 31), que pode ser um espaço de encontros e de brincadeiras. Durante nossa visita aos dois PAs, notamos que, como não há uma

praça, os jovens ficam dispersos pelos assentamentos, e isso dificulta o estabelecimento de relações entre eles, que acabam se direcionando para a cidade de Mari, à noite, onde é possível encontrar esse tipo de estrutura. Porém, os jovens mais jovens, muitas vezes, não têm a permissão de sair do assentamento nesse horário e têm que encontrar outras formas de passar o tempo.

Os jovens entrevistados também falaram que, nos assentamentos, também deveria haver uma piscina (apesar de alguns terem dito que, de vez em quando, tomam banho nos açudes), já que, para fazer esse tipo de atividade, eles precisam ir até as cidades próximas onde existe algum clube. A praça e a piscina foram as sugestões de opções de lazer que mais coincidiram entre os jovens dos dois assentamento. No restante das respostas, houve uma diferença considerável, como mostra o gráfico 31.

**Gráfico 31 – Opinião dos jovens entrevistados sobre o que falta para o lazer no assentamento (%)**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.65: O que você acha que falta no assentamento em relação ao lazer (em primeiro e segundo lugares)?

No Assentamento Zumbi dos Palmares, os jovens sugeriram a construção de uma quadra esportiva<sup>67</sup> (apontado por 30% dos entrevistados nesse PA). No Assentamento Tiradentes, isso não aconteceu porque já existe uma quadra que, no período da pesquisa de campo, estava sendo coberta. Nessa quadra, a comunidade, de forma geral, principalmente, os jovens, organizam pequenos torneios não só entre seus membros, mas também com pessoas de outras localidades, o que contribui sobremaneira para movimentar o tempo livre dos jovens e dos demais moradores.

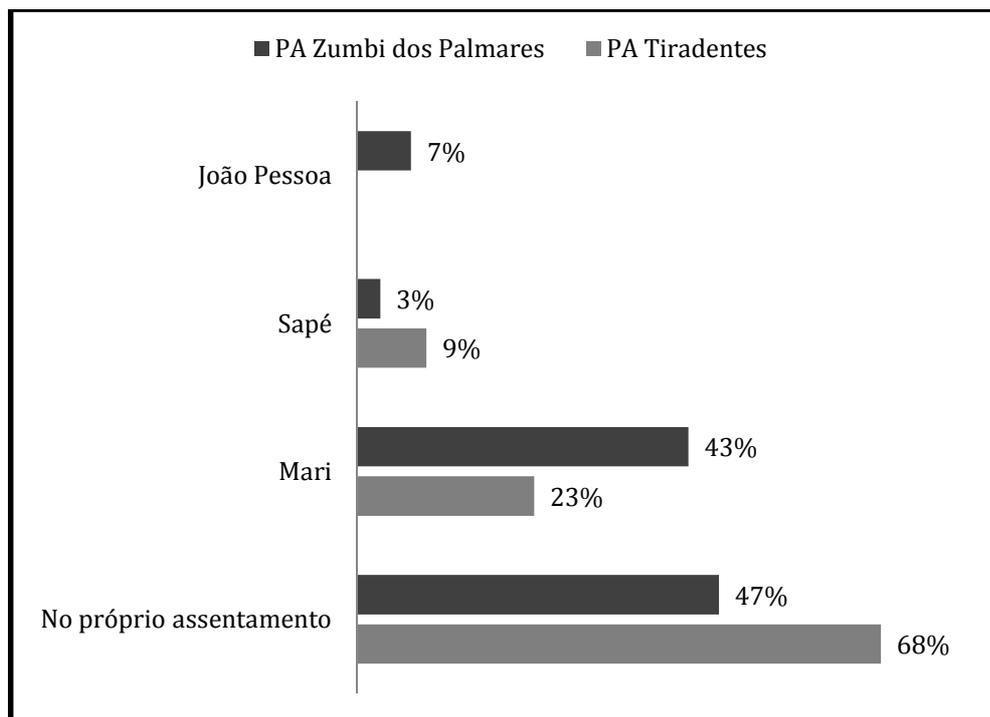
O campo de futebol também não aparece como uma reivindicação dos jovens do Assentamento Tiradentes, já que dispõe de um em melhores condições do que o do Assentamento Zumbi dos Palmares (cujo campo de futebol é improvisado numa área coletiva do PA). A necessidade de um campo de futebol e de uma quadra esportiva mostra o interesse da juventude pela prática de esportes, uma alternativa saudável que poderia figurar com certa prioridade entre as ações do governo.

No Assentamento Tiradentes, é proporcionalmente maior, em relação ao PA Zumbi dos Palmares, o número de jovens que mencionaram a necessidade de garantir o acesso à internet no PA. Aqueles que disseram que não falta nada em relação ao lazer, em sua comunidade, foram justamente os do Assentamento Tiradentes, com 34% das respostas. Isso é reflexo das melhorias da infraestrutura relacionada ao lazer, bem como do *Ponto de Cultura* presentes no assentamento. O lazer, nesse caso, é mais uma conquista dos assentados empenhados em construir o *território da esperança*.

Quanto aos lugares mais frequentados pelos jovens dos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, destacam-se o próprio PA onde habitam e a cidade de Mari. Em menor proporção, aparecem as cidades de Sapé e João Pessoa, como podemos ver no gráfico 32. Isso evidencia que as práticas de sociabilidade e de lazer desses jovens assentados ocorrem, na maioria dos casos, nos espaços de convívio do próprio assentamento (já que as atividades de lazer mais praticadas são *jogar futebol, assistir à TV e se reunir com os amigos*, que são realizadas, normalmente, dentro da própria comunidade) e se estendem até a cidade mais próxima – Mari. As outras cidades que aparecem no gráfico também mantêm relativa proximidade com o município onde ficam os assentamentos em questão, o que pode facilitar o acesso desses jovens.

---

<sup>67</sup> No momento da aplicação dos questionários aos jovens (entre os anos de 2011 e 2012), a quadra do Assentamento Zumbi dos Palmares ainda não havia sido construída.

**Gráfico 32 – Onde os jovens entrevistados costumam ir para se divertir**

Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.64: Onde costuma ir para se divertir?

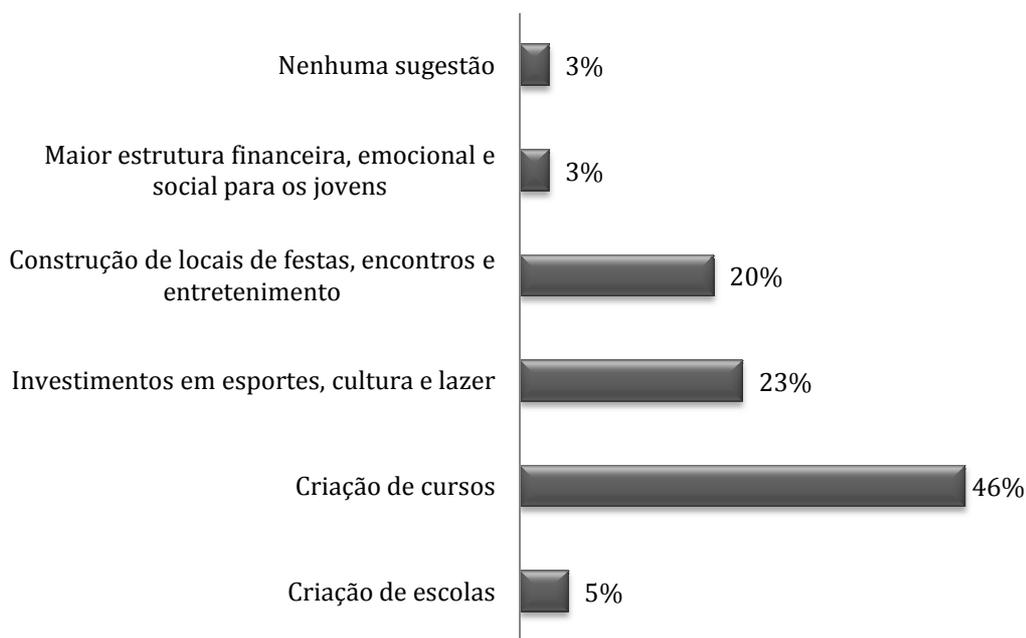
Em relação às sugestões dos jovens entrevistados sobre as melhorias necessárias para a juventude nos assentamentos, a maioria dos que moram em Mari apontou a criação de cursos que os preparem para ingressar no mercado de trabalho. Isso significa que os jovens desejam ampliar as possibilidades de permanecer no campo, mesmo que não estejam ligados diretamente à agricultura. Esse fato já foi observado por Carneiro (2007, p. 63), que afirma:

Mesmo não relacionando seu futuro com a agricultura, muitos jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos do conhecimento como a informática, por exemplo, que permitiria abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado.

Logo em seguida, reivindicam mais investimentos em atividades e estruturas relacionadas ao lazer e ao entretenimento, o que reforça esta afirmação de Carneiro (2007, p.63): “Diminuir a distância em relação aos jovens da cidade no que diz respeito à educação, à informação e ao lazer é uma reivindicação comumente encontrada no meio rural”. A autora ressalta, ainda, que deve haver mudanças dos valores dos jovens rurais

que já não encaram a cidade como única alternativa para alcançar esses bens. Assim, a cidade não exerceria mais, na maioria dos jovens rurais, o mesmo fascínio que outrora. Muitos deles preferem permanecer em suas comunidades de origem e lutar pelo acesso a esses bens a ter um *déficit* em sua qualidade de vida ao migrar para os centros urbanos.

**Gráfico 33 – O que os jovens entrevistados sugerem para melhorar a vida da juventude dos assentamentos**



Fonte: Pesquisa de campo/junho, 2011; março - abril, 2012. Elaboração da autora.

P.69: O que você sugere para melhorar a vida dos jovens no assentamento?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o apoio do MST, os trabalhadores sem terra – a maioria proveniente da Microrregião de Sapé - se organizaram na luta pela conquista da terra, que deu origem, primeiro, ao Assentamento Tiradentes e, em seguida, ao Zumbi dos Palmares.

Durante o percurso trilhado para a obtenção dos dados da pesquisa, percebemos que esses assentamentos produzem diversos gêneros alimentícios voltados tanto para o consumo das famílias quanto para a comercialização. A macaxeira e a mandioca são os produtos mais comercializados e que correspondem à lavoura mais tradicional da agricultura de base familiar do município. Também identificamos a presença de grupos de mulheres que produzem e comercializam derivados dos gêneros agropecuários produzidos nos PAs, como o bolo de macaxeira, por exemplo.

Com famílias compostas, em média de cinco pessoas, os dois assentamentos rurais de Mari têm uma população relativamente jovem. Um exemplo dessa jovialidade foi constatado quando verificamos que, das 300 pessoas inseridas em nossa amostra<sup>68</sup>, 124 (41,3%) são jovens com idades entre 15 e 29 anos. Considerando a base larga das pirâmides etárias dos assentamentos estudados, vemos que é grande o número de pessoas com idades entre 0 e 14 anos, o que nos leva a pensar em um possível aumento do número de jovens em poucos anos, tendo em vista que, apesar da saída de alguns, muitos jovens acabam ficando nos assentamentos.

De acordo com os dados de nossa amostra, os *jovens adultos* (de 25 a 29 anos) representam a menor parcela do universo juvenil pesquisado (com uma diferença razoável do número de *jovens adolescentes* e de *jovens*). Isso pode ter ocorrido em nossa amostra pelo fato de não termos incluído nela as famílias agregadas. Assim, é necessária a continuação da pesquisa, incluindo, dessa vez, as famílias agregadas.

Durante o contato com as comunidades estudadas, vimos uma quantidade relevante de famílias agregadas, compostas, em muitos casos, por jovens com ou sem filhos. A maioria dos entrevistados tem entre 15 e 19 anos, é solteira e sem filhos. Dos que têm filhos, três quartos são casados e não vivem com os pais. No entanto, dos que ainda moram com os pais, 80% o fazem por se considerarem muito novos para sair de casa. Isso, aliado ao fato de 64% desses jovens sentirem vontade de se mudar da casa dos pais (imediatamente ou não), denota que, ao se sentirem amadurecidos, eles tenderão a morar nas próprias casas. Contudo, sair da casa dos pais não significa,

---

<sup>68</sup> Do total das amostras dos dois assentamentos.

necessariamente, sair do assentamento, já que 75% dos jovens entrevistados querem continuar vivendo no PA.

Em geral, os jovens entrevistados consideram a escola importante para seu futuro (89,3%). Apesar disso, apenas 60% deles estavam estudando no período de nossa pesquisa. Boa parte desses jovens estudantes está frequentando as escolas dos assentamentos de Mari (41% dos que estudam), mostrando que a presença de escolas nos assentamentos rurais ou perto deles é sobremaneira importante. Além disso, a maioria dos jovens pretende exercer profissões com estudo. Porém, em conversas com alguns que demonstraram esse interesse, vimos que muitos vislumbram conseguir exercer uma profissão que possam conciliar com a vida no assentamento (como vimos nos depoimentos de Thamires, Jéssica e José Paulo). Destarte, pareceu-nos forte a preferência dos jovens em continuar vivendo nos assentamentos rurais de Mari.

É importante atentar para a quantidade considerável de jovens que disseram não faltar nada no assentamento (todos do PA Tiradentes). Mas muitos sentem falta de opções de lazer dentro das comunidades. Somos levados a acreditar que, atualmente, com a construção da quadra esportiva no Assentamento Zumbi dos Palmares, o número de jovens que estariam mais satisfeitos com o lazer nesse PA tenha aumentado (e pode ficar tão pequeno quanto no Tiradentes). Isso porque a terceira maior queixa juvenil nesse PA foi a falta de uma quadra para a prática de esportes. Portanto, a cada dia, os assentados do município de Mari conseguem importantes conquistas e até contemplam algumas necessidades juvenis (lazer, educação e cultura).

Os assentamentos rurais de Mari, apesar de suas limitações, oferecem condições de atração e de permanência de muitos jovens, já que têm uma infraestrutura razoável, com a presença de escolas, postos de saúde e até lanchonete (novidade vista em nossa última visita em fase de conclusão deste estudo e não mencionada anteriormente). Além disso, um deles conta com a presença do Projeto Ponto de Cultura, que estimula os jovens a participarem de diversas atividades culturais e envolve-os nas atividades relativas à comunidade em geral.

O Assentamento Zumbi dos Palmares tem 85 famílias assentadas, mas, de acordo com depoimentos de alguns assentados registrados em nossa última pesquisa de campo no PA, há em torno de 115 famílias que nele vivem. Assim, além das famílias assentadas, existem cerca de 30 famílias agregadas nos lotes existentes. Esse número é proporcional ao do Assentamento Tiradentes (que tem quase o dobro de famílias assentadas na

condição de agregadas). De acordo com depoimentos dos próprios assentados, essas famílias agregadas são compostas, em geral, por jovens que, ao constituírem uma nova família, constroem uma casa no lote de sua família de origem, como podemos perceber no depoimento abaixo:

*E têm muitos jovens hoje que eles se casam. Eles vão construir uma família... “quem casa quer casa”. Então no momento que ele casa e o pai ou ele tem a condição de construir uma casa ao lado, ele vai construir uma casa ao lado, vai arrumar um serviço e vai trabalhar (Nêgo – Assentamento Zumbi dos Palmares, entrevista realizada em junho de 2013).*

Apesar de alguns jovens continuarem vivendo no assentamento depois que constituem uma nova família, muitos assentados se queixam da falta de interesse deles em continuarem a lutar pela terra para conquistar um novo assentamento: “*A gente ia ocupar uma fazenda aqui vizinha, mas acabou o cara alugando pra uma usina e a gente perdeu ela. Mas também é muito mais fácil construir um casebre do lado da casa do pai e tá mendigando do pai*” (Francisca – Assentamento Tiradentes, entrevista realizada em junho de 2013).

Podemos supor que, no caso dos assentamentos rurais de Mari, os jovens estão permanecendo em suas comunidades, o que pode ser motivo de satisfação para alguns assentados que têm no filho “que fica” alguém para dar continuidade ao trabalho na terra, como exposto na fala de Seu Liu, ao nos explicar como ficaria sua situação de trabalho depois de um acidente (e do qual estava se recuperando no momento da entrevista) que o deixou com dificuldades para exercer o trabalho agrícola: “*Meu filho aqui eu vou passar pra ele né... ele que vai tomar conta [do lote]*”. Mas isso também é motivo de preocupação para outros que temem que a parcela não seja capaz de garantir uma produção capaz de manter dignamente mais de uma família e que o aumento de agregados possa acarretar o empobrecimento da comunidade, como podemos observar neste depoimento de Francisca:

*Daqui virar uma favela rural né, eu tenho muito medo de acontecer isso nos assentamentos aqui da Paraíba. De tanto agregar pessoas em fundo de quintal né. (...) Aí o que acontece, o assentado que tem cinco hectares de terra pra trabalhar, que aí com mais um do quintal faz seis. Aí tem a área de reserva. Aí pra dividir pra quatro filho, vai ficar o quê? E aí tem gente*

*que vai lá e cobra, aí tem que levar uma proposta pra ver se consegue fazer uma ocupação com os filhos de assentado, né. (...)*  
*Já se pode observar [queda do padrão de vida de algumas famílias]. E aí fica naquela né, uns vão ficando pobres, mais pobres do que antes né. (...) eu fico imaginando o assentamento daqui há dez anos mais na frente e eu me preocupo (Francisca, Assentamento Tiradentes/ junho de 2013).*

Analisar os motivos que fazem alguns jovens permanecerem nos assentamentos de forma agregada ao lote de suas famílias de origem e entender os motivos que levam à migração de jovens de outras localidades para os PAs é uma preocupação fundamental na busca de soluções, no que tange à melhoria da qualidade de vida e de trabalho das populações assentadas.

Atentamos que o índice de migração de jovens (de nossa amostra) é extremamente baixo: 0,4 jovens/ família. Ou seja, em Mari, praticamente um jovem, em cada três famílias, sai dos assentamentos. Isso nos indica que a permanência dos jovens nos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares não é só um desejo, mas também uma realidade. Podemos supor, ainda, que muitos jovens têm permanecido nos Assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, e essas comunidades têm atraído jovens que moravam em outras localidades, como nos indica a seguinte declaração:

*Têm muitos que tão vivendo aqui, que tão morando aqui que não têm convivência com a gente durante esses treze anos né. Que não foram pra debaixo do processo das barracas né. Vieram depois que os pais se assentaram né, vieram num sei de onde né. Então isso é preocupante também. Eu me preocupo muito. Às vezes a gente comenta dentro da coordenação, mas a gente não pode fazer muita coisa. (...) A sorte é que aqui a gente tem dez mil metros quadrados pra cada casa né, porque se fosse daqueles com as casinhas tudo colada uma na outra dentro do assentamento né? Ia virar favela, era uma favela (Francisca, Assentamento Tiradentes/ junho de 2013)!*

Identificar quem são esses possíveis jovens, de onde são e por que procuram morar nos assentamentos são questões que merecem atenção em estudos posteriores, já que, devido às nossas limitações de tempo e de recursos, não pudemos nos empenhar em respondê-las, o que não nos impede de direcionarmos pesquisas futuras por esse caminho.

Em suma, com base no exposto, concluímos que estudar os sujeitos da reforma agrária, através da juventude assentada, permitiu-nos reforçar a ideia defendida por Moreira (2006) de que o assentamento é um “território de esperança” e, como tal, é

prenhe de contradições, de conflitos, de avanços e de impasses. É um território inacabado, onde os jovens assentados são sujeitos do processo de construção dessa forma alternativa de organização territorial e deles depende, em grande parte, a consolidação futura desse território. Então, qual a relação entre o Território de esperança e os jovens? Concordamos com Moreira<sup>69</sup> (2013), quando afirma que:

São os jovens os sujeitos principais do processo de construção/consolidação do território de esperança. Eles representam a esperança no devir, a esperança no desabrochar de uma sociedade nova onde a classe camponesa, representada pela juventude das áreas de reforma agrária possa contribuir através do trabalho, da resistência, da inovação criadora, da luta permanente, da renovação do pensamento crítico, para transformações na estrutura econômica e social da organização da produção e do trabalho no campo.

Concordamos também com Ademar Bogo que, em sua carta à juventude, assim se expressa:

Malditos os que fazem da juventude um instrumento de guerra, que lhes negam o conhecimento dizendo não ter vagas nas universidades. Malditos os que vendem o destino e fazem da pátria um puteiro, onde o dólar com sua inteligência come a virgindade e a consciência; estes pararão um dia, em nossa mágica utopia de jovens guerreiras e guerreiros.

Aos que traficam ilusões, fazendo da juventude massa esquartejada com o objetivo único de frustrar carreiras ainda por nascer. Aos que se agarram ao mercado mundial para alimentar o capital matando todas as soberanias; aos que fabricam fantasias e usam as drogas como escudos, aos que pensam que assim podem tudo, haverão de parar em nossa rebeldia.

Estes que usam da violência para matar os sonhos, e levam das nações suas riquezas, que comem todas as certezas, investem os esforços em novas tecnologias, enquanto o povo come apenas uma vez por dia, pagando com a vida a crueldade; eles que acreditam na luxúria, pararão um dia em nossa fúria, que corre em busca da solidariedade. Aos que desconstroem a história feita, impedem que façamos as colheitas e buscam os produtos importados; aos que já vêem o trabalho eliminado e acreditam na especulação, sentirão a justiça, pois, chegar no dia em que o jovem acreditar que o caminho é a revolução. A todos os que pensam que as fronteiras não existem, e fazem dos países um só tapete para o capital, estes que se dizem do "bem" para combater

---

<sup>69</sup> Em discussões de grupo do GETEC.

o "mal", que perseguem a natureza e a matéria prima; saberão o que é o enfrentamento, quando a juventude unificar o pensamento e resgatar em si a auto-estima. E os parasitas que vivem de orgias, que penetram as consciências com insanas ideologias e fazem da juventude bravos consumidores. Aos que da terra julgam-se senhores, que dividem o mundo em raças e religiões; eles que acreditam nos canhões e se agarram às torneiras do petróleo, sentirão o peso de nosso repertório, nas formas de lutas que unificam todas as nações. Aos que degradam a democracia, fazendo da juventude apenas eleitores, e se apegam ao princípio da "Ordem de Direito". Aos que pensam fabricar o futuro deste jeito, enquanto se divertem nos escombros da paciência, saberão pela desobediência, o que é da história ser sujeito. Aos que apostam na exploração e na eternidade do capitalismo que transformam a utopia e o socialismo, em imensas frustrações; que iludem grandes multidões com as farras dos shoppings e das novelas, terão de apertar a própria goela quando despertar a fúria das nações. E assim veremos florir os girassóis, ouviremos canções de liberdade, viveremos em uma grande sociedade, onde florescerão todas as virtudes. Sentiremos o pulsar de cada coração e a igualdade não terá fronteiras; no dia em que a nossa bandeira estiver nas mãos da juventude.

Concluimos este estudo com a certeza de que, malgrado as imperfeições nele encontradas, possamos contribuir não só para reafirmar o que Moreira (2013) defende - que a Geografia não estuda apenas o espaço, mas também os sujeitos que o constroem - como também para demonstrar que, apesar das contradições e das dificuldades existentes nos Assentamentos de Mari, os jovens que nele se fazem presentes são parte constitutiva deles e pretendem permanecer no campo, seja como agregados, seja como continuadores da luta dos pais na busca de novos espaços de vida. Essa é uma grande esperança para o amanhã no campo do município de Mari.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, UNESCO, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90**. Cadernos de CEAS, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan./fev. 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 6.ed. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998.

\_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra**. Entrevista a Anne-Marie Métailié, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, Association des Ages, 1978.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. **Juventude rural: projetos e valores**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: SILVA, Francisco Carlo Teixeira da; SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Mundo rural e política - ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Orientador: Moacir Palmeira. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005, 380f. Tese (Doutorado em Antropologia Social).

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs). A questão agrária. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stálin. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981, p.133-163.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. **Jovens na reforma agrária: perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte/Campos dos Goytacazes – RJ**. In: Revista IDEAS, v. 3, n. especial, p. 544-563, 2009.

CORREIA, Deyse Morgana das Neves. **História do Assentamento Tiradentes**. Publicado em 10 de setembro de 2008. Disponível em: [assentamentotiradentesmari.blogspot.com](http://assentamentotiradentesmari.blogspot.com). Acesso em: julho, 2012.

COSTA, Lucélio Marinho da. **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES MARI/PB: Desafios e possibilidades para a**

**educação no campo.** Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista. João Pessoa: UFPB/PPGE, 2010, 104p. Dissertação (Mestrado em Educação).

GARCÍA, Maria Franco. **A LUTA PELA TERRA SOB ENFOQUE DE GÊNERO: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** Orientador: Antonio Thomaz Júnior. Presidente Prudente: UNESP/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2004, 216p. Tese (Doutorado em Geografia).

GAVIRIA, Margarita Rosa; MENASCHE, Renata. **A Juventude Rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo.** ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v.13, n.1, p.69-82, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

KRISCHKE, Paulo J. **Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática.** In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais.** Cascavel: Edunioeste, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano.** 4ª ed. Barcelona: Ediciones península, 1978 [1970].

LOURENÇO, Nielson Polucena. **LUTA PELA TERRA E PELA SOBREVIVÊNCIA NA TERRA NA MICRORREGIÃO DE SAPÉ-PB: O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES E O PROTAGONISMO DOS JOVENS.** Orientadora: Emilia de Rodat Fernandes Moreira. João Pessoa: UFPB/ DGEOC, 2011. Monografia (Bacharelado em Geografia).

MALAGODI, Edgar; MARQUES, Roberto. **Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais.** In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MARTINS, Maíra. **Construção do jovem “sem terra”: identidade e participação em um assentamento de reforma agrária.** In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro (BA): 2008.

\_\_\_\_\_. **Juventude e Reforma Agrária: o caso do Assentamento Rural Paz na Terra, RJ.** Orientadora: Maria José Teixeira Carneiro. Rio de Janeiro: UFRRJ/ CPDA, 2008, 129p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização.** In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A DIALÉTICA DO TRABALHO – Escritos de Marx e Engels.* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MENARD, Russel R.; SCHWARTZ, Stuart B. **Escravidão e grandes lavouras.** In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial,* HUCITEC, São Paulo, 1996.

MEIRA, Roberta Barros. **Bangüês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1985 - 1941).** Orientador: Carlos de Almeida Prado Barcellar. São Paulo: USP/ Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2007, 300p. Dissertação (Mestrado em História).

MITIDIERO Jr., Marco Antonio. **Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba.** Orientador: Ariovaldo U. de Oliveira. São Paulo: USP/ Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2008, 501p. Tese (Doutorado em Geografia).

MOREIRA, Emilia de Rodat F. **O ESPAÇO ENQUANTO PRODUTO DO TRABALHO: uma contribuição ao ensino de Geografia.** Revista Cadernos do Logepa – Série Texto Didático. Ano 1, Número 2 - Jul/Dez de 2002.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_; TARGINO, Ivan. **ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO PARAIBANO.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.

\_\_\_\_\_; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Revista Nera, ano 10, n.10, p. 72-93, Presidente Prudente, janeiro/junho de 2007.

\_\_\_\_\_. **O processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano.** Textos UFPB/ NDHIR nº 24 set/1990. Disponível em:

[http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo\\_de\\_ocupacao.html](http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html) Acesso em: 30/04/2012.

\_\_\_\_\_; TARGINO, Ivan e NETO, Genaro Ieno. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Revista Nera, ano 3, n. 3, Presidente Prudente, 2000.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista. **GEOGRAFIA DO MST NA PARAÍBA: A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO/NOCAMPO NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES.** Orientadora: Maria Franco García. João Pessoa: UFPB/ DGEOC, 2007, 111p. Monografia (Bacharelado em Geografia).

\_\_\_\_\_. **Terra, trabalho e escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba.** Orientadora: Maria Franco García. João Pessoa: UFPB/ PPGG, 2010, 142p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

OLIVEIRA, Rosa de Souza. **Expectativas quanto ao trabalho: um estudo com jovens que vivem em assentamento rural no município de São Francisco do Pará.** Amazônia: Ci. & Desenvolvimento, Belém, v.2, n.4, jan./jun. 2007.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil.** Brasiliense – 26.ed. São Paulo, 1981.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária.** João Pessoa, Idéia, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Geografia do homem.** In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo-SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas.** Chapecó: Grifos, 2000.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **DISPUTAS TERRITORIAIS NA PARAÍBA: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO(S) DE ESPERANÇA.** In: X Jornada do Trabalho. Presidente Prudente: UNESP, 2009.

SANTOS, Jossandra Gonçalves dos, et al. **RELATO DE EXPERIÊNCIA DE CAMPO DA DISCIPLINA GEOGRAFIA REGIONAL DA PARAÍBA**. XI Encontro de Iniciação à Docência. João Pessoa: UFPB/ PRG, 2007.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). Território: globalização e fragmentação. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. [1980]. Revista NERA, ano 8, n.7, jul./dez. 2005. Presidente Prudente: NERA, 2005. p.1-21.

SILVA, Áurea Régia Oliveira da. **A participação da juventude rural na construção de um território de esperança**. Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira. João Pessoa: UFPB/ DGEOC, 2009, 75p. Monografia (Bacharelado em Geografia).

SILVA, Elton Oliveira da. **Campesinato e mobilidade espacial: o estudo dos Projetos de Assentamentos Tiradentes e Frei Damião (PB)**. Orientadora: Emília de Rodat. F. Moreira. João Pessoa: UFPB/PPGG, 2012, 157p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

SILVA, Elton Oliveira da; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **PERMANÊNCIAS E MIGRAÇÕES DE JOVENS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA**. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças Espaço de Diálogos e Práticas, Porto Alegre: 2010.

SOUTO, Jackson Vital. **Entre a Contestação e a Superação: A produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari**. Orientadora: Marcia da Silva Costa. João Pessoa: UFPB/ PPGA, 2007, 197p. Dissertação (Mestrado em Administração).

TAKAHASHI, Cintia Natacha. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE RURAL: POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA MICRORREGIÃO ENTRE RIOS – PR**. Orientador: Marcio Mendes Rocha. Maringá: UEM/ PGE, 2010, 129p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

TORRES, Éricson da Nóbrega. **ESPAÇO AGRÁRIO E TRABALHO ASSALARIADO NA ZONA DA MATA PARAIBANA**. Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira. João Pessoa: UFPB/ PPGG, 2009, 192p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1984.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Orientador: Anita Brumer. Porto Alegre: UFRGS/PPGS, 2009, 330p. Tese (Doutorado em Sociologia).

\_\_\_\_\_. **Juventudes rurais: Mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

\_\_\_\_\_. **Socialização e projetos de jovens agricultores familiares**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

## Anexos

Universidade Federal da Paraíba  
 GETEC – Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato  
 Pesquisa: Juventude Rural Assentada

Local: Mari (PB)

Assentamento: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aplicador(a): \_\_\_\_\_

### DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

1. **Nome:** \_\_\_\_\_

2. **Sexo:** (  ) Masculino (  ) Feminino

3. **Idade:** (  ) 15 – 19 anos (  ) 20 – 24 anos (  ) 25 – 29 anos

4. **Onde nasceu?**

(  ) Na cidade do município onde mora hoje

(  ) Na zona rural do município em que mora hoje

(  ) Na cidade de outro município da Paraíba. Qual? \_\_\_\_\_

(  ) Na zona rural de outro município da Paraíba. Qual? \_\_\_\_\_

(  ) Na cidade de outro estado. Qual? \_\_\_\_\_

(  ) Na zona rural de outro estado. Qual? \_\_\_\_\_

5. **Onde passou a maior parte da infância?**

(  ) Na cidade do município onde mora hoje

(  ) Na zona rural do município em que mora hoje

(  ) Na cidade de outro município da Paraíba. Qual? \_\_\_\_\_

(  ) Na zona rural de outro município da Paraíba. Qual? \_\_\_\_\_

(  ) Na cidade de outro estado. Qual? \_\_\_\_\_

(  ) Na zona rural de outro estado. Qual? \_\_\_\_\_

6. **Estado civil:** (  ) casado(a) (  ) separado(a) (  ) solteiro(a) (  ) amigado(a)

7. **Você tem filho(s)?** (  ) não (  ) sim

**EM CASO NEGATIVO IR PARA A QUESTÃO 12.**

8. **Quantos filhos tem?** (  ) 1 filho (  ) 2 filhos (  ) 3 filhos ou mais

9. **Com que idade você teve seu primeiro filho?**

(  ) até 14 anos

(  ) entre 15 e 19 anos

(  ) entre 20 e 24 anos

(  ) entre 25 e 29 anos

10. **Quem cuida do(s) seu(s) filho(s) no dia-a-dia?**

(  ) pai/mãe da criança

( ) Mãe ou sogra do (a) entrevistado (a)

( ) O (a) entrevistado (a) sozinho (a)

( ) Outras pessoas

**11. Você planejou ter esse filho ou a gravidez foi sem querer?**

( ) Gravidez planejada

( ) Gravidez acidental

**12. Quem é o(a) chefe da família? ( ) Homem ( ) Mulher**

( ) Pai

( ) Padrasto/madrasta

( ) Mãe

( ) Avô/avó

( ) Irmã(o)

( ) Amigo(a)

( ) Tia(o)

( ) Cunhado (a)

( ) Sogra(o)

( ) Próprio(a) entrevistado(a)

**13. Quantas pessoas moram nessa casa? \_\_\_\_\_**

**Relacionar as pessoas que moram na casa:**

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Escolaridade		Ocupação (se trabalha, em quê trabalha)	
				Não estuda (se estuda, colocar até que série cursou)	Estuda (qual a série)	No lote	Fora do lote
1.			(Pai, mãe, irmão etc.)				
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							

OBS: Ocupações fora do lote. Ex: canavieiro; pedreiro; alugado em outra atividade agrícola; alugado noutro lote; empregado no comércio; empregado em indústria; caseiro; outros.

**14. Quantos irmãos com idade entre 15 e 29 anos já saíram do assentamento para morar fora? \_\_\_\_\_**

**15. Por que saíram e para onde foram? \_\_\_\_\_**

**SE O(A) JOVEM NÃO MORAR MAIS COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS, PULAR PARA A QUESTÃO 18.**

**16. Se pudesse decidir agora sem se preocupar, você:**

( ) Se mudaria da casa dos seus pais ou responsáveis

( ) Esperaria mais um pouco para se mudar

( ) Não tem planos de sair da casa dos pais ou responsáveis

**17. Por que você ainda mora com seus pais?**

- ( ) Não se casou ainda ( ) Se acha muito novo para isso  
 ( ) Não tem condições financeiras ( ) Outros motivos \_\_\_\_\_  
 ( ) Tem medo de sair de casa

**18. Somando a renda de todas as pessoas da sua casa, de quanto foi, aproximadamente, a renda familiar no mês passado?**

- ( ) menos de 1 SM ( ) mais de 5 a 10 SM  
 ( ) 1 SM ( ) mais de 10 a 20 SM  
 ( ) mais de 1 a 2 SM ( ) mais de 20 SM  
 ( ) mais de 2 a 5 SM **SM = salário mínimo**

### ESCOLARIDADE DO(A) JOVEM

**19. Estuda?** ( ) sim ( ) não

**20. Se sim, em que escola (explicar onde fica)?** \_\_\_\_\_

**21. Qual é o seu grau de escolaridade?**

- ( ) nunca frequentou a escola ( ) ensino médio incompleto  
 ( ) fundamental I incompleto ( ) ensino médio completo  
 ( ) fundamental II incompleto ( ) ensino superior incompleto  
 ( ) fundamental I completo ( ) ensino superior completo  
 ( ) fundamental II completo

**20. Com relação às coisas que você aprendeu e viveu na escola, como você as considera nos seguintes aspectos:**

	Muito importante	Pouco importante	+ ou - importante	Nada importante
Futuro profissional				
Entender a realidade				
Ajudar no dia-a-dia				
Fazer amigos				
Conseguir Trabalho				

**22. Classifique como muito, mais ou menos, pouco e nada, os posicionamentos da escola com relação à juventude rural nos aspectos a seguir:**

	muito	Mais ou menos	pouco	nada
Quanto a escola se interessa pelos problemas dos jovens rurais				
Em que medida a escola se interessa pelos problemas da sua				

comunidade				
Em que medida você acha que a escola está ligada nas questões da atualidade				

23. Se não estuda, por que deixou de estudar? \_\_\_\_\_

24. Se nunca estudou, sabe ler e escrever? \_\_\_\_\_

25. Se nunca estudou, por que nunca estudou? \_\_\_\_\_

### TRABALHO E RENDA DO(A) JOVEM

26. Qual é sua situação atual com relação a trabalho?

- ( ) está trabalhando  
 ( ) nunca trabalhou, mas está procurando trabalho  
 ( ) nunca trabalhou, nem está procurando trabalho  
 ( ) já trabalhou e está desempregado

27. De que forma está trabalhando?

- ( ) assalariado(a) na cidade sem registro  
 ( ) assalariado(a) na cidade com carteira assinada  
 ( ) faz "bico" na cidade  
 ( ) assalariado(a) no campo sem registro  
 ( ) assalariado(a) no campo com registro  
 ( ) agricultura no assentamento  
 ( ) agricultura fora do assentamento  
 ( ) ajuda a família sem remuneração  
 ( ) ajuda a família com remuneração  
 ( ) funcionário(a) público  
 ( ) trabalha por conta própria regular (paga INSS)  
 ( ) Outras situações (especificar): \_\_\_\_\_

28. Para você trabalho é:

- ( ) Necessidade ( ) Crescimento ( ) Exploração  
 ( ) Independência ( ) Autorealização

29. Para quem está desempregado. Há quanto tempo você está desempregado(a) ou procurando trabalho?

- ( ) até 1 mês ( ) mais de 3 meses a 6 meses  
 ( ) mais de 1 mês a 2 meses ( ) mais de 6 meses a 1 ano  
 ( ) mais de 2 meses a 3 meses ( ) mais de 1 ano

30. Normalmente, quantas horas você trabalha por dia?

- ( ) até 6 horas ( ) mais de 8 a 10 horas  
 ( ) mais de 6 a 8 horas ( ) mais de 10 horas

31. O que você costuma(va) fazer com o dinheiro que ganha(va)?

- ( ) Gasta(va) só consigo mesmo  
 ( ) Dá(va) tudo o que ganha(va) para a família/pais  
 ( ) Dá (va) uma parte do que ganha(va) para a família/ pais  
 ( ) Outras respostas \_\_\_\_\_

**32. Quantos anos você tinha quando começou a trabalhar?**

- ( ) até 14 anos ( ) 15 – 19 anos ( ) 20 – 24 anos ( ) 25 – 29 anos

**33. Quanto você costuma ganhar em média por mês?**

- ( ) menos de 1 SM ( ) mais de 1 a 2 SM ( ) mais de 5 SM  
 ( ) 1 SM ( ) mais de 2 a 5 SM

**34. Você trabalha na terra ajudando a família?** ( ) sim ( ) não

**35. Em caso positivo, gosta do que faz?** ( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**36. Possui algum tipo de renda proveniente do trabalho na terra?**

- ( ) sim ( ) não

**37. Trabalha em algum projeto coletivo?** ( ) sim ( ) não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

**PERSPECTIVA DO(A) JOVEM ASSENTADO(A)**

**38. Você gosta de viver no assentamento?** ( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**39. Você sente vontade de ir embora do assentamento?** ( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**40. Se quer sair do assentamento, para onde pretende ir e para fazer o quê?** \_\_\_\_\_

**41. O que você acha que falta no assentamento para os jovens?** \_\_\_\_\_

**42. O que você espera para o futuro?**

- a) Ter um bom trabalho  
 b) Estudar e se formar  
 c) Estudar e ter um bom trabalho  
 d) Continuar trabalhando dentro do assentamento  
 e) Outra perspectiva \_\_\_\_\_  
 f) Não possui perspectiva

**43. Quais são os principais problemas do assentamento?**

- a) Infraestrutura f) Saúde  
 b) Segurança/violência g) Educação  
 c) Vizinhos h) Outros \_\_\_\_\_  
 d) Drogas i) Nenhum problema  
 e) Desemprego j) Não sabe

**44. Você acha que sua vida vai melhorar no futuro?** ( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

### PERCEPÇÕES DO(A) JOVEM ENTREVISTADO(A)

**45. Há mais coisas boas ou ruins em ser um jovem do campo?**

- a) Mais coisas boas
- b) Mais coisas ruins
- c) Ambas
- d) Não sabe

**46. O que há de bom em ser um jovem do campo?** \_\_\_\_\_

**47. O que há de ruim em ser um jovem do campo?** \_\_\_\_\_

**48. Quais são os problemas que mais lhe preocupam atualmente (em primeiro e segundo lugar)?**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> segurança/violência        | <input type="checkbox"/> situação política no Brasil |
| <input type="checkbox"/> trabalho/emprego           | <input type="checkbox"/> relacionamentos pessoais    |
| <input type="checkbox"/> drogas                     | <input type="checkbox"/> meio ambiente               |
| <input type="checkbox"/> educação                   | <input type="checkbox"/> moda                        |
| <input type="checkbox"/> saúde                      | <input type="checkbox"/> artes                       |
| <input type="checkbox"/> fome/miséria               | <input type="checkbox"/> esportes                    |
| <input type="checkbox"/> família                    | <input type="checkbox"/> assuntos pessoais           |
| <input type="checkbox"/> Crise econômica/financeira | <input type="checkbox"/> acesso à terra              |

**49. Dos seguintes assuntos, quais os três (por ordem de importância) você acha mais importantes a serem discutidos com a sociedade?**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> violência           | <input type="checkbox"/> cidadania e direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> futuro profissional | <input type="checkbox"/> sexualidade                  |
| <input type="checkbox"/> drogas              | <input type="checkbox"/> relacionamentos amorosos     |
| <input type="checkbox"/> educação            | <input type="checkbox"/> meio ambiente                |
| <input type="checkbox"/> saúde               | <input type="checkbox"/> moda                         |
| <input type="checkbox"/> desigualdade social | <input type="checkbox"/> artes                        |
| <input type="checkbox"/> política            | <input type="checkbox"/> esportes                     |
| <input type="checkbox"/> religião            |   |
| <input type="checkbox"/> reforma agrária     |   |

**50. Na sua opinião, quando a pessoa deixa de ser jovem?** \_\_\_\_\_

### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA/ INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE

**51. Você faz parte ou participa de algum grupo de jovens dentro ou fora do assentamento?**  sim  não

**Se sim, de que forma?** \_\_\_\_\_

**52. Caso faça parte, de que tipo de grupo é esse?**

- |                                    |  |                                       |
|------------------------------------|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> da igreja | <input type="checkbox"/> teatro            | <input type="checkbox"/> outros _____ |
| <input type="checkbox"/> música    | <input type="checkbox"/> futebol/ esportes |                                       |
| <input type="checkbox"/> dança     | <input type="checkbox"/> produção agrícola |                                       |

**53. Como é sua participação?** \_\_\_\_\_

**54. Você participa da associação da comunidade?**  sim  não

**Se sim, de que forma?** \_\_\_\_\_

**55. Participa de alguma ONG, Associação ou Projeto, Sindicato, Partido Político, Movimento Social?** ( ) sim ( ) não

**Qual?** \_\_\_\_\_

**Se sim, de que forma?** \_\_\_\_\_

**56. Costuma ir à cidade?** ( ) sim ( ) não

**Se sim, qual?** \_\_\_\_\_

**57. O que costuma fazer na cidade?** \_\_\_\_\_

**58. Você acha que exerce influência na comunidade?** ( ) sim ( ) não

**De que forma?** \_\_\_\_\_

**59. Com que frequência você costuma fazer as seguintes atividades?**

	Sempre	De vez em quando	Nunca
Lê ou assiste noticiário sobre política			
Conversa com outras pessoas sobre política			
Nas eleições, tenta convencer os outros a votar em seus candidatos			
Assina manifestos de protesto ou reivindicações			
Quando há eleição, trabalha como voluntário p/ algum candidato			
Participa de associações ou grupos para resolver problemas da comunidade			
Participa de movimento social			
Participa de manifestações a favor ou contra o governo por alguma causa			
Faz pedidos para políticos ou funcionários públicos			
Participa de reuniões de partidos políticos			
Participa de alguma outra atividade política			

**60. O que você pensa sobre política? Para você política é:**

( ) muito importante ( ) mais ou menos importante

( ) nada importante ( ) não sabe

### SOCIABILIDADE/ LAZER

**61. O que faz nas horas de folga?** \_\_\_\_\_

**62. Quais são as suas diversões?** \_\_\_\_\_

**63. E as de sua família?** \_\_\_\_\_

**64. Onde costuma ir para se divertir?** \_\_\_\_\_

**65. O que você acha que falta no assentamento com relação ao lazer?** \_\_\_\_\_

**66. O que você acha que o assentamento oferece de bom para o lazer?** \_\_\_\_\_

### POLÍTICAS PÚBLICAS

**67. É beneficiado por algum problema social do Estado?**

( ) Bolsa família ( ) Projovem trabalhador

( ) Projovem campo ( ) Outro: \_\_\_\_\_

(    ) Projovem urbano

**68. Qual a importância de cada programa que foi ou é beneficiado para sua vida?**

---

#### **SUGESTÕES PARA MELHORAR A VIDA DOS JOVENS NO ASSENTAMENTO**

**69. O que sugere para melhorar a vida dos jovens no Assentamento?**

- a) Criação de escolas;
- b) Criação de cursos;
- c) Investimento em esporte, cultura e lazer;
- d) Construção de locais de festa, de encontros;
- e) Maior estrutura financeira, emocional e social para o jovem;
- f) Outras sugestões \_\_\_\_\_
- g) Nenhuma sugestão

#### **PARTICIPAÇÃO NA LUTA**

**70. Você participou da luta pela terra?** (    ) sim                      (    ) não

**71. Em caso positivo, de que forma?** \_\_\_\_\_

**72. O que achou da experiência?** \_\_\_\_\_

#### **EXPECTATIVAS DE HERANÇA DA PROPRIEDADE**

**73. Quais são suas expectativas de herdar a propriedade?** \_\_\_\_\_

---